



AS FORÇAS ARMADAS NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA

Os desafios da profissionalização

Organização ANTÔNIO IDEIAS CARDOSO · JOSÉ MANUEL RESENDE

Editorial

António Ideias Cardoso e José Manuel Resende

- 1 O propósito geral deste número da revista *Forum Sociológico* é dar a conhecer a um público mais alargado um conjunto de reflexões sociológicas sobre o processo de profissionalização das Forças Armadas, após o fim da obrigatoriedade da prestação de serviço militar. Indo ao encontro deste objectivo, o tema do dossiê que agora se apresenta visa dar alguns apontamentos analíticos sobre as *Forças Armadas numa sociedade em mudança – os desafios da profissionalização*, por intermédio de alguns retratos construídos a partir de dados empíricos obtidos em vários estudos de monitorização da iniciativa da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.
- 2 No primeiro artigo, José Manuel Resende equaciona algumas questões a partir das relações complexas entre o Dia da Defesa Nacional e a Profissionalização das Forças Armadas, num contexto político de globalização e de modernidade liberal alargada. Os dois textos seguintes resultaram de estudos realizados por uma equipa de investigação que integrava elementos do CesNova e elementos da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, partindo de um conjunto de dados recolhidos de inquéritos preenchidos pelos jovens que têm participado no Dia da Defesa Nacional. O primeiro destes dois artigos reflecte sociologicamente sobre os contornos das relações entre os jovens e as Forças Armadas, sobretudo jovens detentores de distintas qualificações escolares. Nele, os autores dão nota daquilo que pensam estes jovens sobre o Dia da Defesa Nacional, as Forças Armadas e as ofertas de emprego que estas disponibilizam aos cidadãos. No segundo texto os autores debruçam-se sobre o modo como se tem desenvolvido a profissionalização das Forças Armadas portuguesas, conferindo especial atenção ao ponto de vista dos próprios militares recrutados. Quem são, porque ingressaram nas Forças Armadas e quais as suas perspectivas profissionais futuras são perguntas a que se tenta responder. Finalmente, no último artigo, da autoria de Bernard Boene, aparece equacionado um conjunto diversificado de efeitos nas Forças Armadas e nas Sociedades Europeias decorrentes justamente do processo de profissionalização das Forças Armadas.
- 3 Já fora deste dossiê aparecem dois artigos que tratam das relações complexas entre a produção criativa artística e o mercado. De um lado, o texto de Filipa Almeida analisa a

construção do valor artístico e do estatuto de mercado do artista, através de uma análise dos discursos produzidos por diversas categorias de actores envolvidos, das suas posições, mas também dos valores e normatividades orientadoras das acções no decurso de todo este processo. Do outro lado, o texto de Bernard Lahire analisa as dificuldades por que passam os escritores para obterem o reconhecimento que lhes permita assegurar a institucionalização e, por intermédio desta, a consagração da sua profissionalidade, de modo a poderem abandonar a dupla vida profissional a que estão sujeitos no actual regime de mercado.

- 4 Por último a revista publica um vasto estudo da autoria de Miguel Chaves, César Morais e João Sedas Nunes sobre as relações complexas entre os diplomados do ensino superior e o mercado de trabalho, usando para essa análise um conjunto de dados que torna possível questionar, de modo fundamentado, as interpretações e teses catastrofistas produzidas socialmente quando esta questão é objecto de divulgação pública.

O lugar do Dia da Defesa Nacional e a profissionalização das Forças Armadas: dilemas e desafios

José Manuel Resende

Para que serve este ensaio sociológico sobre as conexões complexas entre a Profissionalização nas Forças Armadas e o Dia da Defesa Nacional?

- 1 Este texto ensaia uma primeira e incompleta aproximação de uma questão mais vasta e complexa, tal como é retratada nas relações dilemáticas entre o propósito político de profissionalizar os novos contingentes militares, que são passíveis de ser recrutáveis através da acção directa, mas também mediada, das actividades ocorridas no Dia de Defesa Nacional, tal como está definido normativamente. Aliás, as diligências normativas delimitadas pela jurisdição são dispositivos fundamentais para se apreciar sociologicamente as concepções defendidas por quem as construiu, por um lado, mas também para analisar as questões de qualificação que aquelas mesmas orientações produzem nas Forças Armadas, através da introdução dos mecanismos que visam a sua profissionalização, utilizando o mesmo enfoque, do outro lado. Ora esta é uma das principais teses deste artigo.
- 2 Por outras palavras, a acção profissionalizante nas Forças Armadas vai introduzir novas questões no quadro da qualificação dos jovens que decidem aceder a cada um dos três ramos daquelas forças. Essa acção qualificante não os qualifica só do ponto de vista profissional, através da realização de cursos de profissionalização, de modo a dotá-los de mais qualificação profissional, ou de uma qualificação mais ajustada para uma entrada futura no mercado de trabalho depois de terminado o seu tempo de permanência nas Forças Armadas. A profissionalização das Forças Armadas faz recair em cada uma das forças que a compõem uma nova configuração mercantil, que até então não era visível,

uma vez que a obrigatoriedade na conscrição anulava um dos princípios que dá forma a esta relação em termos mercantis: a liberdade de decisão de cada indivíduo para se alistar, usando para esse recrutamento a figura do contrato ou de uma entrada voluntária.

- 3 Para dar corpo a estas transformações nas Forças Armadas a tutela política do Ministério da Defesa Nacional, como representação estatal neste domínio, introduz na política orientadora deste ministério duas novas figuras jurídicas que são relevantes para este ensaio sociológico. Estas duas figuras são dois dispositivos que configuram muitos dos dilemas e desafios que são lançados ao desejo político de as Forças Armadas se profissionalizarem, indo assim ao encontro das aspirações dos jovens politicamente enquadrados nas juventudes partidárias. Quais são as figuras referenciadas no artigo e que tentam abarcar tais desideratos, por um lado, mas que concomitantemente levantam determinados dilemas? A primeira figura está corporizada no Dia de Defesa Nacional. A segunda figura é traduzida no novo conceito estratégico de Defesa Nacional.
- 4 O Dia de Defesa Nacional é um momento marcante no processo de profissionalização em vista porque o seu principal objectivo é mostrar o que são hoje as Forças Armadas, as suas características próprias e as suas potencialidades no presente e no futuro, a todos os jovens que obrigatoriamente por ali têm de passar um dia de acordo com um programa e um calendário previamente definidos. Apesar de o DDN se assumir como um cartão-de-visita relativamente a cada um dos três ramos das Forças Armadas, esta nobre tarefa não esgota a sua missão. Uma outra tarefa é para nós mais interessante destacar, pois prende-se com o carácter mobilizador que se pretende imprimir a este evento. Na verdade, o DDN é um dispositivo jurídico e estatal que diligencia, junto dos jovens, um conjunto de informações susceptíveis de os levar a tomar a decisão “livre” e racional, de serem sujeitos ao recrutamento militar. Ora para que esse envolvimento se verifique o DDN apresenta-se como um espaço de promessas quanto aos benefícios e recompensas que os jovens podem usufruir se tomarem como projecto de vida, mesmo que transitório, a sua presença num dos três ramos das Forças Armadas, durante um determinado período de tempo. Contudo, por vezes existem desajustamentos fortes entre aquilo que se oferece e aquilo que se procura, uma vez que as Forças Armadas também se dedicam a trabalhar num projecto de *Socialização Política e Cívica* junto desta população num “governo por regras” completamente distinto de outros projectos semelhantes exercitados em outras instâncias estatais, como é o caso da escola.
- 5 O conceito estratégico de Defesa Nacional é um documento que reorienta as acções preferenciais das Forças Armadas, quer do ponto de vista interno, quer do ponto de vista externo. Além da importância assumida pelo planeamento estratégico, existem outros dois princípios que se constituem como o norte orientador, quer das suas actividades, quer também do envolvimento dos seus quadros, em particular dos jovens recrutas, nessas mesmas actividades. Os princípios da eficiência e da eficácia, medidores preferenciais nas relações contratuais das empresas, entram subitamente numa organização que habitualmente assentava a sua actividade no princípio cívico, uma vez que a realização das suas tarefas propendia para (como ainda visa) a representação e a defesa de uma comunidade política inscrita num Estado-Nação. Por outro lado, a acção das Forças Armadas, não menorizando a sua actuação a nível nacional, não deixa de deslocar parte da sua atenção para o palco internacional, cooperando com outras forças em desafios levantados pela (e decorrentes da) globalização ou mundialização das relações comerciais, industriais, dos fluxos humanos no quadro das grandes

movimentações migrantes, na resposta a grandes calamidades e catástrofes ambientais, às acções do terrorismo internacional, sem esquecer as relações políticas e militares no quadro dos compromissos do País face à União Europeia e à NATO.

- 6 Finalmente, e seguindo o mesmo raciocínio, no último ponto não deixamos de levantar alguns dilemas e controvérsias que podem ser suscitadas pelas relações complexas entre a globalização e o projecto de modernidade liberal alargada, com incidências quer no processo de profissionalização das Forças Armadas, quer indirectamente no Dia de Defesa Nacional, quer ainda nas vivências experimentadas e monitorizadas pelos jovens que acedem aos territórios das Forças Armadas, através do seu recrutamento. De facto, o processo de individuação em curso nas sociedades modernas, acentuado pela elevação das qualificações escolares, não só pode intervir nas decisões relativas ao recrutamento, como pode acentuar as assimetrias, não só entre as probabilidades condicionais de os actores se envolverem no recrutamento, segundo os graus de qualificação, em cada um dos três ramos das Forças Armadas, como pode igualmente ter uma grande interferência na decisão dos mais qualificados em não aderir à ideia de aceder à profissão de militar.
- 7 As discussões e debates em torno da multiculturalidade, da interculturalidade, mas também em torno do género e das orientações sexuais levantam também outros problemas, agora do lado dos valores da autenticidade e da singularidade. Havendo perante a lei a igualdade e a equivalência de tratamento de todos os indivíduos naquilo que respeita ao acesso às Forças Armadas, o cumprimento integral desta orientação geral não deixa de provocar internamente outros questionamentos e debates, quer nas suas políticas de formação, quer nas suas políticas de promoção, quer no domínio das inter-relações e modos estilizados de vida.

O Dia de Defesa Nacional no quadro da nova configuração assumida pela Lei de Serviço Militar

O novo suporte jurídico e normativo do DDN

- 8 A Lei n.º 174/99 de 21 de Setembro pôs termo ao serviço militar obrigatório em Portugal. Indo ao encontro daquilo que já se tinha passado em diversos países do mundo inteiro (de uma forma faseada entre os anos 60 e os anos 90 do século passado), mas em particular nos países integrados na União Europeia e na Aliança Atlântica (NATO), o Governo português transforma em lei um dos objectos de discussão política que mais se debateu, sobretudo através das tomadas de posição avançadas pelas estruturas partidárias dos grupos etários juvenis ligados quer ao Partido Socialista, quer ao Partido Social-Democrata. A partir da decretação deste diploma oficial, nas Forças Armadas tanto a conscrição obrigatória total e efectiva como a conscrição praticada “às sortes” foram substituídas por outras modalidades de serviço efectivo prestado ao Estado no âmbito militar, a saber:
 - Serviço efectivo dos quadros permanentes que engloba o conjunto dos corpos militares que se encontram continuamente vinculados ao conjunto das Forças Armadas;
 - Serviço efectivo por regime de contrato que abarca o conjunto dos indivíduos ligados aos diferentes corpos das Forças Armadas através de uma vinculação contratual que não pode ultrapassar o número de anos oficialmente determinado (6 anos);

- Serviço efectivo por regime de voluntariado que compreende o conjunto de indivíduos que por um período de 12 meses decide voluntariamente fazer parte dos corpos das Forças Armadas;
 - Serviço efectivo decorrente de convocação ou mobilização geral e obrigatória a ser determinado política e publicamente em situações extremas, quer para responder a ofensivas militares externas ao País, quer para responder a agressões militares externas e em massa (quer do ponto de vista do contingente militar, quer do ponto de vista territorial) de outras forças militares organizadas em blocos ou alianças hostis às alianças políticas (por exemplo, a União Europeia) e militares (Aliança Atlântica) a que o País pertence de pleno direito.
- 9 É preciso notar que a nomeação e especificação de cada um destes quatro tipos de serviços oferecidos pelas Forças Armadas estão em correspondência quer com os princípios gerais de organização militar, quer com as missões decretadas pela Lei n.º 111 de 29 de Agosto de 1991. Desta forma os três ramos das Forças Armadas e as configurações profissionais saídas dos regimes outorgados pelo Estado, além de obedecerem “aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei”, inserem-se “na administração directa do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional” (Lei n.º 111/91 de 29 de Agosto). Por outro lado, ao conjunto das forças militares integradas nas Forças Armadas são cometidas as seguintes missões:
- Assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça exterior;
 - Satisfazer, no âmbito militar, os compromissos internacionais;
 - Colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, inclusivamente em situações de calamidade pública que não justifiquem a suspensão do exercício de direitos;
 - Respeitar as emanações definidas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional mediante proposta do Ministro da Defesa Nacional e sob proposta do Conselho de Chefes de Estado-Maior;
 - Respeitar as condições de emprego das Forças Armadas definidas por lei que regulam as situações de estado de sítio ou estado de emergência (artigo n.º 2 da Lei n.º 111/91 de 29 de Agosto, p. 4491).
- 10 Na verdade, se as missões acima identificadas permitem reconhecer quais as delimitações das acções gerais empreendidas pelas Forças Armadas, os princípios gerais de organização militar especificam com mais detalhe o seu enquadramento jurídico e legal. Assim, de um lado “a organização das Forças Armadas tem como objectivos essenciais o aprontamento eficiente e o emprego operacional eficaz das forças no cumprimento das missões atribuídas”, mas por outro lado a mesma organização “rege-se por princípios de eficácia e racionalização”, devendo, designadamente, garantir:
- A melhoria da relação entre a componente operacional do sistema de forças e a sua componente fixa ou territorial;
 - A redução do número de escalões e órgãos de comando, direcção ou chefia;
 - A articulação e complementaridade entre os ramos, evitando duplicações desnecessárias e criando órgãos de apoio a mais de um ramo sempre que razões objectivas o aconselhem;
 - A correcta utilização do potencial humano, militar ou civil, promovendo o pleno e adequado aproveitamento dos quadros permanentes e assegurando uma correcta proporção e articulação entre as diversas formas de prestação de serviço efectivo (artigo n.º 4 da Lei n.º 111/91 de 29 de Agosto, p. 4491).

Do enquadramento às potencialidades proporcionadas pela jurisdição

- 11 Neste sentido, a tipificação e ordenação dos serviços arregimentados e oferecidos pelas Forças Armadas, definidos pela Lei n.º 174/99 de 21 de Setembro, clarificam perante o cidadão em geral e o cidadão que completa 18 anos em cada ano civil, em particular, o grau de importância atribuída pela instância estatal a cada um destes regimes. Na verdade tal tipificação cria em cada um três ramos das Forças Armadas uma fragmentação do seu mercado interno profissional, tendo em conta por um lado as particularidades e constrangimentos associados a cada forma de recrutamento relacionada com o tipo de serviço assinalado em que a variável do tempo de vinculação desempenha um papel crucial, mas tendo em conta por outro lado os distintos trabalhos mais corporais ou técnicos ligados às missões definidas tanto pela hierarquia política como pela hierarquia militar, de forma coordenada e convencionada, mas sempre de acordo com a lei vigente.
- 12 Contudo, o entendimento do Estado sobre as modalidades a pôr em prática no sentido de dar a conhecer os novos propósitos das políticas públicas de Defesa Nacional não pode esgotar-se na sua divulgação através da maquinaria cultural de jurisdição (Abbott, 1988) que suporta a sua actividade. Na verdade toda a actividade jurídica ao serviço do Estado é um suporte indispensável, quer para a acção das elites políticas que num dado momento governam ou regulam a actividade do governo, quer para a acção dos seus funcionários e corpos especiais, quer ainda para os restantes cidadãos.
- 13 Assim, o quadro jurídico referente ao Dia de Defesa Nacional informa, clarifica, guia, tipifica, classifica e delimita os contornos de acção do objecto que está a ser sujeito ao exame político na sua forma jurídica. E não obstante os efeitos desse trabalho de enquadramento, a referida maquinaria cultural de jurisdição (*ibidem*) não deixa de se apresentar como um dispositivo de “investimento de forma” (Thévenot, 1986) assinalável, mesmo no que diz respeito a estas actividades que conferem novas orientações ao processo de recrutamento militar.
- 14 Desta forma, a normatividade definida por estes documentos é fundadora de dois regimes de acção de envolvimento distintos, mas complementares (Boltanski e Thévenot, 1991; Thévenot, 2006). Por um lado, o seu quadro jurídico fornece elementos decisivos para os cidadãos com mais de 18 anos planearem uma eventual entrada nas Forças Armadas, beneficiando dos apoios estabelecidos pela lei, mas cumprindo igualmente os seus deveres ali referenciados. Este regime de envolvimento da acção *em plano* torna viável a utilização de determinados dispositivos, definidos pela lei, que podem ser mobilizados para a criação, em cada um dos contratados e voluntários, de um projecto que vise não só orientar a sua experiência militar e profissional num dos ramos das Forças Armadas, mas também preparar de modo ajustado a sua futura saída para o mercado de trabalho menos protegido pelo Estado.
- 15 Por outro lado, as promessas ali indicadas e ligadas aos referidos direitos transformados em benefícios podem também revelar os seus obstáculos, sobretudo quando as expectativas criadas são a expressão de práticas de desencanto ou de insatisfação por parte daqueles que decidem entrar nas Forças Armadas utilizando estes novos dispositivos regulamentados pela lei. Neste caso, as eventuais manifestações expressas em

público constituem orientações práticas no âmbito do regime de envolvimento da acção em prol da *justiça* ou do *justo*.

- 16 Assim, o reconhecimento entre aquilo que resulta da lei e aquilo que efectivamente beneficiou com a sua experiência militar pode desencadear no contratado e no voluntário percepções ajustadas sobre o injusto e o injustificado, uma vez que experencia, no quotidiano, uma distância entre o que é prometido e a sua realização concreta. As manifestações críticas que são geradas por este desencontro deslocam o regime de envolvimento de acção para os “mundos” da distribuição daquilo que os actores concebem como (in)justo tendo em conta o seu grau (desigual) de conhecimento dos benefícios referidos no quadro legal.
- 17 Neste sentido, se o enquadramento jurídico constitui um dispositivo para o estabelecimento de um “governo por regras” para os actores inseridos no quadro institucional – neste caso as Forças Armadas –, revela-se igualmente como um suporte que potencia a crítica quando a experiência de alguns destes mesmos actores é construída a partir de múltiplas situações de privação relativa (Maravall, 1972).
- 18 É tendo em conta esta nova configuração de carácter político (no sentido do público), traduzida também num novo enquadramento jurídico, que o Estado, através do trabalho político de mobilização a realizar pelo Ministério da Defesa Nacional, com a plena cooperação e solidariedade das Forças Armadas (em particular das suas chefias), mas também com o apoio de todo um outro conjunto de instituições estatais, instaurou um dia nacional dedicado à Defesa Nacional e às suas forças. Além de ter por tarefa a sensibilização dos jovens para a sua disponibilidade voluntária ou contratual de servir o País através da sua incorporação num dos ramos constitutivos das Forças Armadas, este Dia de Defesa Nacional contribui para difundir as linhas de força incluídas no conceito estratégico de defesa nacional, as diversas missões adstritas ao Exército, Força Aérea e Marinha, assim como os incentivos associados a cada um dos regimes de serviço estipulados por lei.
- 19 Uma vez que o Dia de Defesa Nacional é hoje considerado como o meio privilegiado do Estado para a efectivação do recrutamento militar, através dos regimes de voluntariado ou de contrato, o Ministério de Defesa Nacional através da Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar conta para a sua prossecução com apoio de um conjunto diversificado de instituições públicas. Entre as tarefas de natureza administrativa, de ordenação, de classificação e codificação cometidas a certas instituições nomeadas no Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto-Lei n.º 289/2000 de 14 de Novembro), compete aos estabelecimentos de ensino públicos e privados através da celebração de protocolos com o Exército – “enquanto agente de recenseamento militar” – e com os outros ramos das Forças Armadas – “enquanto executantes do recrutamento normal” (*ibidem*, 6428) – o desenvolvimento de um conjunto de actividades no sentido “de sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e de divulgar o papel das Forças Armadas” (*ibidem*). Por outro lado, e ainda no âmbito da publicitação pública desta mesma temática, assim como das actividades e missões específicas ligadas a cada um dos três ramos das Forças Armadas, o Ministério da Defesa Nacional conta com o trabalho de “divulgação tempestiva através dos órgãos de comunicação social de expressão nacional e regional” dos locais e data de realização do Dia de Defesa Nacional (*ibidem*, 6429).
- 20 Contudo, a obrigatoriedade de participar no Dia de Defesa Nacional não é ainda universal, uma vez que só aos jovens do género masculino é que tal presença é estritamente obrigatória. Apesar de se ter facultado a incorporação nos três ramos das Forças Armadas

das jovens, a sua presença neste evento só acontece por vontade expressa de cada uma delas. Presentemente esta situação tende a alterar-se, prevendo-se para o ano de 2010/2011 a presença obrigatória no DDN de todas as jovens com idade de 18 anos.

Um olhar etnográfico pelo Dia de Defesa Nacional: os objectos como tradutores da acção

- 21 O Dia de Defesa Nacional ocorre entre o mês de Outubro e o mês de Maio do ano seguinte e está previsto desenvolver as suas actividades numa unidade militar pertencente a cada um dos três ramos das Forças Armadas. Distribuídas pelas diferentes regiões, estas unidades recebem estes jovens a partir de um plano previamente estabelecido por uma comissão nomeada pela Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, com a colaboração estreita de cada um dos três ramos das Forças Armadas.
- 22 Chegados aos locais e datas previstas com o apoio logístico garantido pelo Estado, uma vez que são transportados por autocarros desde as Câmaras Municipais até às unidades militares, estes jovens são encaminhados para pavilhões existentes ou construídos para o efeito com a finalidade de serem identificados. Seguidamente são distribuídos por duas salas contíguas onde são convidados a participar activamente, durante todo esse dia, nos diferentes módulos em que se apresentam de uma forma organizada e ordenada os diferentes suportes de informação escrita e iconográfica previamente concebidos e preparados pela entidade promotora deste evento.
- 23 Através de fotografias expostas em painéis distribuídos nos pontos de recenseamento, mas também nas salas, os jovens são logo confrontados com as imagens que de certa forma identificam a singularidade e especificidade de cada um dos três ramos das Forças Armadas. Assim, tais imagens representam, por um lado, as potencialidades tecnológicas de cada uma destas forças e por outro lado a objectivação desses meios como suportes materiais indispensáveis para a realização das missões associadas ao Exército, Força Aérea e Marinha, e que dão corpo às linhas de intervenção das Forças Armadas no quadro do actual conceito estratégico de defesa nacional.
- 24 O trabalho de “investimento de forma” (Thévenot, 1986) associado a cada um dos três ramos das Forças Armadas não começa nem acaba com esta exposição fotográfica. Para os jovens representantes de cada um dos corpos militares – do género feminino e masculino – estão disponíveis outros suportes escritos e de imagem com o propósito de os apoiarem na explicação do actual conceito estratégico de defesa nacional, dos novos perfis de serviço militar e correlativos incentivos, das missões em que as Forças Armadas se encontram empenhadas de acordo com os compromissos firmados no âmbito quer da Nato, quer da União Europeia, quer ainda das Nações Unidas e de outras questões eventualmente levantadas pelos participantes. Tendo em conta os intentos deste dia, todas as imagens dos filmes, assim como as explicações dadas a propósito das mudanças ocorridas no serviço militar, em particular sobre o conjunto de incentivos conectados a cada um dos regimes de serviço tipificados, seguidas de debates mais ou menos participados (dependendo das capacidades de liderança e de mobilização demonstradas pelos animadores destas sessões), e para além do esclarecimento dado com todo o pormenor, indo ao encontro das questões apresentadas, a maior expectativa é saber qual vai ser a real adesão manifestada pelos jovens presentes no final deste evento.

- 25 Estas sessões não são contínuas. São intercaladas com intervalos, com um almoço oferecido aos presentes, mas também com sessões de trabalho em que os militares do serviço efectivo dos quadros permanentes apresentam uma (ou várias) das actividades especificamente identificadas com cada uma das unidades militares onde se desenrola este acontecimento. Correspondendo à iniciativa e imaginação das equipas responsáveis pela apresentação e divulgação das tarefas constantes de cada uma destas unidades, estas sessões contribuem para confirmar junto dos jovens assistentes as especificidades dos objectivos, das finalidades e das missões conferidas a cada um dos três ramos das Forças Armadas. Neste sentido a singularidade de cada um destes corpos é garantida pela observação ao vivo dos treinos das suas forças ou da utilização dos meios tecnológicos existentes ou ainda pela possibilidade de verem por dentro como funciona um vaso de guerra da Marinha, ou de numa base aérea assistirem ao vivo às potencialidades técnicas e estratégicas de um avião de combate.
- 26 Por fim, já no final do dia espera-se aferir o número de adesão dos jovens presentes aos novos regimes de serviço referenciados na Lei de Serviço Militar. Consoante o número de pedidos ali deixados, e a sua distribuição tanto ao nível dos regimes de serviço escolhidos como ao nível da tradução daquela selecção num dos ramos das Forças Armadas, assim é interpretado o grau e a intensidade da resposta deste sector da sociedade civil relativamente às novas configurações assumidas pelo sector militar. Contudo, entre este tempo de manifestação de intenções já de certo modo objectivadas pelo facto de terem deixado registado esse desejo e o tempo em que tal vontade é objectivamente manifestada por intermédio do efectivo recrutamento nas Forças Armadas decorre uma outra temporalidade com um certo grau de indeterminação e incerteza.

Os desafios colocados à Defesa Nacional e às Forças Armadas com a implementação do novo Serviço Militar: dos processos de recrutamento militar ao conceito de estratégia de defesa nacional

- 27 A passagem do serviço militar obrigatório – seja qual for a adequação entre o seu enquadramento jurídico e as determinações práticas definidas pelas instâncias superiores em relação aos mecanismos e modalidades de recrutamento – para um serviço militar assente na base da constituição de Forças Armadas profissionalizadas vai requerer um exame prévio das instâncias superiores e dos especialistas, quer sobre o número de indivíduos ao serviço de cada um dos corpos militares no âmbito de cada um dos três ramos das Forças Armadas, quer sobre o perfil mais adequado dos indivíduos para se ajustarem às tarefas e missões destinadas a esses mesmos corpos e aos ramos onde estão integrados. Isto significa que o princípio universal subjacente ao serviço militar obrigatório é substituído pelo princípio da eficácia e da eficiência agora presente de forma mais vincada na nova configuração jurídica associada ao serviço militar aprovado no final dos anos 90 do século passado.
- 28 O lugar central que o planeamento vai assumir na nova ordem militar em curso está intimamente ligado, por um lado, à crescente tese da necessidade de haver forças militares cada vez mais profissionalizadas, mas está também conectada, por outro lado, com a importância crescente que passa a existir entre as lógicas dos fluxos das procuras e das ofertas nos mercados de emprego cada vez mais fragmentados e as lógicas das

procuras e das ofertas militares presididas por princípios que nem sempre se encontram ajustados aos princípios dos mercados de emprego ligados a outros sectores da actividade económica. Por outras palavras, as lógicas ligadas ao princípio da eficácia e da eficiência das Forças Armadas não são inteiramente decalcáveis das lógicas associadas ao princípio da eficácia e eficiência do “mundo industrial” tal como concebido pela Filosofia Política (Boltanski e Thévenot, 1991).

- 29 Na verdade, o “mundo industrial” que se retira das reflexões filosóficas sobre as sociedades modernas, urbanas e industrializadas que emergem de forma cada vez mais sólida no século XIX faz a ligação entre o princípio da eficácia e da eficiência com a racionalidade associada à produção e produtividade fabril. Face a mercados que tendem a mundializar-se (independentemente das barreiras alfandegárias entretanto criadas e que dificultam o livre acesso das mercadorias), toda a actividade industrial começa a ter de pontuar o seu trabalho na base da produção em maior quantidade, mas com o menor número de despesas, uma vez que a competição entre empresas adquire cada vez mais um lugar de destaque, quer nas lógicas de trabalho fabril, quer nas lógicas mercantis.
- 30 Noutros termos, as lógicas incorporadas no trabalho eficaz e eficiente vão ganhando terreno ao longo do tempo, quer no universo empresarial, quer no universo político, uma vez que parecem ser os valores mais adequados, sobretudo no espírito dos empreendedores, para responder às lógicas competitivas que florescem no mercado de trabalho e no mercado das mercadorias. Neste sentido, o sistema de produção económica, de um lado, e a fabricação do produto final, do outro lado, não podem ser completamente autónomos da lógica competitiva do mercado que dá um contributo decisivo para a busca do lucro, otimizando ao máximo os custos de produção.
- 31 Por outro lado, as transformações operadas no espírito do capitalismo e nos princípios orientadores que guiam as acções dos gestores emergentes a partir dos anos 70 do século XX, com a introdução das lógicas centradas no projecto e na flexibilização da mão-de-obra (Boltanski e Chiapello, 1999; Boltanski, 2001), também não se mostram totalmente adequadas às lógicas da eficácia e da eficiência militar no quadro do novo Serviço Militar. De facto, as mudanças ocorridas nos mercados de emprego, nas modalidades de gestão dos recursos humanos das empresas, mas também as alterações geradas nos locais de trabalho a partir da importância assumida pela cultura de empresa, apesar de não terem o mesmo impacto em todos os sectores de actividade económica, criam concepções e entendimentos muito distintos daqueles que estão a ser introduzidos no universo militar.
- 32 Por outras palavras, as novas e velhas formas de recrutamento da mão-de-obra qualificada e não qualificada nos diferentes sectores de actividade económica não são similares aos processos de recrutamento militar, mesmo quando tal recrutamento visa captar uma mão-de-obra muito qualificada. Desta forma, os perfis profissionais mais ou menos ajustados aos mercados de emprego ou às expectativas dos empregadores não são totalmente compatíveis com os perfis profissionais esperados e desejados nos contextos militares.
- 33 À partida, tais desajustamentos começam por fazer-se sentir nos juízos construídos, quer sobre a noção de profissão de militar, quer sobre a noção de mercado militar. Na verdade, tanto a noção de profissão associada às actividades militares como o funcionamento do mercado das forças em armas apresentam características específicas e singulares, em que a autonomia relativa interna se apresenta mais mitigada.

- 34 Na verdade, os constrangimentos presentes nos processos de recrutamento militar deslocam-se de dentro do específico universo de cada ramo das Forças Armadas para os espaços políticos nacionais e internacionais. Desta forma, as condicionantes ligadas, por um lado, à definição das linhas estratégicas de actuação das Forças Armadas e, por outro lado, às oscilações da procura e da oferta dos contingentes a recrutar para cada um dos corpos e ramos destas mesmas forças militares escapam ao total e directo controlo das chefias e especialistas que trabalham dentro deste sector ao serviço do Estado (Evetts, 2003).
- 35 A partilha existente entre as orientações militares e as orientações políticas internas e externas verificadas na definição do conceito de estratégia de defesa nacional é um aspecto já presente no próprio enquadramento jurídico publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 de 20 de Janeiro. Neste sentido, a relativa deslocação do controlo directo e total da definição destes conceitos centrais para a delimitação da maquinaria cultural da jurisdição das Forças Armadas (Abbott, 1988) aparece objectivada neste documento, por duas razões fundamentais.
- 36 Por um lado, por razões de natureza política. Os processos e condições de legitimação dos actos e formas de actuação das Forças Armadas estão dependentes dos processos e condições ligados à legitimidade das forças políticas, quer a legitimidade conferida pelo peso específico de cada partido político no Parlamento, quer a legitimidade fundada pelo poder e autoridade exercidos pelo Chefe do Estado, estando estas duas formas legítimas do exercício do controlo político consignados e limitados pela Carta Constitucional Portuguesa.
- 37 Mas, por outro lado, esta mesma natureza política interna que fundamenta a legitimidade atrás mencionada está também sujeita a outros fundamentos de legitimidade política agora ancorados em diversas convenções internacionais acordadas e assinadas pelos representantes políticos nacionais. Tais convenções firmam compromissos políticos da comunidade política nacional, quer em relação a novas formas de associação e solidariedade política intergovernamental e supranacional – tal como acontece com o espaço político europeu constituído pela União Europeia ou tal como ocorre com a integração do País na Organização das Nações Unidas –, quer em relação à aliança política e militar estabelecida com a Nato, quer ainda em relação a outras formas de associação política e de solidariedade distintas das anteriores porque justificadas por outros princípios, funções e finalidades de actuação, como acontece, por exemplo, com a CPLP.
- 38 As novas inferências estabelecidas pelo Estado português, seja relativamente aos espaços mais alargados de intervenção das Forças Armadas, seja relativamente às novas modalidades de intervenção que produzem efeito na reorganização das diferentes forças que compõem os três ramos militares, seja ainda a necessidade de repensar formas de intervenção militar resultantes das crises políticas nacionais ou estrangeiras provocadas, entre outras razões, por movimentos políticos extremistas ou por calamidades naturais, resultam dos diagnósticos realizados por diferentes instâncias e especialistas nacionais e estrangeiros. Ora o novo enquadramento institucional a partir do qual é pensado o conceito de estratégia de defesa nacional parte justamente de uma primeira identificação tanto dos riscos que tornam mais vulneráveis os Estados modernos como dos espaços geopolíticos onde tais riscos tendem a espoletar com mais frequência e intensidade.
- 39 Além de determinar na carta geográfica planetária as regiões potenciais de onde emergem os “riscos de separatismos e conflitos étnicos, religiosos e fronteiriços,

fundamentalismos ou migrações em massa”, o enfraquecimento das funções de controlo e regulação dos Estados destas zonas do globo “torna crescentes as ameaças ligadas ao terrorismo, ao narcotráfico, ao tráfico de pessoas e ao crime organizado”, sem esquecer o aumento dos “riscos de proliferação de armas de destruição de massa e de uso indevido de novas tecnologias, bem como a diminuição de garantias de manutenção e controlo de equipamentos e material nuclear, radiológico, químico e biológico” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 280). Se a classificação e ordenação destes riscos dão corpo aos alertas produzidos por diferentes especialistas, em particular os sociólogos que há muito chamam a atenção para as novas configurações políticas e económicas desenhadas nas sociedades modernas e que decorrem dos problemas provocados não só pelo modelo industrial, mas também pelo modelo das relações pouco reguladas entre a ciência, tecnologia e indústria, os riscos que resultam “da desregulação ambiental e ecológica e da gestão dos recursos naturais, nomeadamente os hídricos e os energéticos” (*ibidem*), reforçam a incerteza e a indeterminação em todo o planeta, mobilizando países e organizações internacionais para um estado permanente de alerta muito potenciado pela intervenção cada vez mais extensiva dos meios de comunicação social, em particular da comunicação televisiva.

- 40 A partir deste já extenso diagnóstico é ainda possível referir outros factores que influenciam e condicionam as relações entre os Estados e as regiões. Dos factores de natureza económica – assimetrias regionais crescentes de desigualdade no desenvolvimento económico com repercussões nas desigualdades de acesso a bens comuns que fazem parte das esferas de justiça – aos factores resultantes das redes de informação e de interactividade potenciadas pelos meios de comunicação “clássicos” e também pelas novas formas de comunicação geradas pela mudança tecnológica (entre outros, identificam-se a rede de telemóveis e a Internet), também os riscos provocados pela aplicação do produto da ciência fundamental (em diferentes áreas do saber) na tecnologia ou ainda os crimes económicos resultantes da corrupção, tráfico de influência e da lavagem do dinheiro contribuem para “definir um conceito alargado de segurança que, continuando a integrar os objectivos mais tradicionais dos Estados – defesa do território e da soberania –, confere atenção acrescida a uma filosofia preventiva e a uma visão global da evolução dos focos de insegurança internacional e das crises que deles decorrem, com o intuito de as prevenir e limitar, evitando o seu desenvolvimento para formas agravadas de conflitualidade” (*ibidem*).
- 41 Neste sentido, a extensão do conceito de estratégia de defesa nacional que ultrapassa o território e a soberania nacionais acaba por conferir, tal como acontece a outros domínios das sociedades humanas, um lugar de destaque à noção de rede (Boltanski, 2001) e à necessidade de esta funcionar de forma harmoniosa e equilibrada de forma a atingirem-se patamares elevados de controlo, regulação e segurança sem pôr em causa as liberdades e os direitos fundamentais dos indivíduos modernos (Wagner, 1996). Sem deixar de se prescindir em toda a extensão territorial, e até simbólica, da noção de soberania nacional, o alargamento das formas de actuação militares para responder aos desafios e perigos assinalados acaba por criar uma permanente tensão entre defesa de interesses gerados ora dentro ora fora do País, o mesmo é dizer-se entre a defesa de interesses particulares e interesses gerais.
- 42 A esta tensão é possível adicionar uma outra que já atrás é mencionada sem se lhe dar o destaque merecido. Essa pressão advém das controvérsias geradas nas sociedades modernas entre as retóricas presentes nas práticas gramaticais em que assentam as

liberdades cívicas e políticas – alimentadas nos debates públicos – e as retóricas inscritas nas práticas gramaticais favoráveis à regulação e auto-regulação – também difundidas nos debates políticos.

- 43 No quadro desta equação entre a liberdade e a disciplina (*ibidem*) as ambiguidades tendem a ser crescentes, nomeadamente em momentos políticos complexos em que as Forças Armadas são levadas a intervir para repor a ordem democrática ou a soberania de um Estado, seja o nosso ou seja outro, agora num plano transnacional. Por vezes as acções violentas que estão vinculadas aos princípios da reposição da ordem pública apresentam-se à vasta audiência que as observa através dos canais de televisão numa forma híbrida – entre a aceitação e a suspeição do seu exagero – ou na forma de aplauso, quando a adesão é grande, ou ainda na forma de crítica, por considerarem uma intervenção excessiva e que põe em causa a liberdade dos indivíduos desses países. Quanto mais morosa for a intervenção, maior é o desgaste da opinião pública em relação à sua presença nestas geografias pautadas pela intervenção com fins humanitários ou de reposição da soberania de um Estado.
- 44 Desta forma assiste-se, em virtude das ambiguidades assinaladas, e no âmbito das noções de Estado-Nação e de soberania, sem se prestar muita atenção pública, a um processo de transferência entre dois tipos de particularismos e dois tipos de universalismos que decorrem do destaque que assume a integração planetária (Elias, 1990) e o conceito de comunidade humana (Boltanski e Thévenot, 1991). Apesar de não haver uma evolução continuada e linear nos processos civilizacionais, os mecanismos de regulação política tendem a ser cada vez mais pensados do ponto de vista global, por intermédio da intervenção das Nações Unidas no seu conjunto, ou por um conjunto de países sob delegação desta organização internacional.
- 45 Desta forma, os anteriores particularismos individuais que se confrontavam com os interesses gerais de uma comunidade política nacional no século XIX e em grande parte do século passado são substituídos pelos particularismos nacionalistas quando estes não respondem aos desafios políticos de colocarem parte das suas forças (as mais profissionalizadas) ao serviço de missões humanitárias, da regulação de conflitos armados, ou ainda da consolidação da paz territorial. Ora esta operação política, e sequencial, entre categorias e formas de categorização espacial – do plano individual à comunidade local, de um lado, da comunidade nacional ao espaço regional e mundial, do outro lado – está a desenrolar-se em simultâneo com a formação de ambientes sociais nacionais e mundiais em que as noções de risco, de alerta e de responsabilização individual constantes parecem sobrepor-se à noção das promessas de se constituírem sociedades mais seguras, solidárias e justas.
- 46 Noutros termos, nas sociedades modernas, as noções de risco (Beck, 2001; Beck, Giddens e Lash, 2000), de ambivalência (Bauman, 1998, 2001) e de alerta (Vigarello, 2001), (De Blic e Lemieux, 2005) evocam sentidos fortes e de grande negatividade, determinando, em certo sentido, a implementação nas sociedades modernas mundiais de práticas vigilantes face a inimigos desconhecidos e que atacam de forma imprevista. Para ir ao encontro deste estado de alerta permanente, as formas de mobilização colectiva produzidas com o propósito de estabilizar este espírito nas comunidades nacionais são feitas tendo em conta a necessidade de estas estarem atentas e dispostas a defender os ideais liberais.
- 47 Uma vez que a interpretação e o reconhecimento dos ideais liberais decorrem de matrizes políticas distintas, os argumentos políticos e filosóficos não são similares, e por isso, conflituais. Contudo, é preciso notar-se que estes conflitos são tolerados e até

incentivados nas sociedades modernas e democráticas porque são a raiz do livre pensamento e do debate político, enquanto os outros conflitos emanam da violência, impedindo desta forma a circulação da argumentação contraditória (Boltanski, 1990) que está na base da construção das comunidades políticas modernas (Boltanski e Thévenot, 1991).

Globalização, modernidade e a profissionalização das Forças Armadas: a tensão constante em torno dos valores e normatividades dentro e fora do enquadramento militar

- 48 Neste sentido, defender os princípios fundadores da República e da Democracia cruza-se com a defesa dos princípios fundadores de uma comunidade humana comum onde os princípios da liberdade política, da autonomia e da auto-realização coexistam com os princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina agora extensíveis a todo o planeta. Isto significa que todas estas operações de sentido prático com que os cidadãos se vêm confrontados todos os dias face ao trabalho de representação realizado por distintos sistemas de representação da realidade política – do Estado aos meios de comunicação social – acontecem em sociedades pontuadas por múltiplas referências a valores e normatividades nem sempre coincidentes, quer em termos interpretativos (julgamentos fundamentados), quer em termos práticos (formas de actuação reflexiva).
- 49 Tomemos, por exemplo, os discursos que convocam a questão da multiculturalidade. Neste caso o que importa nomear de forma inequívoca é a importância conferida quer pelo conhecimento de si, quer pelo reconhecimento realizado pelos outros da autenticidade das culturas que coexistem num determinado espaço político. Ora esta autenticidade visa não só o reconhecimento público das diferenças (Taylor *et al.*, 1998 [1994]) minoritárias, sejam quais forem as fontes dessa diferenciação, mas também o reconhecimento do seu estatuto de maioria política.
- 50 Isto significa que a cada diferença socialmente reconhecida se deve dar a mesma voz e as mesmas oportunidades que são permitidas às configurações culturais e outras, que se apresentam como maioritárias no espaço público. Contudo, a este direito de cidadania já consagrado pelas cartas constitucionais os movimentos multiculturalistas requerem para estas culturas e práticas culturais distintas um princípio de excepcionalidade em virtude da pureza das suas características singulares e autênticas que é preciso preservar para a sua conservação no tempo e no espaço.
- 51 É sobretudo nestes últimos termos que a questão da singularidade e autenticidade cultural, veiculada pelos movimentos e discursos em prol do reconhecimento da diferenciação cultural, aparece ligada a uma das fontes de crítica social relativamente à extensão a todo o planeta dos valores e normatividades liberais gerados no quadro da civilização ocidental. Sob a voz de dirigentes políticos ligados a Estados independentes localizados em diferentes pontos do globo, a defesa da singularidade e autenticidade cultural é um instrumento que visa pôr em causa a legitimidade dos princípios que fundamentam aqueles valores e normatividades.
- 52 Por outro lado, estas mesmas clivagens são hoje sentidas no interior dos Estados modernos do Ocidente. Fruto dos fluxos migratórios crescentes ao longo das últimas 4

décadas do século passado, estas sociedades apresentam-se como sociedades onde coexistem grupos com distintas pertenças sociais e culturais em que a dimensão da nacionalidade (indicador de pertença a uma comunidade política com os mesmos direitos e deveres) engloba uma diferenciação que já não é exclusivamente social, de género ou etária, mas também étnica e religiosa. Apesar de estas últimas diferenças não serem uma novidade na actualidade, as últimas expressões da violência terrorista ocorridas em países do Ocidente potenciaram estas mesmas clivagens, mais em termos de representação política do que em termos das relações inter-individuais e intergrupais¹.

- 53 A importância política assumida por estas clivagens culturais de raiz étnica vai ao encontro da questão do reconhecimento cultural autêntico e puro (Bauman, 1998). Este é muitas vezes um dos pontos de vista defendidos pelos porta-vozes destes colectivos.
- 54 Contudo, este não é o único e exclusivo ponto de vista sobre esta questão. Existem outras formas de julgar estas diferenças, já não apostadas em fazer valer o reconhecimento da autenticidade e pureza cultural destes grupos, mas em chamar a atenção para a associação das desigualdades sociais a muitos indivíduos e famílias pertencentes a estes grupos étnicos. Neste último caso, o questionamento em volta do reconhecimento cultural na base do seu carácter genuíno é substituído pelo questionamento em volta do reconhecimento das injustiças de que são alvo, uma vez que alguns destes indivíduos e famílias não têm acesso, por processos de exclusão, aos bens públicos ligados às esferas de justiça implantadas nas sociedades modernas e liberais.
- 55 Em certo sentido, este questionamento também se deslocou para as Forças Armadas, uma vez que estas forças foram levadas a abrir o acesso aos seus contingentes a todos os indivíduos, independentemente dos seus espaços de pertença. A maior novidade residiu na incorporação das mulheres, que assim o desejam, nos diferentes corpos que compõem as Forças Armadas.
- 56 Neste sentido, a exclusividade masculina dá lugar a uma coabitação entre os dois géneros de uma forma cada vez mais extensa. Por outro lado, as mudanças surgidas nos critérios definidos para os processos de recrutamento não bastam para reduzir as contestações, uma vez que todo o princípio de exclusividade é posto em causa quer este resida à entrada das Forças Armadas, quer este exista ao longo da progressão da carreira militar, isto é, nos diferentes níveis hierárquicos que compõem o serviço efectivo dos quadros permanentes.
- 57 Na verdade, com o propósito de ir ao encontro dos princípios da equidade e da subida em generalidade, os processos de recrutamento não só se estendem às mulheres e a todos os grupos étnicos com nacionalidade portuguesa, como as oportunidades em termos de entrada no serviço efectivo dos quadros permanentes têm de ter em conta o género e a etnia, desde que estes indivíduos o desejem e cumpram todos os requisitos estabelecidos pelos concursos consignados pela lei.
- 58 Confirmada a promessa de abertura das Forças Armadas a todos os indivíduos que disponham dos atributos exigidos por lei, sem qualquer tipo de discriminação ilegal e ilegítima, o princípio da equidade tem de coexistir com o princípio da eficiência e da eficácia ligada às novas finalidades e missões conferidas ao conjunto das forças militares. Com o objectivo de ir ao encontro deste último princípio, tendo em vista responder às novas incumbências cotejadas pela mais recente jurisdição militar, a dimensão numérica dos diferentes corpos tem de ser repensada.

- 59 Neste sentido, há uma tendência para a redução do número dos efectivos militares pertencentes à carreira, mas também há a necessidade de diminuir o contingente dos serviços efectivos dos regimes de voluntariado e de contrato. A exigência da profissionalização dos corpos militares condiciona o número de entradas voluntárias ou por contrato, apesar de a determinação do número concreto acabar por também depender das características das actividades ligadas a cada um dos três ramos das Forças Armadas, assim como das características das missões atribuídas a cada uma das forças que nelas se integram.
- 60 No entanto, a diminuição numérica das forças não responde inteiramente ao requisito da profissionalização. Para o cumprimento de mais esta promessa, os militares têm de conceder à instrução e formação profissional um lugar de enorme destaque.
- 61 Por um lado, a instrução visa a aquisição de competências técnicas indispensáveis para responder aos desafios dos meios tecnológicos postos ao serviço dos diferentes corpos militares. Por outro lado, os ganhos acrescidos de racionalidade prática cognitiva passam a ser determinantes para a concretização dos novos princípios estratégicos acoplados ao conceito de defesa nacional.
- 62 Desta forma, o significado atribuído à profissionalização das Forças Armadas depende da contingência de ocorrências exteriores que combinadas entre si conferem à profissão de militar algumas particularidades que convém identificar com alguma precisão. A criação simultânea de três serviços efectivos diferentes – quadros permanentes, contratados e voluntários – constitui um indicador a salientar.
- 63 Como a cada um destes serviços efectivos estão associadas lógicas particulares, dependentes do tempo de duração do vínculo profissional entre o militar e o Estado, a questão da fidelização dos candidatos ao serviço militar apresenta-se como uma questão central. Na verdade, a sua vinculação definitiva só acontece com a entrada nos quadros permanentes. Porém, as oportunidades de entrada neste tipo de serviço efectivo e permanente estão hoje mais condicionadas pelas razões atrás aduzidas.
- 64 Assim, as alternativas de fidelização ficam reduzidas ao regime contratual ou de voluntariado. Apesar de estas modalidades reforçarem a convergência entre a sociedade civil e as Forças Armadas, a criação de vínculos estáveis entre os militares contratados ou em regime de voluntariado não só fica a depender das oscilações do mercado escolar e de emprego como também fica sujeita à operacionalização do sistema de incentivos, quer os de natureza pecuniária, quer os de natureza da formação profissional visando o seu reingresso futuro noutros mercados de emprego (Boene, 2003) existentes, mas fora do universo militar.
- 65 Porém, o efeito na procura dos lugares disponibilizados por cada um dos três ramos das Forças Armadas dos fluxos existentes (e oscilantes) nos mercados atrás referidos não esgota todo o factor contingencial que se depreende daquela relação. Outros processos contingenciais interferem naquela relação, nomeadamente as contingências decorrentes da correlação de forças entre a “fronteira de soberania” e a “fronteira de vulnerabilidade” (Carrilho, 1998: 70), extraordinariamente dependente da “gestão” política dos conflitos, quer os eminentemente militares, quer outros que resultam de movimentos de reivindicação de soberania, de reconhecimento cultural genuíno e religioso, etc.
- 66 Face a estas incertezas, tornam-se decisivas as tarefas de identificar e tipificar as expectativas produzidas pelos jovens em geral, e pelos jovens potencialmente destinados a ingressar nas Forças Armadas, em particular. Uma articulação mais ajustada entre as

expectativas desejadas por estes jovens e as expectativas satisfeitas em contexto militar pode eventualmente contribuir para melhorar os processos de fidelização, estimulando desta forma o recrutamento profissional de indivíduos com uma formação escolar e técnica mais valorizada. Uma vez que as exigências tecnológicas variam consoante os ramos e os postos militares, e que por isso as tarefas de execução tecnológica e de combate podem não ser valorizadas de igual modo pelos jovens que potencialmente se interessam pela vida militar, a elevação da qualificação do posto a oferecer ao exterior (mesmo aquele que se liga ao combate) permite diminuir o efeito do risco da construção de identidades negativas entre os jovens recrutas (Léger, 2003).

- 67 Conhece-se hoje a centralidade do corpo (Resende, 1999) nas sociedades modernas. Utilizado por distintos discursos – uns ligados à estética, outros ligados à saúde –, a gestão corporal apresenta-se como um ícone identitário dos grupos juvenis. Por outro lado, o lugar de destaque detido pelo corpo pode ser pensado no quadro dos processos de individuação inscritos na modernidade liberal alargada (Wagner, 1996) ou na modernidade reflexiva como Giddens (1992 [1990]) prefere designá-la.
- 68 Seja qual for a designação escolhida para a definição da modernidade contemporânea, a questão do *self* liga-se a uma procura permanente do indivíduo moderno sobre as suas potencialidades, as suas limitações, os seus desejos (mesmos os do foro da intimidade) e as suas aspirações. Isto significa que a dimensão centralizada sobre o ego, nas suas dimensões mais subjectivas e emocionais, conduz o indivíduo a uma busca permanente da sua auto-identidade. Mas, como Grácio sustenta, o investimento pessoal na auto-identidade relaciona-se também com o “actual estágio das relações entre as esperanças e as oportunidades de mobilidade ascendente (...)” (Grácio, 1997: 147), que contribuem quer para a desestruturação (e recomposição sobre outras modalidades e suportada por outros dispositivos) das classes sociais como expressões políticas colectivas, quer para a aceleração das insatisfações individuais e colectivas face às promessas de progresso e de bem-estar individual e colectivo, e seus obstáculos correlacionados, emanadas pelos discursos mais representativos dos projectos políticos da modernidade.
- 69 Neste quadro geral em que a multiplicidade de referências e de valores se alarga a grande parte dos indivíduos modernos (independente da idade e do género) que encontram neste contexto a justificação optimizada de uma procura urgente do seu projecto individual, muitas vezes indagando o seu norte nos movimentos de auto-ajuda ou nos conselhos difundidos por diferentes especialistas (psicólogos, psicanalistas e psiquiatras, entre outros), muitos jovens encontram neste domínio o terreno profícuo para a defesa dos estilos de vida que configuram as suas auto-identificações com os valores culturais que perfilam aqueles que partilham os mesmos interesses. Na verdade, a estruturação destes ambientes juvenis parece ocorrer num contexto em que “cada qual se vira para si próprio, não no sentido solipsista, mas no sentido de uma soberana, consciente e informada administração da sua idiossincrasia, de descoberta da própria verdade, construindo-a num ambiente cultural em que o pluralismo de modelos e de opções ganha crescente legitimidade” (*ibidem*: 147).
- 70 Assim, este novo “investimento de forma” de si e categorial (Thévenot, 1986) na individualidade moderna parece ir em sentido contrário aos “valores universalistas e de realização pessoal” em que o actor individual “voltado para a ascensão social” era “capaz de diferir as satisfações imediatas e de sacrificar assim talvez uma parte de si” (Grácio, 1997: 149), para apostar de uma forma ofensiva, optimista e confiante no futuro que se avizinhava a qualquer instante. Para Grácio este modelo de actor reduzido a uma

caricatura social, pela sua frouxa representatividade em virtude da existência de um contexto socioeconómico que diminui as oportunidades sociais, é substituído por outros dois modelos de actores que coexistem com o primeiro: de um lado o modelo de actor descrente e desencantado moldado pela “nova economia psicológica” (*ibidem*) e do outro o modelo de actor “cultor e em busca de si próprio e da sua efectividade, voltado para os novos valores da vida pessoal e relacional” (*ibidem*).

- 71 Mais do que discutir a conformidade destes modelos relativamente às suas potencialidades heurísticas, a tipificação do conceito de actor construída por Grácio tem a qualidade de chamar a atenção da interpretação sociológica para a relevância da multiplicidade de referências em termos de valores e normatividades, mas também de deslocar o olhar exclusivo do actor para os regimes em que estes se envolvem quando se confrontam com diferentes controvérsias, dilemas, disputas ou mesmo conflitos (Thévenot, 2006). Aliás, a convocação desta questão não é nova na Sociologia, porque são vários os autores que apresentam esta questão como fundamental para a definição sociológica do conceito de indivíduo moderno (Singly, 2000; Martuccelli, 2002), mas cuja concepção se completa quando a esta figura moderna se associa a sua propensão para agir no plural, enquadrado nos cenários onde se desloca no quotidiano (Dodier, 2003; Thévenot, 2006).
- 72 Na senda das discussões à volta do conceito de actor e de acção social importa destacar que estes modelos coexistem nas sociedades contemporâneas, importando mais afiná-los no âmbito de situações concretas, tendo em conta a importância de apreender os indivíduos e as suas acções “tanto nas suas dimensões mais interiores como nas suas dimensões mais públicas e materiais”, as duas inseridas “num trajecto particular” (Martuccelli, 2002: 561). É por isso que os estudos sobre o Dia de Defesa Nacional, ou estudos mais aprofundados sobre os mecanismos utilizados pelos jovens para se aproximarem ou se afastarem dos rituais castrenses ou ainda as investigações sobre as modalidades de socialização operadas no interior de diferentes corpos militares, quer através da adopção da figura do voluntário ou da figura do contratado, apresentam-se como importantes, pois tornam possível acumular informações pertinentes para conceber e interpretar o lugar das Forças Armadas nas sociedades modernas, mas também para equacionar os desafios a que estas estão hoje sujeitas para responder a novos problemas ligados, muitas vezes, a velhas questões internas e transnacionais.
- 73 Os desafios levantados pela multiplicidade de referências, de valores e de normatividades estão também presentes nos processos de transição dos jovens, quer para a vida adulta, quer para a vida activa. Na verdade, nas sociedades modernas os percursos escolares dos jovens tendem a ser cada vez mais prolongados no tempo, uma vez que a certificação numa formação adequada passa a constituir uma carta de apresentação importante, quer em termos estatutários e de pertença identitária, quer em termos de competição no âmbito dos mercados de emprego cada vez mais fragmentados. Por outro lado, os contextos laborais já não primam pela sua estabilidade temporal, o que implica uma outra postura face ao trabalho, de maior flexibilidade e de maior disponibilidade por parte da mão-de-obra, em particular nas situações laborais mais precárias.
- 74 O reforço no investimento escolar e na formação profissional, muitas vezes associados a vinculações laborais muito incertas, tende a contribuir para que os jovens protelem as suas saídas das casas dos pais. Desta forma os processos de autonomia e de auto-realização confinados a uma formação escolar e/ou formação profissional prolongadas coexistem com os laços de dependência funcional na casa dos seus progenitores. Outras

vezes acontecimentos imprevistos decorrentes da natureza contingente das situações em que se encontram envolvidos (uma gravidez inesperada, desemprego, a morte de um familiar, etc.) levam muitos jovens a reorientar os seus planos, os seus investimentos pessoais e interpessoais desenvolvendo outras modalidades de composição, fazendo intervir, por exemplo, regimes de envolvimento da acção plurais ajustáveis às novas situações (im)previstas.

Em jeito de conclusão: notas finais

- 75 Os retratos possíveis aqui salientados, e recompostos a partir dos trajectos históricos da modernidade, levantam sérios problemas que exigem, como atrás referimos, uma reflexão aprofundada e continuada da parte dos responsáveis pelos processos de recrutamento militar. Como é do conhecimento informado, a ampla esfera militar continua fiel a um conjunto de valores e de normatividades que orientam a prestação do seu serviço à sociedade.
- 76 Neste sentido, “a defesa nacional tem por objectivo garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 279). Caucionada que está a defesa do Estado democrático pelas Forças Armadas, estas contribuem para assegurar “a continuidade de Portugal enquanto país europeu, de centralidade atlântica e vocação universalista” (*ibidem*). Ora a prossecução destes propósitos transforma as Forças Armadas num pilar vital para a sobrevivência do País como nação independente e soberana, mas também respeitadora da carta constitucional democrática que consagra os direitos e os deveres de todos os cidadãos, e ainda atenta aos desafios que a integração europeia impõe ao País.
- 77 No quadro de uma soberania que em parte já é partilhada com a União Europeia, mas sobretudo com a tensão crescente entre a “fronteira soberana” e a “fronteira da vulnerabilidade”, em virtude das conflitualidades ocorridas desde 11 de Setembro de 2001, as Forças Armadas continuam a deter um lugar de destaque na coesão social e na afirmação de Portugal no mundo. A preservação da representação militar como esteio da República e da Democracia reserva-lhe a apresentação de alguns requisitos de natureza regulamentar, que exigem dos seus membros, quer os do quadro permanente, quer os voluntários e os contratados, o respeito por um conjunto de valores e de normatividades.
- 78 Face a estes propósitos, os responsáveis pelo actual serviço de recrutamento militar não podem descurar os contextos de onde saem os potenciais jovens candidatos à vida castrense, em particular os ambientes culturais pontuados com a pluralidade de referências identitárias que se cruzam com a pluralidade dos valores e normatividades que enquadram os seus estilos de vida. Mesmo considerando a existência de pontos de vista positivos sobre a instituição militar entre os jovens inquiridos, e conhecendo que estes lhe reconhecem legitimidade na sua forma de actuação, as prováveis tensões entre valores e normatividades distintas não devem ser afastadas do horizonte das suas reflexões sobre este assunto.
- 79 Por outro lado, as suas expectativas de partida sobre as actividades e missões das Forças Armadas podem não coincidir inteiramente com a experiência que resulta da efectiva incorporação. Neste sentido, para se preservar como uma fonte legitimadora, quer entre os jovens e outros indivíduos potencialmente recrutáveis, quer entre os restantes

cidadãos, o poder militar organizado tem de porfiar lado a lado com outras instituições, como por exemplo a escola e o mercado, com o objectivo de se tornar cada vez mais atractiva. Continuar a ser precursora na inovação tecnológica, na sua organização e nos processos de formação interna passa a constituir uma missão importante, uma vez que só assim é que consegue mobilizar os jovens conquistando para as suas forças os mais qualificados do ponto de vista escolar, mas também profissional.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, A. (1988), *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- BAUMAN, Z. (1998), *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- BAUMAN, Z. (2001), *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- BECK, U. (2001), *La société du Risque. Sur la voie d'une autre modernité*, Paris, Flammarion.
- BECK, U.; A. Giddens e A. Lash (2000 [1994]), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta.
- BOENE, B. (2003), "La professionnalisation des armées: contexte et raisons, impact fonctionnel et sociopolitique", *Revue Française de Sociologie*, 44-4, pp. 547-693.
- BOLTANSKI, L. (1990), *L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*, Paris, Éditions Métailié.
- BOLTANSKI, L. (2001), "A Moral da Rede? Críticas e Justificações nas Recentes Evoluções do Capitalismo", *Forum Sociológico*, 5/6, pp. 13-35.
- BOLTANSKI, L. e L. Thévenot (1991 [1987]), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, L. e È. Chiapello (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- CARRILHO, M. (1998), *Portugal no Contexto Internacional. Opinião Pública, Defesa e Segurança*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- DE BLIC, D. e C. Lemieux (2005), "Le scandale comme épreuve. Éléments de sociologie pragmatique", *Politix. Revue des Sciences du Politique*, 71, pp. 9-38.
- DODIER, N. (2003), "O Espaço e o Movimento do Sentido Crítico", *Forum Sociológico*, 13/14, (II Série), pp. 239-277.
- ELIAS, N. (1989), *O Processo Civilizacional – Investigações sociogenéticas e psicogenéticas I Volume – Transformações do comportamento das camadas superiores seculares do Ocidente*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ELIAS, N. (1990), *O Processo Civilizacional – Investigações sociogenéticas e psicogenéticas II Volume – Transformações da sociedade. Esboço de uma teoria da civilização*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
-

- EVETTS, J. (2003), “Explaining the construction of professionalism in the military: history, concepts and theories”, *Revue Française de Sociologie*, 44-4, pp. 759-776.
- GIDDENS, A. (1992 [1990]), *Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GRÁCIO, S. (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa.
- LÉGER, J.-F. (2003), “Pourquoi des jeunes s’engagent-ils aujourd’hui dans les armées”, *Revue Française de Sociologie*, 44-4, pp. 713-734.
- MARAVALL, J. M. (1972), *La Sociología de lo Posible*, Madrid, Siglo XXI.
- MARTUCCELLI, D. (2002), *Grammaires de l’individu*, Paris, Gallimard.
- RESENDE, J. M. (1999), “A Construção Social do Corpo nas Sociedades de Modernidade Tardia: Disposições Corporais Distintivas e a Corporalidade como Recurso Mobilizado nas Relações e Trajetórias Sociais”, *Forum Sociológico*, 1-2 (II Série), pp. 9-40.
- SINGLY, F. (2000), *O Eu, o Casal e a Família*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- TAYLOR, C.; K. A. Appiah *et al.* (1998 [1994]), *Multiculturalismo. Examinando a política de reconhecimento*, Lisboa, Instituto Piaget.
- THÉVENOT, L. (1986), “Les investissements de formes”, in L. Thévenot (ed.), *Conventions économiques*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 21-71.
- THÉVENOT, L. (2006), *L’action au pluriel, sociologie des régimes d’engagement*, Paris, Éditions La Découverte.
- VIGARELLO, G. (2001), *História das Práticas de Saúde. A saúde e a doença desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias.
- WAGNER, P. (1996), *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*, Paris, Éditions Métailié.

ANEXOS

Documentos

Lei n.º 174/99 de 21 de Setembro de 1999

Lei n.º 111/91 de 29 de Agosto de 1991

Decreto-Lei n.º 289/2000 de 14 de Novembro de 2000

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 de 20 de Janeiro

NOTAS

1. A natureza política das clivagens culturais de raiz étnica assume diferentes configurações. Não se pretende neste texto menorizar as clivagens que resultam de comportamentos xenófobos de carácter rácico. Face aos movimentos fundamentalistas de carácter religioso, étnico ou culturalista, as reflexões sobre o reconhecimento cultural intentam neste texto fechar o ângulo de análise sobre este problema político, sem querer ignorar a existência da conflitualidade ligada às diferenças raciais, muitas vezes espoletadas pelo reconhecimento da parte da minoria étnica de um tratamento desigual e não respeitoso por parte dos outros que pertencem à maioria da

população. Ora muitas vezes as disputas de carácter rácico são, em muitas situações, constitutivas das relações inter-individuais e intergrupais.

RESUMOS

As Forças Armadas portuguesas entram numa nova fase na sua história recente com a oficialização do Dia da Defesa Nacional. Este evento nacional marca o fim da obrigatoriedade inscrita na lei de Serviço Militar. Através deste artigo o seu autor analisa sociologicamente as consequências da entrada de um novo serviço militar e as novas formas de recrutamento à disposição das Forças Armadas portuguesas. Por outro lado, as bases de enquadramento normativo que enquadram estas alterações são alimentadas por um novo conceito de estratégia de defesa nacional, tendo em conta o lugar do País e das suas Forças Militares, quer na Europa, quer em termos do processo de globalização em curso. Finalmente, o processo de profissionalização destas forças coloca novos desafios a cada um dos três ramos que compõem as Forças Armadas Portuguesas.

The Portuguese Armed Forces enter a new Era of its recent history with the formalization of the National Defence Day. This national event marks the end of the compulsory Military Service. Through this article, its author sociologically analyses the consequences of the emergence of a new military service as well as the new recruitment means available to the Portuguese Armed Forces. On the other hand, the bases of the new normative framework which encompass these changes are fed by a new concept of national defence strategy, taking into account the country's and its Military Forces' positioning both in Europe and in the context of the ongoing globalization. Lastly, the professionalization process of these forces places new challenges to each of the three services which compose the Portuguese Armed Forces.

ÍNDICE

Keywords: National Defence Day, national defence strategy, globalization and Armed Forces professionalization

Palavras-chave: Dia da Defesa Nacional, estratégia de defesa nacional, globalização e profissionalização das Forças Armadas

AUTOR

JOSÉ MANUEL RESENDE

Departamento de Sociologia da FCSH-UNL, CesNova josemenator@gmail.com

Jovens e Forças Armadas: contornos de uma nova relação num contexto de profissionalização

António Ideias Cardoso, Isabel Madeira, Francisco Sousa Marques, Cristina Poças Vilhena, Luís Vicente Baptista, José Manuel Resende e Paulo Antunes Ferreira

As sociedades contemporâneas e o lugar das Forças Armadas

- 1 É comum reafirmar-se o lugar proeminente ocupado pelas Forças Armadas nos Estados-Nação modernos. Tal como outrora, esta instituição é considerada um pólo da expressão da soberania nacional.
- 2 Não obstante o desenvolvimento do processo de alargamento da Comunidade Europeia e das políticas que visam a constituição de outras modalidades de cooperação política e militar mais coordenada, a centralidade das Forças Armadas nacionais não é posta em causa. O mesmo se tem passado com o debate, ora mais generalizado, ora mais localizado, em torno do processo de profissionalização destas forças.
- 3 Apesar da aparente estabilidade nas funções e finalidades das Forças Armadas esta instituição está hoje sujeita a profundas transformações políticas e organizacionais. A profissionalização humana e material hoje em curso obriga a instituição a adoptar outros dispositivos e modalidades de acção, em particular quando está em causa o recrutamento de um número significativo de jovens para o cumprimento das suas missões internas e internacionais.
- 4 O reconhecimento por parte das Forças Armadas da importância deste processo exige dos seus quadros dirigentes uma outra forma de repensar as relações entre esta instituição e os grupos sociais que constituem a sua base preferencial de recrutamento. Na verdade, com a entrada em vigor da Lei do Serviço Militar aprovada em 1999, ficou definido o ano

de 2004 como o fim da obrigatoriedade de cumprimento do serviço militar, passando as Forças Armadas portuguesas a assumir uma nova configuração em matéria de prestação de serviço e de relação com os jovens.

- 5 As alterações jurisdicionais operadas após a promulgação do referido quadro legal tiveram impactos na concepção do próprio conceito de Defesa Nacional que, por sua vez, se repercutiram no modelo organizacional, particularmente nas modalidades e dispositivos de recrutamento militar. Para manter um certo nível de relacionamento das Forças Armadas com a população e fomentar nesta o conhecimento dos temas associados à Defesa Nacional e às Forças Armadas foi concebido o Dia da Defesa Nacional (DDN). Em certo sentido, com esta implantação o Estado, por mediação directa do Ministério da Defesa Nacional, cria as condições para desenvolver um trabalho de reforço dos preceitos da cidadania, com a cooperação interessada e empenhada das Forças Armadas e das outras instituições estatais, junto das camadas jovens.
- 6 Este evento, cuja participação é obrigatória para os cidadãos do sexo masculino no ano em que completam dezoito anos de idade (e que em 2010 se generalizará a todos os cidadãos com 18 anos), tem como principais objectivos “sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a defesa militar da República” (Artigo 11.º da Lei do Serviço Militar N.º 174/99 de 21 de Setembro de 1999). Por outro lado, a mesma Lei define o que deve ser incluído nesta sensibilização e divulgação:

“A sensibilização e divulgação (...) envolvem, designadamente, informação escrita descrevendo os preceitos constitucionais que se relacionam com a defesa nacional, os princípios gerais que se relacionam com as Forças Armadas, direitos e deveres dos cidadãos, assim como os objectivos do serviço militar e as diferentes possibilidades que se lhe oferecem durante e após o serviço militar, acções de formação sobre os objectivos da defesa nacional, sobre as missões essenciais das Forças Armadas, a sua organização, os recursos que lhes estão afectos e informação sobre as formas de prestação de serviço” (*ibidem*).
- 7 Em termos de estruturação deste evento, o Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto-Lei n.º 289/2000 de 14 de Novembro) define no seu artigo 20.º, n.º 1, que “o Dia da Defesa Nacional ocorre nas unidades militares dos três ramos das Forças Armadas, na rede escolar de ensino e noutros equipamentos públicos com condições para o efeito, em data e demais condições a fixar por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e das correspondentes tutelas”. E no que respeita ao planeamento e execução, o artigo 21.º estabelece que “o planeamento e a concepção do DDN competem a uma comissão composta por representantes da DGPRM, dos três ramos das Forças Armadas, do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado da Juventude” (*ibidem*), competindo a esta comissão definir os programas das acções de formação e as actividades a desenvolver. O Dia da Defesa Nacional aparece, assim, como o momento por excelência em que se efectiva a relação entre as Forças Armadas e os jovens, e daí que, apesar de os seus objectivos abrangerem áreas como a Cidadania e a Defesa Nacional em sentido lato, as temáticas de natureza mais militar tenham um lugar de destaque na sua estruturação.
- 8 É no decurso deste evento que se realiza o estudo que sustenta este artigo. Trata-se de um estudo que visa não só a avaliação do Dia da Defesa Nacional através da forma como é visto pelos seus participantes, aspectos que não fazem parte dos objectivos deste texto, mas também aferir o que pensam das Forças Armadas e da nova configuração que assume o modelo de prestação de serviço militar.

- 9 Os dados que se apresentam nos pontos seguintes foram recolhidos através de inquérito por questionário aplicado no ciclo do Dia da Defesa Nacional de 2006/2007, abrangendo cerca de 54 000 participantes.

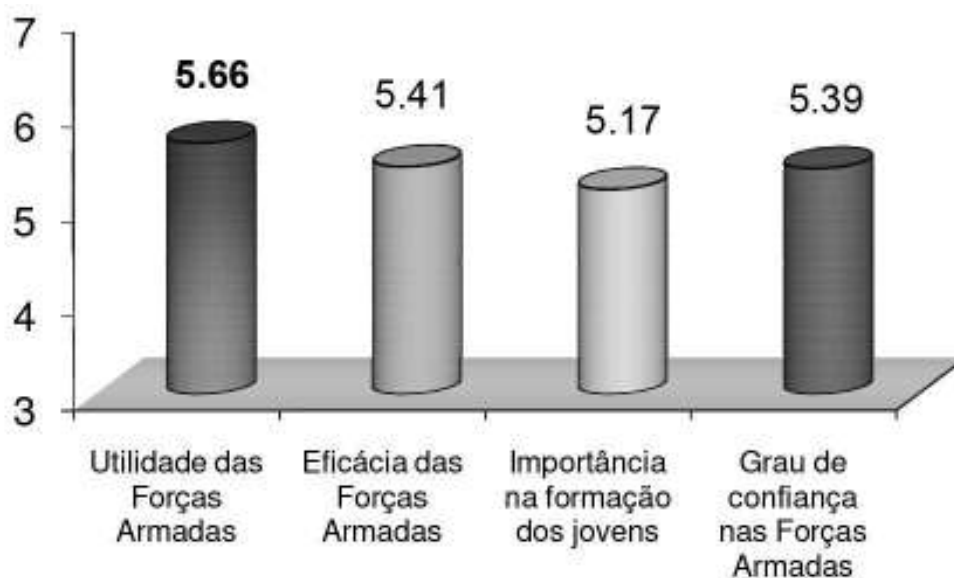
Representações dos jovens sobre as Forças Armadas

- 10 As representações sociais, apesar de serem um conceito marcadamente desenvolvido pela Psicologia Social, não estão ausentes da tradição sociológica. Desde a fundação da investigação sociológica – com autores como Durkheim, que atribuiu às representações sociais um estatuto sociológico, considerando-as capazes de se constituir em objecto de estudo autónomo, ou Max Weber, que fez deste conceito um quadro de referência e um vector da acção dos indivíduos, descrevendo um saber comum e tendo o poder de antecipar e prever o seu comportamento –, até à actualidade, têm sido inúmeras as correntes de investigação que utilizam e definem o conceito de *representações* de forma diversificada.
- 11 Contudo, não é a caracterização dessa diversidade que se pretende desenvolver no âmbito deste texto. Pretende-se apenas chamar a atenção para o facto de as representações serem um elemento essencial quando se trata da identificação e interpretação de dispositivos de acção dos sujeitos face a um objecto representado numa determinada situação ou contexto. Sendo um elemento adjuvante dessa mesma acção, as representações constituem referenciais explicativos, comunicacionais e operatórios com funcionalidades práticas diversas, de entre as quais se destacam a organização significativa da realidade, a possibilidade de realizar actos comunicacionais, a produção de diferenças e distinções entre grupos sociais e a orientação de comportamentos e atitudes face ao objecto representado. São estes os preceitos que fundamentam a importância conferida ao estudo das representações sobre as Forças Armadas e com os quais se pretende proceder ao seu desenvolvimento. Se se pretende mensurar a atractividade que as Forças Armadas, e as profissões que lhes são inerentes, têm junto de um determinado grupo populacional – neste caso, os jovens de sexo masculino que perfazem 18 anos –, ou identificar o lugar que é conferido às Forças Armadas na estruturação de trajectórias de cariz profissional, tal implica que se proceda ao questionamento das representações que este grupo populacional veicula a seu respeito. Por outro lado, pode também dizer-se que a própria dinâmica da modernidade e a consequente evolução das estruturas de Forças Armadas (ou seja, a sua profissionalização) implicam, por parte destas, uma atitude de procura constante de legitimidade institucional. Como afirma Battistelli (Battistelli, 2004), as instituições, não só as Forças Armadas, são investidas de um processo de secularização, perdendo, na sequência do mesmo, aquela aura de sacralidade que no passado lhes garantia a adesão dos indivíduos. Por mais elevado que possa ser o fim perseguido por cada uma, as instituições têm, cada vez mais, de procurar no dia-a-dia a manutenção da sua legitimidade.
- 12 Assim, o desenvolvimento deste ponto incide sobre a análise dimensional aos conteúdos das representações sobre as Forças Armadas, construídas pelos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, abarcando, em primeiro lugar, a dimensão institucional, que engloba a apreciação da sua utilidade e eficácia e o grau de confiança que lhes é atribuído. Em segundo lugar, é abordada a dimensão profissional, incidindo sobre a forma como são caracterizadas enquanto oportunidade profissional e a apreciação do que proporcionam neste domínio.

Representação institucional das Forças Armadas

- 13 A definição e operacionalização desta dimensão de conteúdo das representações visa aferir qual a imagem institucional veiculada pela população inquirida. Para o efeito foram utilizados quatro indicadores, sendo o primeiro referente à apreciação da utilidade das Forças Armadas, o segundo à eficácia destas no cumprimento das suas missões, o terceiro ao papel que desempenham na formação dos jovens e o último referente ao grau de confiança nelas depositado. Pensa-se que esta dimensão de conteúdo das representações se pode constituir como um elemento explicativo importante no que concerne ao diagnóstico da relação dos jovens com as Forças Armadas, para o qual este trabalho visa contribuir. Em termos de resultados, importa destacar que todos os indicadores de representação utilizados nesta dimensão obtiveram valores de apreciação bastante positivos, como se pode verificar no Gráfico 1. De entre eles, a utilidade aparece num lugar de destaque com um valor médio de 5,66, seguida da eficácia e da confiança, com 5,41 e 5,39 respectivamente, ficando o valor mais baixo desta dimensão para o papel que desempenham na formação dos jovens (5,17), mas ainda assim bastante positivo.
- 14 Dada a importância desta dimensão das representações como tradutora da relação dos jovens com as Forças Armadas, foi desenvolvida uma análise mais aprofundada, procurando, acima de tudo, determinar quais os factores que os fazem variar e qual o sentido que essa variação assume, considerando para o efeito o nível de escolaridade dos inquiridos e a sua condição sociofamiliar. Contudo, como os dados de cada um dos indicadores evidenciaram um comportamento semelhante, optou-se neste texto por proceder à construção de um índice com o intuito de sintetizar a informação.

Gráfico 1: Representações Institucionais das Forças Armadas¹

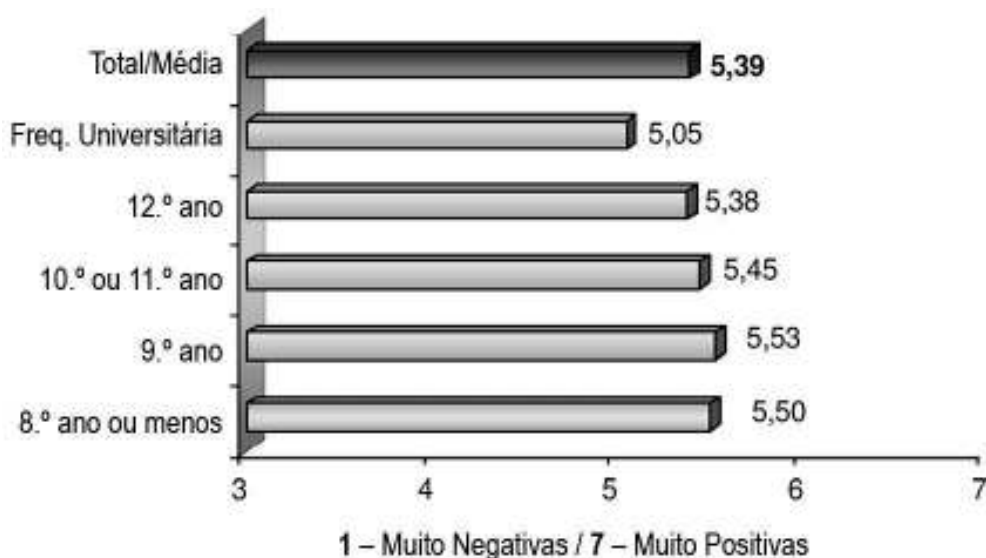


FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

- 15 Os resultados, expressos no Gráfico 2, permitem destacar, em primeiro lugar, a significativa positividade do próprio índice (Média=5,39) e, em segundo lugar, a positividade das representações institucionais em todos os níveis de escolaridade. No que

concerne às características da associação entre as duas variáveis, pode dizer-se que apresenta uma intensidade moderada, estatisticamente significativa e de sentido negativo, dado que, à medida que aumentam os níveis de escolaridade, é menor o valor médio atribuído às representações de dimensão institucional. Relativamente às diferenças entre níveis de escolaridade, apenas não se revelaram estatisticamente significativas as que se verificam entre quem está no 8.º ano de escolaridade ou inferior e quem está no 9.º ano, sendo todas as outras de considerar.

Gráfico 2: Índice de Representações (dimensão institucional), por Nível de Escolaridade



$f = 230.129$; $p = 0.000$

FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

- 16 Se do ponto de vista da condição sócio-familiar se considerar a escolaridade dos pais ou o nível de rendimento, o padrão de associação não difere do anteriormente traçado, nem no que concerne à intensidade (moderada), nem quanto ao sentido (negativo).

Representação das Forças Armadas enquanto oportunidade profissional

- 17 No que concerne a esta dimensão de representação das Forças Armadas, do ponto de vista analítico foram abordadas as questões da atractividade do emprego proposto pelas Forças Armadas, complementadas com questões que permitem aprofundar o conhecimento sobre a forma como os jovens em estudo caracterizam este tipo de emprego.
- 18 Iniciando a análise pela forma como os jovens caracterizam o emprego proposto pelas Forças Armadas, pode dizer-se que os dados obtidos e constantes do Quadro 1 apontam para pistas de reflexão com algum interesse, que entroncam na especificidade com que este emprego é apreciado. Em primeiro lugar, os jovens destacam que se trata, acima de tudo, de um emprego ao serviço da pátria (5,72), ou seja, um emprego que, além de estar associado a uma organização e, conseqüentemente, a um determinado grupo profissional, está ao serviço do país. Estes dados parecem revelar uma grande identificação das Forças Armadas com o interesse nacional, pois, mesmo quando se está a abordar questões

concretas como as características de um emprego, ressalta como associação mais forte nas representações dos jovens o “serviço da pátria”. Aliás, por este mesmo prisma pode interpretar-se o facto de os jovens não considerarem maioritariamente que um emprego nas Forças Armadas seja um “emprego como outro qualquer”. Estes dois indicadores analisados em conjunto parecem reforçar a ideia de que os jovens vêem o emprego nas Forças Armadas como um emprego com características específicas, que ultrapassam a simples relação laboral entre empregador e empregado.

Quadro 1: Definição de um emprego nas Forças Armadas

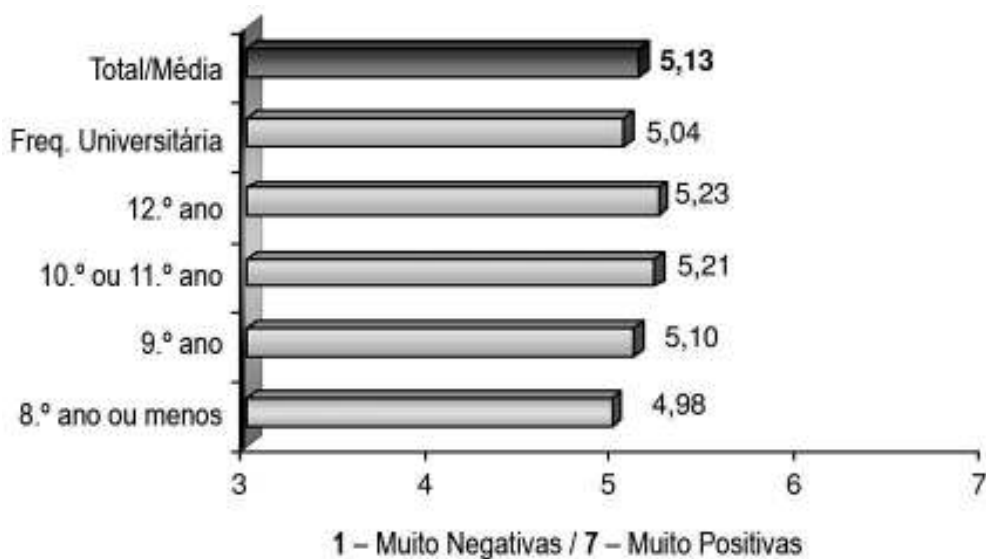
Característica	Média ²
Um emprego ao serviço da pátria	5,72
Um emprego atractivo	5,41
Um emprego com prestígio	5,21
Um emprego que dá mais regalias que os outros	5,19
Um emprego bem pago	5,01
Um emprego seguro	4,85
Um emprego que não exige experiência profissional	3,35
Um emprego como outro qualquer	3,12
Um emprego que não exige muitos conhecimentos	3,11

FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

- 19 Seguidamente, os jovens destacam o facto de se tratar de um emprego atractivo (5,41), o prestígio desse emprego (5,21), bem como o facto de oferecer mais regalias que outros empregos (5,19). Características como emprego bem pago (5,01), ou emprego seguro (4,85), também tiveram um valor de concordância que se pode considerar positivo, mas inferior aos anteriormente representados.
- 20 À semelhança do que foi feito para a dimensão institucional, os principais indicadores utilizados para analisar a representação das Forças Armadas enquanto oportunidade profissional foram também sintetizados num índice, para melhor representar os vectores de análise aqui explorados. Neste sentido, este índice resulta da apreciação da atractividade do emprego proposto pelas Forças Armadas em agregação com a apreciação do prestígio, das remunerações, da segurança e regalias que este confere, tendo sido submetido a testes de associação com a escolaridade dos inquiridos. Os resultados, expressos no Gráfico 3, na sua generalidade vão ao encontro dos padrões de associação que têm vindo a ser apresentados até aqui, destacando-se a positividade do próprio índice (média 5,13) e a variação que sofre por influência da escolaridade. A especificidade que apresenta prende-se com a não linearidade da sua variação em função dos níveis de escolaridade. Ou seja, entre os inquiridos que se situam nos níveis de escolaridade que vão do 8.º ano ou menos ao 12.º ano, a representação das Forças Armadas enquanto

oportunidade profissional aumenta, caindo depois de forma algo acentuada quando se consideram os inquiridos que têm frequência de ensino superior.

GRÁFICO 3: Índice de Representações (dimensão Oportunidade Profissional), por Nível de Escolaridade



f = 95.593; p = 0.000

FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

Os jovens perante a possibilidade de emprego em regime de voluntariado e de contrato nas Forças Armadas

- 21 A questão do recrutamento é central no processo de profissionalização das Forças Armadas, processo este que inclui ainda outras dimensões, como sejam a fidelização de efectivos e a sua reconversão profissional para efeitos de reinserção na vida civil de uma forma profissionalmente activa. Se as Forças Armadas não conseguirem desenvolver a sua capacidade de atrair e recrutar novos elementos, nenhuma das outras fases do processo de profissionalização terá a devida sequência ou deixará de se defrontar com dificuldades.
- 22 A questão do recrutamento é naturalmente condicionada por um conjunto de variáveis de natureza muito distinta, associadas quer às características estruturais do novo modelo de serviço militar, quer à dinâmica conjuntural do mercado de emprego que se verifica na envolvente em que as Forças Armadas se inscrevem. No entanto, é possível afirmar que o recrutamento, em larga medida, depende da propensão manifestada pelo público-alvo que visa atingir, ou seja, depende da predisposição dos actores para agir em relação às propostas que lhes são apresentadas.
- 23 Tendo o Dia da Defesa Nacional como objectivo principal a sensibilização dos jovens para a temática da Defesa Nacional e das Forças Armadas, não poderia deixar de ser encarado como um momento privilegiado para se aferir a atractividade da proposta de emprego disponibilizada pelas Forças Armadas à população em estudo. Assim sendo, este ponto tem como principal propósito estudar a predisposição para o ingresso nas Forças Armadas manifestada pelos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, procurando

compreender como se caracteriza, em que motivações e objectivos se sustenta e quais os aspectos que a influenciam.

Dimensão quantitativa da predisposição para o ingresso nas Forças Armadas

- 24 Relativamente à predisposição dos jovens para ingresso nas Forças Armadas, os dados expressos no Quadro 2, em termos de dimensão quantitativa, demonstram que 52,87% dos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional se manifestam disponíveis, sendo a não pretensão assumida apenas por 25,2%. Importa ainda salientar que 18,6% destes jovens manifestam uma posição indefinida em relação a esta matéria.

Quadro 2: Distribuição da posição dos jovens face ao ingresso no regime de voluntariado e de contrato (RV/RC)

	Casos	%
Não responde	1 851	3,4
Pretende ingressar	29 002	52,87
Não pretende ingressar	13 845	25,2
Não sabe	10 195	18,6
Total	54 893	100,0

- 25 Em termos de contextualização temporal desta predisposição, os jovens foram inquiridos relativamente à probabilidade de ingressarem nas Forças Armadas nos 12 meses seguintes à participação no Dia da Defesa Nacional. A distribuição das respostas indica que cerca de 32,3% dos jovens que manifestaram a intenção de ingressar nas Forças Armadas pretendem efectivar esse ingresso nos 12 meses seguintes à participação no Dia da Defesa Nacional, sendo a dos restantes mais diferida no tempo.

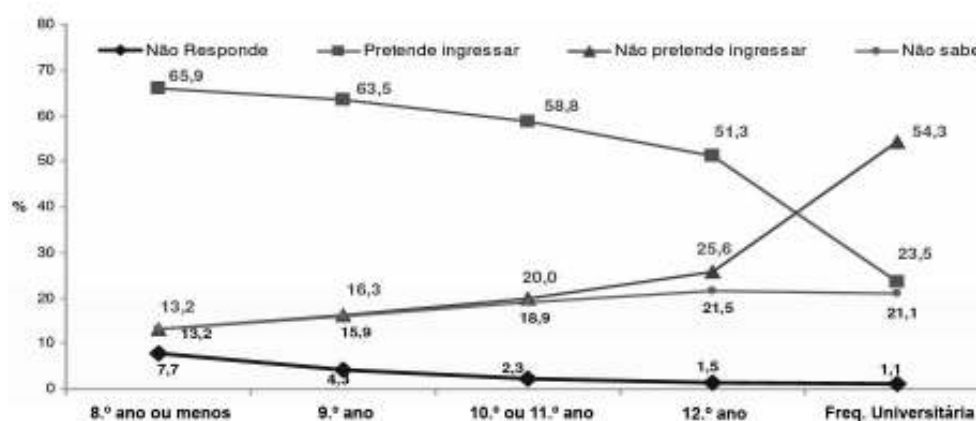
Dimensão qualitativa da predisposição para o ingresso

- 26 Após ter sido realizada uma análise quantitativa da posição dos jovens face ao ingresso nas Forças Armadas, de seguida tentar-se-á compreender qual a escolaridade destes jovens, o seu percurso escolar e as suas aspirações escolares, onde residem, qual a sua origem socioeconómica e que tipo de representações têm sobre as Forças Armadas, tentando posteriormente compreender-se qual o contributo de cada uma destas variáveis na posição dos jovens face ao ingresso nas Forças Armadas.

a) Dimensão Escolar. (escolaridade, aspirações escolares e situação actual)

- 27 Relativamente a esta dimensão importa referir que não se pretende estudar a composição do ingresso em termos de escolaridade, mas antes compreender em que medida a escolaridade influencia a postura dos jovens face às Forças Armadas, verificando se existe aproximação ou afastamento em função de diferentes níveis de escolaridade. O Gráfico 4 permite concluir que a propensão para o ingresso é menor nos níveis de escolaridade mais elevados, comparativamente com os restantes. Pode mesmo dizer-se que se está perante uma relação linear e de sentido negativo. Tendo como referência o valor médio de predisposição para ingresso apresentado no início do capítulo (52,4%), verifica-se que a propensão manifestada pelos jovens que se encontram a frequentar o ensino superior é menos de metade (23,5%), ao passo que a que reporta aos jovens que têm até ao 10.º/11.º ano de escolaridade é superior a esse valor médio.

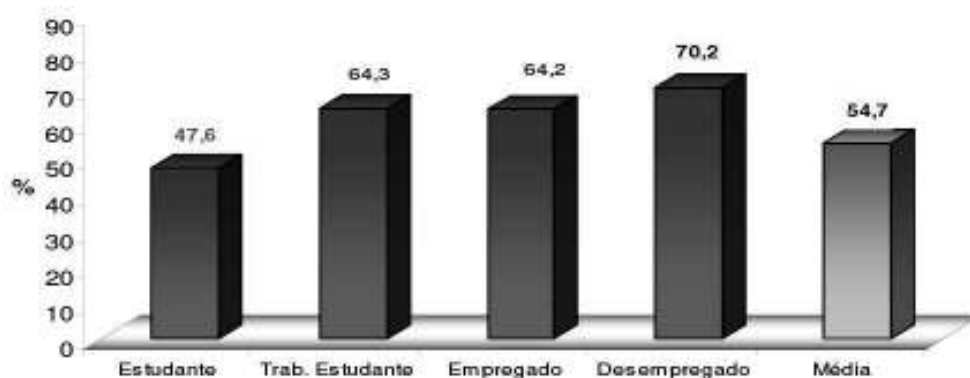
Gráfico 4: Distribuição da posição face ao ingresso pela escolaridade dos jovens



Phi = .329; p = 0.000 N = 52192

FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

- 28 Relativamente à situação actual dos jovens, verifica-se, através do Gráfico 5, que os jovens que se encontram a estudar são, de facto, os que revelam menor propensão para ingressar nas Forças Armadas, muito embora a percentagem de predispostos (47,6%) possa ser encarada como muito significativa. Tal situação deve-se ao facto de, como foi visto anteriormente, junto dos jovens que se encontram a estudar em níveis iguais ou inferiores ao ensino secundário a predisposição para ingresso nas Forças Armadas ser bastante expressiva.

Gráfico 5: Distribuição da posição face ao ingresso pela situação actual dos jovens**N = 53 042****FONTE:** MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

b) Variáveis explicativas do ingresso

- 29 No que concerne aos jovens que estão fora do sistema de ensino, ou pelo menos não o frequentam de forma exclusiva, a propensão para ingresso é superior à média, o que permite aferir que para este segmento populacional com contacto ou vivência de mercado de trabalho a proposta de emprego das Forças Armadas é atractiva.
- 30 Neste ponto, através de procedimentos estatísticos adequados, tentar-se-á não só quantificar a influência conjunta de todas as variáveis, mas também hierarquizá-las relativamente ao seu poder explicativo face à posição dos jovens relativamente ao ingresso nas Forças Armadas. Para o efeito, as variáveis até aqui enunciadas foram agrupadas em dimensões, cuja agregação se prendeu com a correlação estatística existente entre as mesmas. O Quadro 3 discrimina as variáveis incluídas em cada uma das dimensões, pela posição de entrada no modelo de análise (regressão linear múltipla – hierárquica, por blocos).

Quadro 3: Variáveis incluídas nas diferentes Dimensões de Análise

Dimensões	Variáveis
<i>Proximidade Simbólica às Forças Armadas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Representações Institucionais sobre as Forças Armadas • Representações sobre as FA enquanto oportunidade profissional
<i>O Conteúdo do Dia da Defesa Nacional</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse da Cerimónia do Içar da Bandeira Nacional • Interesse do Módulo 1 (Defesa Nacional e o papel das Forças Armadas) • Interesse do Módulo 2 (o Serviço Militar) • Interesse da Demonstração de Actividades
<i>Escolar</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Escolaridade • Aspirações escolares

Rede social	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência com que fala das Forças Armadas com a família • Opiniões dos familiares sobre as Forças Armadas • Frequência com que fala das Forças Armadas com os amigos • Opinião dos amigos sobre as Forças Armadas
-------------	---

- 31 Como se pode verificar no Quadro 4, as dimensões consideradas reportam-se a aspectos relacionados com o percurso escolar do jovem, com variáveis relacionadas com a rede social e familiar e com aspectos relacionados com as percepções/representações que os jovens possuem sobre as Forças Armadas em que se incluiu, também, a apreciação do jovem sobre o Dia da Defesa Nacional. Os resultados obtidos revelam que as variáveis escolhidas têm uma importância significativa, sendo capazes de predizer 42,6% ($p < 0.000$) da variação da predisposição dos jovens para o ingresso no RV/RC, o que é muito significativo em ciências sociais.
- 32 Em termos de importância de cada uma das dimensões utilizadas, verifica-se que a dimensão relativa à *proximidade simbólica* dos jovens face às Forças Armadas, traduzida pelas representações (institucionais e enquanto oportunidade profissional), é a que tem o maior poder preditivo, explicando por si só 29,7% ($p = 0.000$) da predisposição para o ingresso, facto que lhe confere uma preponderância significativa no modelo em causa. A segunda dimensão, respeitante ao conteúdo do programa do Dia da Defesa Nacional, que, recorde-se, era o contexto em que os dados foram recolhidos, tem uma importância preditiva da predisposição para ingresso que se pode considerar relativa, dado que explica apenas 1,8% ($p = 0.000$) da variação desta. A terceira dimensão, que abarcava o nível de escolaridade e as aspirações escolares dos jovens inquiridos, apresenta uma capacidade preditiva significativa, mas também ela algo moderada, situando-se nos 5,2%. Por último, a dimensão relacionada com a rede social dos jovens, abarcando a frequência com que as Forças Armadas são tema de conversa nessa rede, bem como a opinião respeitante a essas, apresenta uma capacidade preditiva estatisticamente significativa, mas moderada, com um valor de 5,9%.

A perspetivação do futuro profissional nas Forças Armadas

- 33 Analisada a predisposição dos jovens para ingressar nas Forças Armadas, tanto em termos quantitativos como qualitativos, e identificadas as variáveis que têm maior capacidade explicativa sobre a variação dessa predisposição, importa agora verificar como esta se distribui pelos diferentes ramos e quais as características em que assenta. Neste sentido, verificar se subjacente à pretensão de ingressar está a escolha de um ramo em particular, analisar possíveis diferenças de características no que concerne aos jovens que são atraídos por cada um dos ramos, bem como se as expectativas profissionais e pessoais estão a ser projectadas com o eventual ingresso na Instituição parecem ser aspectos pertinentes.

Quadro 4: Resultados do Modelo de Análise de Regressão

	Variáveis	Beta	ΔR2	F	Gl
1	Representações Institucionais sobre as FA	-,046*			
	Representações sobre o Emprego nas FA	,576*			
			,297	8988,881	2,42586
2	Representações Institucionais sobre as FA	-,107*			
	Representações sobre o Emprego nas FA	,548*			
	Interesse da Cerimónia do Içar da Bandeira Nacional	,069*			
	Interesse do Módulo 1	,022*			
	Interesse do Módulo 2	,108*			
	Interesse da Demonstração de Actividades	-,023***			
			,018	279,120	4,42582
3	Representações Institucionais sobre as FA	-,112*			
	Representações sobre o Emprego nas FA	,507*			
	Interesse da Cerimónia do Içar da Bandeira Nacional	,037*			
	Interesse do Módulo 1	,021*			
	Interesse do Módulo 2	,134*			
	Interesse da Demonstração de Actividades	-,031*			
	Escolaridade do Jovem	-,187*			
	Aspirações escolares	-,117*			
			,052	1761,951	2,42580
4	Representações Institucionais sobre as FA	,125*			
	Representações sobre o Emprego nas FA	,456*			
	Interesse da Cerimónia do Içar da Bandeira Nacional	,009*			
	Interesse do Módulo 1	,004***			
	Interesse do Módulo 2	,102*			
	Interesse da Demonstração de Actividades	-,023*			

Escolaridade do Jovem	-,155*			
Aspirações escolares	-,091*			
Opinião dos amigos sobre as Forças Armadas	-,003**			
Opinião dos familiares sobre as Forças Armadas	-,015***			
Frequência com que fala das Forças Armadas com os amigos	,160*			
Frequência com que fala das Forças Armadas com a família	,148*			
		,059	1101,103	4,42576
R2 ajustado		,426	2638,626	12,42588

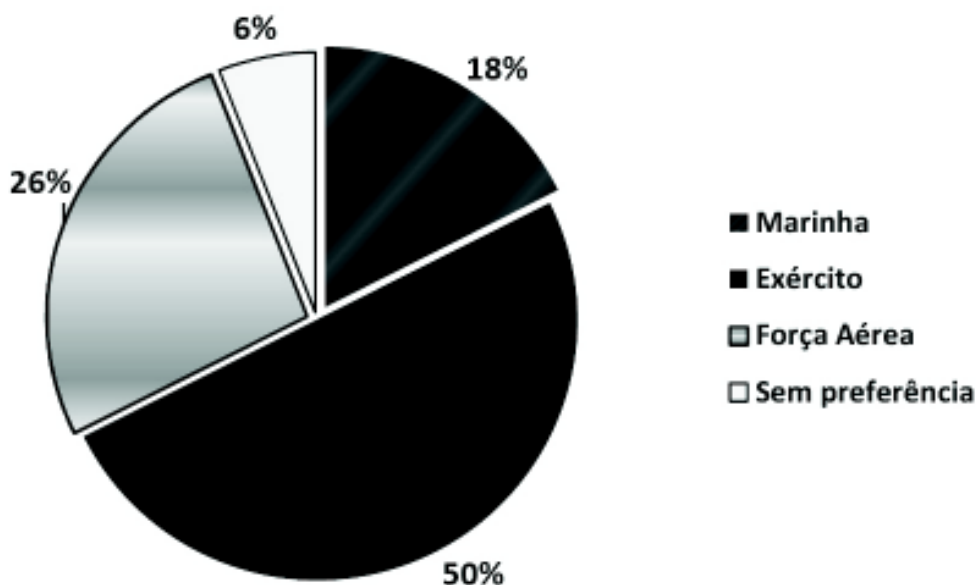
* p < 0.000; ** < 0.005; *** > 0.05

FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

a) Distribuição da predisposição para o ingresso por ramo

- 34 O gráfico 6 reflecte a preferência dos jovens que se mostraram favoráveis ao ingresso em cada um dos ramos e permite concluir que 50% dos jovens assumem que, em caso de ingresso, teriam preferência pelo Exército. Em segundo lugar, em termos de preferência, surge a Força Aérea (26,4%) e, por último, a Marinha, com uma percentagem de 17,6%. De salientar que apenas 6% dos jovens que afirmaram estar predispostos a ingressar mostram indefinição quanto ao ramo de preferência.

Gráfico 6: Ramo de preferência para ingresso

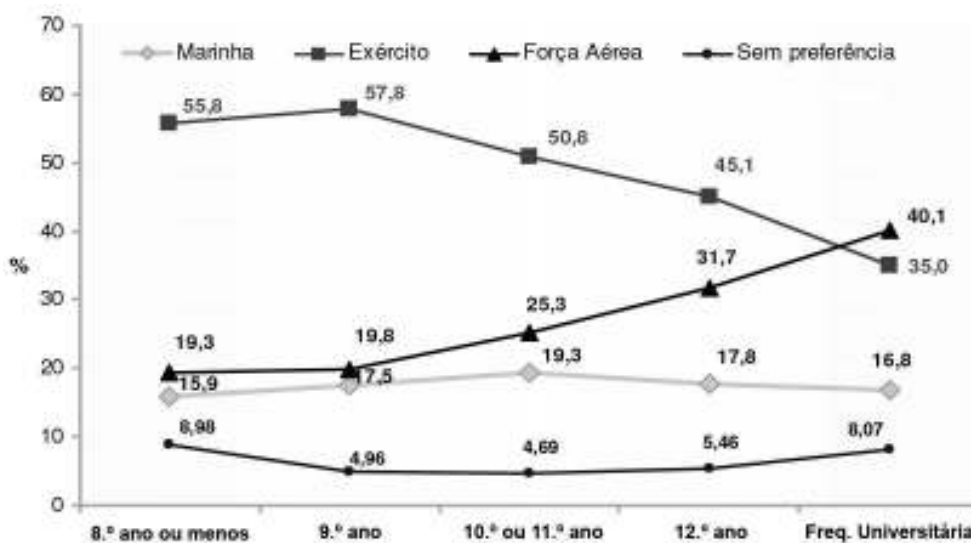


N = 27 294

FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

b) Influência da escolaridade na preferência do ramo

- 35 No que respeita à variação das características dos jovens em função do ramo de preferência para ingresso, o Gráfico 7 revela que as habilitações escolares dos jovens que se mostram predispostos a ingressar nos três ramos são significativamente diferentes. Comparando os valores totais de pretensão de ingresso em cada um dos ramos com os valores que estes obtêm em cada nível de escolaridade, retiram-se algumas ilações interessantes. Em relação ao Exército (valor médio de 50%), constata-se que à medida que a escolaridade aumenta, diminui o número de jovens que atrai, sendo que obtém valores inferiores ao seu valor médio junto dos jovens que têm o 12.º ano ou frequência universitária, 45,1% e 35,0%, respectivamente. Contudo, até ao 12.º ano de escolaridade é o ramo com maior poder de atracção. No que concerne à Força Aérea (com 26,4% de preferência para ingresso), o movimento de evolução dos dados é claramente inverso ao registado para o Exército, uma vez que, à medida que o nível de escolaridade é mais elevado, aumenta o interesse em efectivar o ingresso nas Forças Armadas através deste ramo. Aliás, no que respeita ao segmento de jovens que tem frequência de ensino superior, a Força Aérea consegue ser o ramo mais atractivo em termos de preferência para ingresso (40,1%). Relativamente à Marinha não se verificam diferenças muito significativas na predisposição dos jovens para o ingresso neste ramo em função do nível habilitacional dos mesmos.

Gráfico 7: Variação do ramo de preferência para ingresso em função da escolaridade**N = 27 294****FONTE:** MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

- 36 Importa referir ainda, em matéria de influência da escolaridade na escolha do ramo de preferência, que os dados aqui apresentados revelam o mesmo padrão de configuração desde o primeiro ciclo do Dia da Defesa Nacional, pelo que se trata de uma regularidade que não pode deixar de se constituir como objecto de reflexão por parte das estruturas dirigentes das Forças Armadas.

c) Motivos justificativos da decisão de ingresso nas Forças Armadas

- 37 As razões elencadas para justificar o ingresso abrangeram aspectos simbólicos ligados à própria natureza das Forças Armadas (como as características da vida militar, a vocação profissional ou a possibilidade de participação em Missões de Apoio à Paz) e motivos de cariz instrumental (como a existência de incentivos atractivos ou a possibilidade de concorrerem aos quadros permanentes das Forças Armadas e Forças de Segurança). Os resultados obtidos encontram-se expressos no Quadro 5 e permitem verificar que os motivos mais referidos para justificar a pretensão de ingresso nas Forças Armadas são a vontade de participar em Missões de Apoio à Paz (37,5%), a vontade de adquirir formação profissional (35,9%), as características da vida militar (32,7%), a atractividade dos incentivos (22%) e a possibilidade de concorrer ao Quadro Permanente das Forças Armadas (21,1%). Importa ainda referir que a percentagem de jovens que justifica o ingresso nas Forças Armadas por aquilo que se pode definir por falta de oportunidades alternativas é residual, situando-se à volta dos 4%.

Quadro 5: Motivos apontados para o ingresso nas Forças Armadas

Motivos de Ingresso ³	% ³
----------------------------------	----------------

Vocação Profissional	14
Concorrer ao QP das Forças Armadas	21,1
Prestígio Social dos Militares	15
Concorrer ao QP das Forças de Segurança	10
Incentivos Atractivos	22
Participar em Missões de Apoio à Paz	37,5
Adquirir Independência Económica e Familiar	18,5
Adquirir Formação Profissional	35,9
Concorrer ao QP da Função Pública	5,8
Características da Vida Militar	32,7
Não ter emprego	4,5
Não conseguir arranjar outro emprego	4,2

FONTE: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

- 38 Com o intuito de melhor compreender os motivos de ingresso nas Forças Armadas, estes foram sujeitos a uma análise de correspondências múltiplas. No entanto, importa salientar que acima de tudo se pretende compreender que motivos de ingresso surgem associados e têm poder distintivo.

GRÁFICO 8: Perfis de Motivos de Ingresso

- 39 Neste sentido, os resultados obtidos, expressos no gráfico seguinte, permitiram identificar duas dimensões de organização do espaço topológico referentes à projecção do ingresso nas Forças Armadas. A primeira dimensão foi denominada de integração e permite ver até que ponto o ingresso nas Forças Armadas se dá por aquilo que estas representam. Importa salientar que esta integração não visa traduzir relações de permanência na instituição, mas sim relações de adesão ao que esta simboliza. A segunda foi definida como dimensão utilização e traduz o grau em que o ingresso nos regimes de voluntariado e contrato das Forças Armadas é visto pelos inquiridos como uma porta de entrada para outro tipo de situação profissional, tratando-se, assim, de uma utilização das Forças Armadas na prossecução de objectivos profissionais que não passam pela permanência definitiva nas mesmas.
- 40 Relativamente a tipos de perfis, segundo a conjugação das duas dimensões consideradas pelo Gráfico 8, são levantadas algumas pistas de reflexão interessantes. Num primeiro plano destaca-se (traço duplo) o ingresso nas Forças Armadas justificado pelos aspectos de natureza mais simbólica que as caracterizam. Ou seja, ingressam pelo prestígio social que está associado às Forças Armadas, pelas próprias características da vida militar, e encaram esse ingresso como uma vocação. É de notar que neste perfil de motivações não surge a justificação do ingresso com intenções de vínculo profissional permanente com a

instituição militar. Os traços marcantes deste perfil são de facto a adesão justificada por aquilo que as Forças Armadas representam e a sua associação à pretensão de ingresso no Exército.

- 41 Num outro plano (tracejado), é possível identificar um conjunto de motivos que caracterizam um ingresso nas Forças Armadas não por aquilo que estas representam, mas mais por aquilo que permitem. Ou seja, o ingresso nas Forças Armadas é encarado claramente numa perspectiva de instrumento útil para aceder a uma outra situação profissional de maior estabilidade, que passa pelo acesso ao Quadro Permanente (das Forças de Segurança, das próprias Forças Armadas ou mesmo da Administração Pública). Trata-se de um tipo de perfil que está num quadrante oposto ao anterior.
- 42 Num terceiro plano (traço simples) pode ainda identificar-se um tipo de perfil que combina as duas dimensões, ou seja, um ingresso pela adesão a valores, mas também com um propósito de instrumentalização, protagonizado pelos inquiridos que justificam o seu ingresso pela atractibilidade do regime de incentivos que é proposto e pela possibilidade de acréscimo das suas qualificações profissionais. Por último, a leitura desta figura não ficaria completa sem que fosse aludida a localização no plano da Marinha e da Força Aérea. De facto, estes dois ramos não surgem como muito distintivos em matéria de perfil de motivos, mas é interessante verificar que se situam num quadrante oposto ao do Exército e claramente na zona positiva da dimensão de utilização.

Conclusões

- 43 Como primeira nota conclusiva relativamente à relação dos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional com as Forças Armadas, destaca-se a positividade das representações, tanto nos domínios de conteúdo que se prendem com a vertente institucional, como nos que reportam à apreciação do emprego proposto. Trata-se ainda de uma positividade que se tem revelado estável ao longo dos ciclos de estudos, o que, tendo em conta que se trata de uma instituição não muito presente no universo relacional ou simbólico dos jovens, merece algum realce. Contudo, apesar desta positividade geral, detectaram-se algumas variações que, até por serem recorrentes, importa realçar, nomeadamente a influência do nível de escolaridade dos jovens, donde se extrai que a população com escolaridade mais elevada tende a manifestar representações menos positivas face às Forças Armadas, sem que se cheguem a atingir valores negativos.
- 44 No que concerne à predisposição para o ingresso nas Forças Armadas, desde que se iniciaram os estudos no âmbito do Dia da Defesa Nacional, o actual ciclo foi o que registou o valor mais elevado de predisposição para ingresso (aproximadamente 53%), o que, do ponto de vista quantitativo, se pode considerar como um bom indicador em matéria de sustentabilidade do modelo de profissionalização das Forças Armadas. Um outro dado quantitativo que se pode considerar relevante prende-se com o facto de um número muito significativo de jovens que se manifestaram predispostos a ingressar pretenderem fazê-lo num intervalo de tempo que não ultrapassa os 12 meses após a participação no Dia da Defesa Nacional (33,4%).
- 45 Do ponto de vista qualitativo, foi possível identificar os principais traços do perfil dos jovens que manifestam predisposição para ingressar nas Forças Armadas, no qual os menos escolarizados (com escolaridade que não ultrapassa o 11.º ano) revelam valores de predisposição significativamente mais elevados que os mais escolarizados (com o 12.º ano

ou frequência de ensino superior). Trata-se de uma situação algo expectável, dado que os jovens que projectam percursos escolares que passam pela conclusão de estudos de nível superior tenderão a colocar menos a possibilidade de conciliar esses propósitos com um ingresso no mercado de trabalho, seja através das Forças Armadas ou outra entidade empregadora.

- 46 Ainda em matéria de escolaridade, foi possível verificar que cada um dos ramos enfrenta situações diversas, sendo que os jovens que manifestam preferência para ingresso na Força Aérea tendem a ser mais escolarizados do que os que preferem os restantes ramos, sobretudo o Exército.
- 47 Como complemento da informação relativa ao perfil dos jovens interessados no ingresso em cada um dos ramos, foi também possível identificar os principais motivos em que assenta a justificação dessa pretensão, bem como a sua diferenciação consoante o ramo pretendido. Os dados permitiram dar conta de que à pretensão de ingresso no Exército estão associados motivos relacionados com a atractividade das características da vida militar, à participação em missões de apoio à paz, ao passo que o ingresso na Marinha e na Força Aérea tem subjacentes interesses que indicam a utilização das Forças Armadas como meio para atingir outros patamares, sejam eles de ingresso num quadro permanente, sejam de aumento das qualificações.
- 48 No que concerne aos factores que explicam a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas, o modelo de regressão utilizado clarifica de forma segura a importância que as representações assumem nesta matéria, tratando-se da dimensão com influência mais significativa e de sentido positivo. A rede social em que os jovens se inserem, nomeadamente a frequência com que falam das Forças Armadas com familiares e amigos, também revela uma influência significativa e positiva, mas de intensidade muito menor. Por último, relativamente a esta temática, verificou-se que a escolaridade dos jovens apresenta uma influência directa não muito intensa, quando comparada por exemplo com as representações, mas ainda assim significativa e de sentido negativo. Trata-se, aliás, de um sentido de influência recorrente, uma vez que também se manifesta na apreciação do próprio Dia da Defesa Nacional e seus componentes, bem como na explicação das representações sobre as Forças Armadas. Esta recorrência permite constatar que o grupo de jovens mais escolarizados não só tende a considerar menos as propostas de emprego apresentadas pelas Forças Armadas, mas também a apreciar de forma menos positiva o que estas representam e os eventos que promovem. Trata-se de um dado que se pode considerar incontornável em matéria de definição de estratégias de comunicação por parte das Forças Armadas, sejam elas de informação, sensibilização ou de recrutamento.
- 49 Processo de recolha de dados – Outubro de 2004 a Junho de 2007.

BIBLIOGRAFIA

BATTISTELLI, F. (2004), “Os militares e os desafios da pós-modernidade: o caso italiano”, *Revista Nação e Defesa*, 107, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.

BENOÎT-GUILBOT, O. e J.-V. Pfirsch (1998), *La decision d'engagement volontaire des militaires du rang: L'armée de terre*, Paris, Centre d'Études en Sciences Sociales de la Défense.

BOENE, B. (2003), "La professionnalisation des armées", *Revue française de sociologie*, 44-4, Paris, Ophrys.

DUBAR, C. (1997), *A Socialização – construção de identidades profissionais*, Porto, Porto Editora.

LABATUT, B. e J. Martinez Paricio (2003), *La professionnalisation des armées en Espagne: consequences des mutations du système d'hommes sur la politique militaire et sur les relations civilo-militaires*, Paris, Centre d'Études en Sciences Sociales de la Défense.

LADA, E. e C. Nicole-Drancourt (1998), *Images de l'armée et insertion des jeunes*, Paris, Centre d'Études en Sciences Sociales de la Défense.

LÉGER, J.-F. (2003), "Les Jeunes engagés", *Revue française de sociologie*, 44-4, Paris, Ophrys.

MARICHY, J. P. (2003), *Cinq ans après, que sont devenues les engagés volontaires de l'armée de terre*, Paris, Centre d'Études en Sciences Sociales de la Défense.

NOTAS

1. Escala de graduação crescente de 1 a 7 valores.
 2. Escala de concordância crescente de 1 a 7 valores.
 3. Cada item totaliza 100%.
-

RESUMOS

Nas sociedades actuais qualquer instituição, entre elas a militar, não é mais julgada pelo que se propõe fazer, mas pelo que efectivamente faz. Tratadas pela sociedade e pelo mercado como qualquer outra instituição, as Forças Armadas estão, assim, mais sujeitas ao escrutínio e controlo social. Cultivar a legitimidade tornou-se cada vez mais uma necessidade, tendo em vista a prevenção de possíveis situações de banalização institucional. Além desta atitude de cariz pró-activo, os pressupostos da profissionalização, enquanto novo modelo de organização, também lhes exigem uma permanente capacidade para conseguir obter os recursos humanos necessários ao desenvolvimento das suas missões.

Para contribuir para a construção de estratégias solidificadas de intervenção neste domínio, torna-se necessário recolher elementos que permitam traçar um diagnóstico da situação, o que implica, forçosamente, considerar como objecto de análise as inter-relações estabelecidas entre as Forças Armadas e a sociedade envolvente. É neste quadro que se insere este estudo, que, a coberto da realização do Dia da Defesa Nacional, procura apreender e caracterizar o que pensa das Forças Armadas e das suas ofertas de emprego um dos segmentos populacionais mais importantes no contexto da profissionalização, ou seja, a população jovem.

In current society, any institution, including the military, is not judged by what they intent to do, but by what they actually do. Judged by the society and job market like any other institution, the Armed Forces are under an exhaustive evaluation and social control. In this context, in order to

prevent any situations of institutional trivialization is essential that Armed Forces promote their social legitimacy. In addition to this proactive approach of maintaining the legitimacy, the assumptions inherent to professionalization as a model of military organization, it also requires a permanent ability to attract sufficient human resources to develop and accomplish their missions.

To develop and implement intervention strategies in this domain is essential to analyse and understand the reality, considering the conceptual interplay between the Armed Forces and the involving society. Based on this theoretical conceptualization, the present study aims to collect and understand the perceptions of the young people who attended the National Defence Day regarding the Armed Forces and their job opportunities.

ÍNDICE

Palavras-chave: Forças Armadas, profissionalização, representações, recrutamento, jovens

Keywords: Armed Forces, professionalization, perceptions, recruitment, youth

AUTORES

ANTÓNIO IDEIAS CARDOSO

antonio.cardoso@defesa.pt

ISABEL MADEIRA

Divisão de Ensino e Formação – Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (MDN)

CRISTINA POÇAS VILHENA

Divisão de Ensino e Formação – Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (MDN)

LUÍS VICENTE BAPTISTA

FCSH-UNL, CesNova

JOSÉ MANUEL RESENDE

FCSH-UNL, CesNova

PAULO ANTUNES FERREIRA

Investigador do CesNova

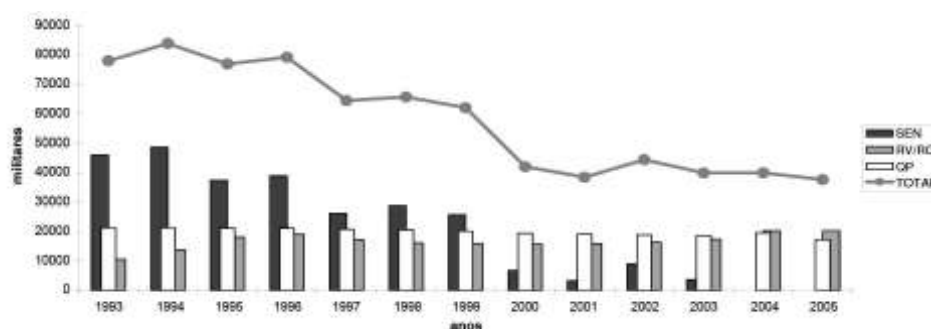
A profissionalização das Forças Armadas: um olhar sobre o seu pilar de sustentação – os militares do regime de voluntariado e de contrato

António Ideias Cardoso, Isabel Madeira, Francisco Sousa Marques, Cristina Poças Vilhena, Luís Vicente Baptista, José Manuel Resende, Paulo Antunes Ferreira e Patrícia Pereira

Introdução

- 1 Portugal incorporou a mudança de paradigma organizacional rumo à profissionalização do serviço militar, tendo, em pouco mais de 10 anos, alterado profundamente a composição do seu efectivo militar. Assim, em 1993, o nosso país tinha quase 78 mil militares. Doze anos depois, já após o fim da conscrição e com a total implementação da profissionalização, o número de efectivos passou para cerca de 37 mil profissionais.

Gráfico 1: Evolução do efectivo militar das Forças Armadas



FONTE: Anuários Estatísticos do Ministério da Defesa Nacional de 1993 a 2005

- 2 Independentemente da interpretação qualitativa que se possa realizar desta profunda mudança, pode afirmar-se que a implementação da profissionalização está a consolidar-se.
- 3 Devido a esta especificidade, o modelo de profissionalização exige às Forças Armadas uma contínua capacidade para cativar os efectivos necessários à prossecução das suas actividades, numa perspectiva quantitativa e qualitativa. Para que as Forças Armadas não venham a enfrentar situações de falta de efectivos, a profissionalização deve ser vista como uma missão permanente, trabalhada de forma sequencial, sustentada e integrada. Por outro lado, para que os indivíduos que deixam as Forças Armadas no final do seu contrato não se vejam confrontados com um mercado de trabalho para o qual não adquiriram, devido à sua inserção na instituição militar, as competências e as qualificações necessárias, a formação adequada destes indivíduos deve ser também uma prioridade das Forças Armadas. O número e complexidade destas novas variáveis levaram à necessidade de uma gestão de recursos humanos mais complexa e necessariamente mais conhecedora da realidade, não permitindo lugar para o ensaio de soluções *ad hoc* sustentadas em contextos passados. Foi neste contexto que surgiu o estudo que suporta este artigo, o qual teve por objectivos não apenas a caracterização sociográfica destes militares, mas também a apreensão das suas lógicas de acção, a caracterização e interpretação dos processos de estruturação de trajectórias profissionais e o conhecimento dos mecanismos de tomada de decisão.

Características do universo de estudo

- 4 O universo sobre o qual incidiu este trabalho constitui-se nos militares do Regime de Voluntariado e de Contrato (RV/RC) dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas (Marinha, Exército e Força Aérea), abrangendo, em termos globais, 20 521 militares, embora, em termos proporcionais, os ramos apresentem dimensões bastante diferentes entre si. O Exército é o ramo que apresenta o maior volume de população neste Regime, 14 456 militares, pertencendo à Força Aérea 3342 e à Marinha 2723 militares. Para o estudo deste universo foi construída uma amostra estratificada e proporcional (dentro de cada ramo), desenhada para garantir uma análise representativa de cada um dos ramos¹.

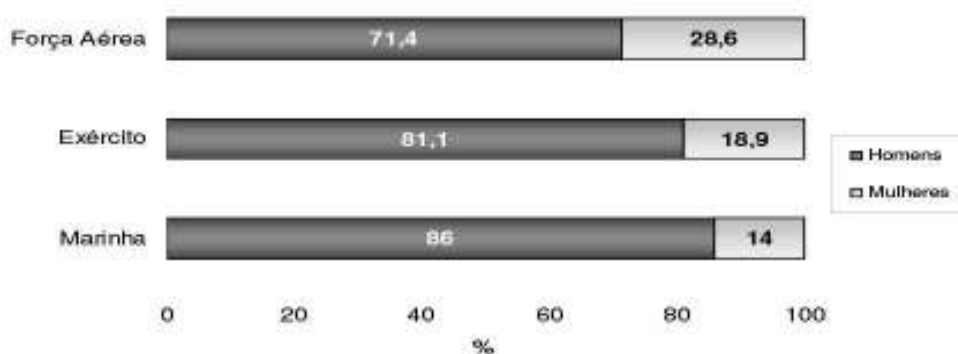
Tabela 1: Total de efectivos em RV/RC por ramo

	Ramo					
	MARINHA		EXÉRCITO		FORÇA AÉREA	
Categoria	Efectivos ²	Amostra	Efectivos ²	Amostra	Efectivos ²	Amostra
Oficiais	254		596		533	
Sargentos	26		1 290		10	
Praças	2 443		12 570		2 799	
Total	2 723	940	14 456	1 240	3 342	900

Dados sócio-demográficos

- 5 Relativamente à distribuição da variável sexo em cada um dos ramos, o Gráfico 2 permite identificar aspectos de alguma relevância. Em primeiro lugar, constata-se que os três ramos das Forças Armadas apresentam uma composição marcadamente masculina, uma vez que a percentagem mais baixa de militares do sexo masculino é de 71,4%, registada na Força Aérea. Em segundo lugar, apesar deste predomínio de um dos sexos, verifica-se uma diferença assinalável entre os ramos em matéria de peso proporcional de homens e mulheres, sendo a Força Aérea o ramo que apresenta a maior percentagem de mulheres (28,6%) e a Marinha o que apresenta a menor (14%). O Exército ocupa nesta matéria uma posição intermédia, embora mais próxima da apresentada pela Marinha.

Gráfico 2: Distribuição da variável sexo dos militares RC por ramo, em %



- 6 No que concerne à idade dos militares no momento da inquirição, a Tabela 2 mostra uma ligeira diferença entre a população que compõe cada um dos ramos, da qual transparece que os militares da Força Aérea apresentam uma média de idade superior à dos restantes: 24,08 anos, contra 23,12 dos militares do Exército e 22,02 dos militares da Marinha.

Tabela 2 : Média de idades dos militares RC por ramo (em anos)³

Ramo	Média de Idades (em anos)	
	Idade actual	Idade de ingresso ⁴
Marinha	22,02	19,98
Exército	23,12	20,06
Força Aérea	24,08	20,23

- 7 O último aspecto de natureza sócio-demográfica considerado em matéria de caracterização da população em estudo é o nível de escolaridade actual dos militares de cada um dos ramos. A este propósito, os dados disponíveis expressos na Tabela 3 revelam a existência de um perfil de escolarização bastante diferenciado entre os ramos.
- 8 Em primeiro lugar, verifica-se que Marinha e Força Aérea apresentam o 12.º ano como nível de escolaridade predominante, embora com uma expressão diferenciada favorável para este último ramo, respectivamente 40,7% e 50%. O Exército, relativamente a este nível de escolaridade, apresenta uma percentagem bastante inferior não ultrapassando os 28%. Aliás, este ramo apresenta como nível de escolaridade predominante o 9.º ano, com 35,5% aos quais correspondem 23,6% na Marinha e apenas 10,2% na Força Aérea.
- 9 Os extremos da variável “Nível de Escolaridade” também distinguem os ramos. No extremo inferior, referente a quem apresenta menos que o 9.º de escolaridade, a percentagem registada pelo Exército é de 10,6%, contra 2,2% na Marinha e sem ocorrências na Força Aérea. Já em relação a quem tem um nível de Licenciatura ou superior, a situação inverte-se, sendo a Força Aérea o ramo que apresenta o valor mais elevado: 11,6%, contra 6,5% da Marinha e 3,5% no Exército.

Tabela 3 : Nível de escolaridade actual dos militares em cada um dos ramos

	Ramo a que pertence			Total
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Menos que o 9.º ano	21 2,2%	131 10,6%	0 ,0%	152 4,9%
9.º ano	221 23,6%	438 35,5%	92 10,2%	751 24,5%
10.º ano	103 11,0%	123 10,0%	49 5,5%	275 9,0%
11.º ano	150 16,0%	159 12,9%	204 22,7%	513 16,7%
12.º ano	382 40,7%	341 27,6%	449 50,0%	1172 38,2%
Licenciatura ou superior	61 6,5%	43 3,5%	104 11,6%	208 6,8%
Total	938 100,0%	1235 100,0%	898 100,0%	3071 100,0%

Caracterização do percurso desenvolvido antes do ingresso nas Forças Armadas

- 10 Com o intuito de melhor interpretar as características dos percursos dos indivíduos que integram o Regime de Voluntariado e de Contrato no seio de cada um dos ramos das Forças Armadas, bem como as motivações e justificações que estão na origem de determinados comportamentos, importa considerar os elementos mais expressivos do percurso escolar e profissional que antecedeu o seu ingresso nas Forças Armadas. Conhecer o trajecto que os trouxe até às Forças Armadas poderá ser um importante elemento de enquadramento e compreensão das trajectórias que nelas desenvolvem.
- 11 Neste sentido, tomámos como ponto de partida de análise a situação profissional anterior ao ingresso nas Forças Armadas. Os resultados obtidos apontam para uma relativa diferença entre os militares que ingressaram em cada um dos ramos das Forças Armadas. Os que ingressaram na Marinha e na Força Aérea encontravam-se maioritariamente na situação de “Estudante”, 47% e 48,6% respectivamente, ao passo que no Exército essa percentagem se situa nos 36,6%. Confirmando a tendência identificada, o Exército destaca-se como o ramo com maior percentagem de militares que estavam já inseridos no mercado de trabalho antes do ingresso nas Forças Armadas (36,8%).

Tabela 4: Situação profissional antes do ingresso por ramo

	Ramo a que pertence			Total
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Estudante	436 47,0%	452 36,6%	436 48,6%	1324 43,2%
Trabalhador-estudante	161 17,3%	176 14,2%	180 20,0%	517 16,9%
Desempregado	46 5,0%	90 7,3%	44 4,9%	180 5,9%
A trabalhar	285 30,7%	518 41,9%	238 26,5%	1041 34,0%
Total	928 100,0%	1236 100,0%	898 100,0%	3062 100,0%

- 12 A percentagem de população, em cada ramo, oriunda de uma situação em que o exercício de uma actividade profissional era conciliado com a prossecução de estudos ganha relevância por ser a terceira categoria mais expressiva em todos eles, mas igualmente por ser menos expressiva no Exército comparativamente aos restantes ramos, confirmando, uma vez mais, que a população que integra as fileiras do Exército, por via do Regime de Voluntariado e de Contrato, é a que mostra uma maior taxa de inserção no mercado de trabalho anterior ao ingresso. Por fim, há a registar que, de facto, não é a situação de desemprego que determina o ingresso de forma directa, dado que nenhum dos ramos apresenta uma percentagem muito significativa de militares desempregados antes do ingresso nas Forças Armadas.
- 13 Sintetizando as características dos percursos escolares e profissionais que antecederam o ingresso nas Forças Armadas, pode dizer-se que os militares que foram incorporados no Exército se distinguem por apresentarem menores níveis de escolaridade e uma maior ligação ao mercado de trabalho, ao passo que os militares da Força Aérea se constituem

como os mais escolarizados e de menor experiência profissional. A Marinha ocupa uma posição intermédia nesta matéria, embora tenha a maior percentagem de militares que frequentaram formação profissional.

Os processos de escolha no âmbito do percurso desenvolvido nas Forças Armadas

- 14 O percurso profissional desenvolvido pelos militares é caracterizado por um conjunto de escolhas sucessivas, desde a escolha em ingressar nas Forças Armadas à escolha do ramo em que esse ingresso é efectuado e mesmo às actividades que se pretende desenvolver. O objectivo deste ponto passa por analisar e compreender esses processos, procurando apreender os factores em que assentam, como variam e como se integram nas trajetórias profissionais dos indivíduos. A pertinência desta análise reside no facto de estas escolhas representarem opções vinculativas em termos de trajetórias profissionais.

Motivos de ingresso no RV/RC

- 15 Um dos momentos mais marcantes no percurso profissional de um militar é aquele em que é efectivamente tomada a decisão de ingressar nas Forças Armadas. Como tal, parece oportuno iniciar a análise pelos motivos apresentados pelos militares para justificar essa sua opção. Pretende-se verificar até que ponto se trata de uma decisão assente na avaliação comparada de diversas oportunidades profissionais e se inscreve numa trajetória profissional com contornos delineados.
- 16 Os dados disponíveis permitem conhecer o perfil de motivos apontados para o ingresso em cada um dos ramos. Através deles, é possível verificar que *a atracção pelas actividades e missões das Forças Armadas* e *a participação na defesa e representação do país* são os motivos de ingresso mais transversais aos três ramos e, ao mesmo tempo, os mais significativos para cada um.
- 17 Em termos das especificidades de cada um dos ramos verifica-se que, para quem ingressa na Força Aérea ou na Marinha, *obter segurança profissional* é um motivo de elevada relevância, o que, em virtude de se estar perante uma proposta de emprego com uma duração máxima definida à partida (sensivelmente 6 anos), aponta para a precariedade e insegurança profissional com que estes jovens militares representam o mercado de emprego. Para os militares destes dois ramos, assume ainda alguma relevância a justificação de ingresso que se baseia na pretensão de ter uma profissão remunerada. Trata-se de uma outra forma de perspectivar o ingresso, igualmente assente numa componente utilitária. No caso ainda do ingresso na Marinha, é também de destacar a importância atribuída a aspectos relacionados com as representações sobre o ramo, nomeadamente as características da vida militar que lhe são inerentes e o facto de proporcionar conhecer novos lugares. São dois motivos justificativos que distinguem os militares deste ramo face aos restantes.

Tabela 5: Motivos justificativos do ingresso em RV/RC em cada um dos ramos

	(valor médio) ⁵
--	----------------------------

ITEM	Marinha	Exército	Força Aérea
Atracção pelas actividades e missões das Forças Armadas	5,50	5,43	5,23
Obter segurança profissional	5,37	4,74	5,44
Atracção pelas características da vida militar	5,15	4,75	4,99
Servir o país/Participar na defesa e representação do país	5,43	5,22	5,16
Não ter emprego	2,56	2,49	2,69
Não conseguir arranjar outro emprego	2,14	2,09	2,19
Para sair de casa ou da região	1,89	1,86	1,90
Por tradição ou influência familiar	2,48	2,42	2,25
Por ter amigos nas Forças Armadas	2,71	2,69	2,32
Para beneficiar dos incentivos à prestação de serviço em RV/RC	4,11	3,96	4,19
Para ter uma profissão remunerada	4,57	4,02	4,70
Pelo prestígio social dos militares	4,24	3,77	4,03
Para conhecer novos lugares	5,06	4,46	4,14

Tabela 6: Agregação dos motivos de ingresso em factores (por semelhança estatística)⁶

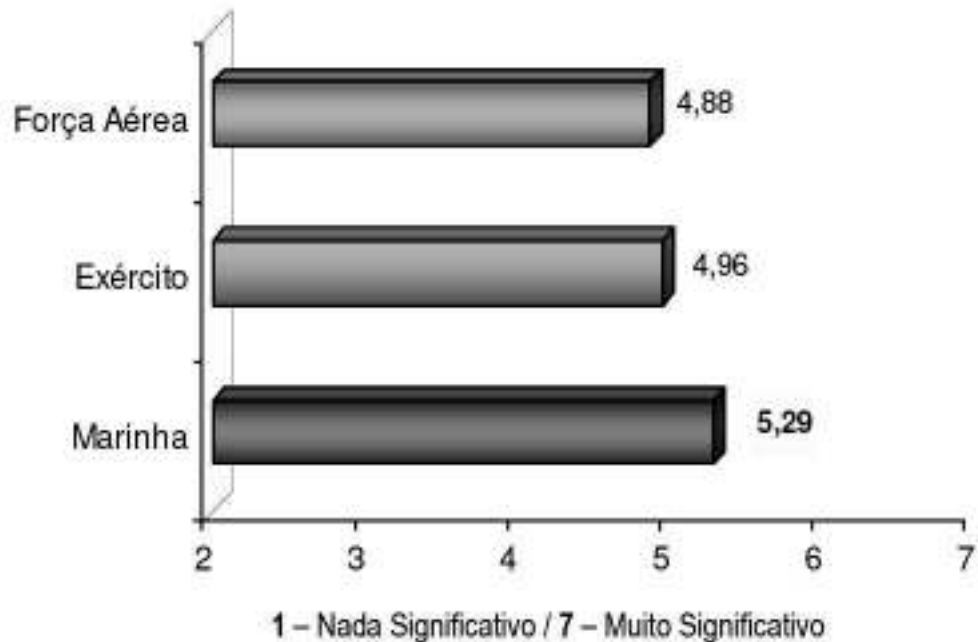
	Factores			
	1	2	3	4
Atracção pelas actividades e missões das Forças Armadas	,829	,062	-,060	,053
Obter alguma segurança profissional	,312	,660	,093	-,095
Atracção pelos valores característicos da vida militar	,822	,198	-,034	,059
Servir Portugal/participar na defesa e representação do país	,837	,135	-,060	,095
Não ter emprego/estar sem fazer nada	-,067	,180	,849	-,020
Não conseguir arranjar outro tipo de emprego	-,092	,138	,862	,032
Sair de casa e da área de residência	,078	,014	,643	,356

Tradição ou influência familiar	,122	,059	,094	,796
Ter amigos nas Forças Armadas	,072	,194	,089	,805
Beneficiar dos incentivos à prestação de serviço militar	,043	,758	,026	,243
Obter uma profissão remunerada	,033	,833	,220	,049
Prestígio social dos militares	,383	,628	,087	,261
Possibilidade de conhecer novos lugares	,436	,362	,116	,285

- 18 Os militares que ingressaram no Exército apresentam a particularidade de atribuir uma importância significativa a um número mais reduzido de motivos justificativos. Os motivos mais referidos pelos militares deste ramo são os que foram anteriormente apontados como transversais aos três ramos e assentam sobretudo em imagens e representações do ramo, ficando sub-representados os motivos ligados a ganhos ou possíveis benefícios profissionais inerentes ao ingresso nas Forças Armadas.
- 19 Para analisar de forma mais aprofundada este conjunto de motivos de ingresso e identificar os elementos que os poderão fazer variar, procedeu-se à realização de uma Análise Factorial, de forma a constituir grupos de factores estatisticamente semelhantes, reduzindo assim a complexidade dos dados. Dos resultados da aplicação deste procedimento emerge a agregação dos vários motivos de ingresso considerados em quatro factores, que apresentam a configuração apresentada na Tabela 6.
- 20 Tendo em consideração a configuração dos factores, o primeiro foi designado como atracção pelas características da vida e profissão militar; o segundo por benefícios profissionais e sociais inerentes ao desempenho da actividade militar; o terceiro como influência da rede social e o quarto como ausência de outras perspectivas de natureza profissional. Em termos de capacidade explicativa, no seu conjunto, estes quatro factores explicam 65,7% da variância total dos motivos de ingresso, o que é muito significativo. Destes quatro factores, os mais relevantes são o primeiro, que denominamos por atracção pelas características da vida e profissão militar, com 30,4%, e o segundo, entendido como benefícios profissionais e sociais inerentes ao desempenho da actividade militar, com 17,3%, o que em conjunto perfaz 47,7%. O terceiro e o quarto factores, ou seja, a influência da rede social e a ausência de outras perspectivas profissionais, apesar de estatisticamente significativos, em conjunto, explicam apenas 18% da variância total. Estes dados vêm solidificar o que a análise de médias de cada um dos motivos tinha já permitido antever.
- 21 Posteriormente, para cada um destes factores foram procurados elementos de influência ou variação teoricamente pertinentes face aos objectivos do estudo e às características da população observada, tais como o ramo das Forças Armadas a que os militares pertencem e, no interior de cada ramo, o sexo e escolaridade dos militares.
- 22 Relativamente à variação das várias dimensões justificativas do ingresso pelo ramo, a análise dos dados apresentados nos Gráficos 3 e 4 confirma o que já tinha sido revelado pelas análises anteriormente efectuadas. Os motivos associados às características da vida militar, apesar de serem transversais aos três ramos e de se apresentarem como os mais expressivos em cada um deles, têm um peso ligeiramente superior no caso da Marinha,

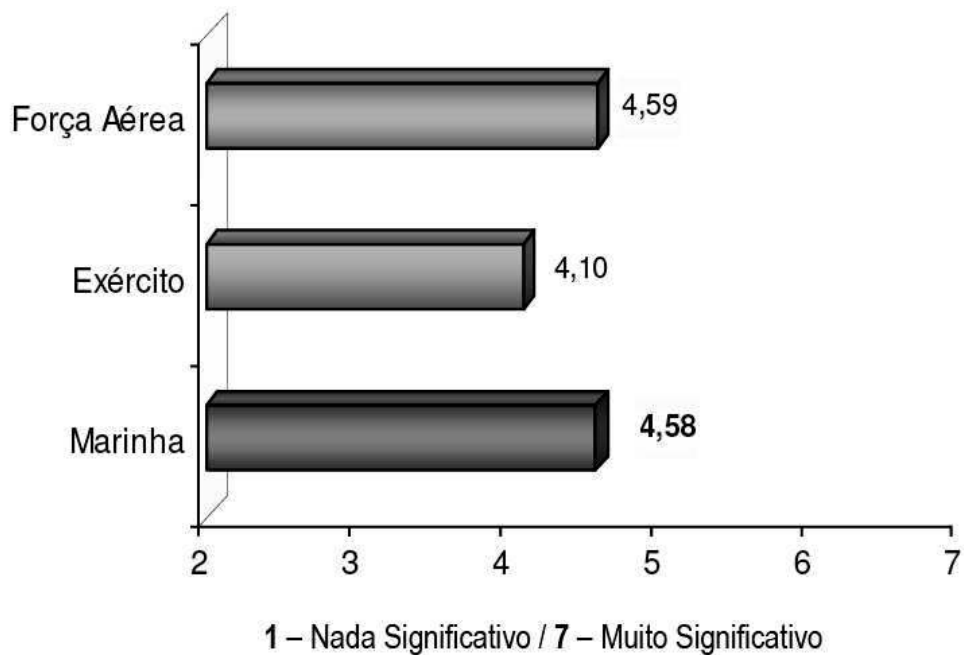
sendo esta diferença estatisticamente significativa. Por outro lado, o ingresso justificado com base em benefícios sociais e profissionais inerentes ao desempenho da actividade militar é menos expressivo no Exército, comparativamente à Marinha e à Força Aérea, assumindo a diferença registada o estatuto de estatisticamente significativa.

Gráfico 3: Ingresso pela atracção das características da vida e profissão militar



$F = 26.006$ $p = 0.000$

GRÁFICO 4: Ingresso por benefícios profissionais e sociais



$F = 43.794$ $p = 0.000$

- 23 No que concerne à influência da rede social dos militares como justificação para o ingresso, bem como à justificação desse ingresso por falta de outras perspectivas profissionais, os valores registados por estes dois factores não são expressivos em nenhum dos ramos, dado que ou são negativos ($< 2,5$) ou se encontram no limiar da positividade ($> 2,5$). Relativamente à variação dos vários factores de ingresso em cada um dos ramos das Forças Armadas em função do sexo dos militares, as análises efectuadas não revelaram a existência de diferenças significativas.
- 24 No que concerne à influência da escolaridade dos militares de cada um dos ramos na justificação do ingresso, as análises efectuadas permitiram extrair algumas tendências de variação relevantes. Em cada um dos ramos notou-se que os militares mais escolarizados (licenciatura ou superior) têm menos tendência a dar como justificação para o ingresso a atracção pelas características da vida e profissão militar.
- 25 Importa ainda referir que em nenhum dos ramos se verificaram diferenças de relevo em função do nível de escolaridade relativamente à justificação através dos benefícios sociais e profissionais, o que lhes confere um carácter mais transversal.

Razões apontadas para a escolha do ramo

- 26 Se a compreensão dos factores que estão na base da decisão de ingressar nas Forças Armadas, como se viu no ponto anterior, fornece indicadores importantes para definir os contornos que poderá assumir a trajectória profissional desenvolvida pelos militares, a análise dos factores em que assenta a escolha do ramo confere-lhes um importante grau de objectividade e de materialização.
- 27 No que concerne a resultados, importa desde já afirmar que, ao contrário da análise da justificação do ingresso nas Forças Armadas, onde foi possível encontrar um conjunto de elementos justificativos transversais aos três ramos, a justificação de escolha do ramo apresenta uma maior diferenciação.
- 28 A Tabela 7 mostra que a opção pelo ingresso na Marinha é justificada pelo facto de proporcionar conhecer novos lugares (42,6%), mas também pela formação que proporciona (35,3%) e pelas missões que desenvolve no país (30,7%).

Tabela 7: Razões justificativas para a escolha do ramo

	(%) ⁷		
ITEM	Marinha	Exército	Força Aérea
Por ser o mais adequado às qualificações que possuía	13	16,5	24,7
Pela formação profissional que proporciona	35,3	11	52,7
Pelos equipamentos que o caracterizam	6,2	6	17,4
Pelas missões de paz em que participa	24,5	46,4	9,3
Por proporcionar conhecer novos lugares	42,6	15,1	9,4

Pelas missões que desenvolve no país	30,7	27,6	22,1
Por ter unidades perto da zona de residência	12,2	24,9	9,3
Por não ter vagas noutro	3	8,2	2,2
Pela influência de familiares ou amigos	26,3	19,9	29,4
Por ter amigos nesse ramo	11,5	11,6	10,4
Pelo prestígio do ramo	26,7	9	37,7
Pelo rigor e disciplina	18,2	18,8	10,4
Número de inquiridos por ramo (N)	939	1242	900

- 29 Para o ingresso no Exército as principais razões apontadas são as missões de apoio à paz em que participa (46,4%), seguidas das missões que desenvolve no país (27,6%), bem como o facto de este ramo ter Unidades/Estabelecimentos e Órgãos por todo o país e, consequentemente, mais próximas das regiões de proveniência dos indivíduos (24,9%). As três principais justificações apresentadas pelos militares do Exército distanciam claramente este ramo dos restantes.
- 30 Relativamente ao ingresso na Força Aérea, verifica-se que, essencialmente, é justificado pela formação profissional que proporciona (52,7%), um aspecto que distingue claramente este ramo dos demais, sobretudo do Exército. O prestígio social do ramo também apresenta um valor significativo (37,7%) e distintivo face aos restantes ramos. É de realçar ainda o facto de 24,7% dos jovens que ingressam neste ramo apontarem como elemento justificativo a sua maior adequação às qualificações que detinham, o que aponta para uma ideia de continuidade de um percurso escolar e profissional que parece estar menos presente nos restantes ramos.
- 31 Um outro aspecto que importa destacar prende-se com o papel desempenhado pela influência de familiares ou amigos na escolha do ramo, não só por ser bem mais expressiva na justificação da decisão de ingressar no RV/RC, mas também porque traduz uma expressividade diferente consoante o ramo, sendo mais vincada na Força Aérea (29,4%) e na Marinha (26,3%) do que no Exército (19,9%).
- 32 Feita a análise geral relativa aos motivos mais importantes em que assenta a escolha do ramo, interessa agora aprofundá-la, através de técnicas estatísticas adequadas, analisando o que distingue os três ramos, bem como os aspectos que podem fazer variar esses mesmos motivos. Neste sentido, foi efectuada uma análise de correspondências múltiplas entre todas as razões de escolha do ramo consideradas (o próprio ramo, o sexo e a escolaridade dos militares), com o intuito de identificar quais os perfis de razões e características que mais distinguem cada um dos ramos.
- 33 Os resultados obtidos, expressos no Gráfico 8, permitem efectuar um conjunto de reflexões não só sobre o posicionamento diferenciado de cada um dos ramos nos planos do Gráfico, mas também sobre as razões de ingresso e os níveis de escolaridade que lhes estão mais associados.

- 34 Neste sentido, em termos gerais, verifica-se que os ramos se situam em quadrantes diferentes do Gráfico e que lhes estão associados um conjunto de razões de carácter distintivo, dado que nenhum deles está próximo da zona neutra (o ponto zero). No que concerne aos aspectos específicos, constata-se que, associado ao ingresso na Marinha, surge um perfil de razões que se pode considerar misto, dado que engloba elementos ligados à formação que o ramo ministra e às saídas profissionais que proporciona. Verifica-se também uma aproximação às características da vida militar, através das missões desenvolvidas pelo ramo no país ou devido ao facto de proporcionar o conhecimento de novos lugares. Em termos escolares, verifica-se que este ramo não é escolhido por ser o mais adequado às qualificações dos militares, mas também que não se caracteriza por ser o preferido dos menos escolarizados. Não sendo tão escolarizados como os da Força Aérea, os militares da Marinha demonstram ter ambições escolares e formativas, o que se verifica pela proximidade do elemento “não adequação do ramo às qualificações pessoais”. Os dados mostram ainda não existir, nos militares deste ramo, conformismo em relação às suas qualificações, mas sim sinais evidentes de estratégias de incremento. Este é, aliás, um dos pontos que justifica o facto de militares da Marinha e do Exército se situarem em quadrantes que, tecnicamente, se designam por opostos.
- 35 Especificando a situação dos militares do Exército, pode constatar-se que este ramo se situa no quadrante positivo da dimensão referente às características da vida militar e se distingue dos restantes por ser o que mais atrai os indivíduos menos escolarizados, os que querem participar em missões de paz e os que assentam a sua escolha na atracção pelos valores do rigor e da disciplina, ou no facto de ser o ramo que tem Unidades/Estabelecimentos e Órgãos mais próximos da zona de residência de origem.
- 36 Denote-se que a sua localização no Gráfico, para além de oposta à Marinha, apresenta a particularidade de ser tecnicamente simétrica à Força Aérea, por partilhar com este ramo uma posição positiva na dimensão respeitante à adequação face às qualificações pessoais. No entanto, dada a configuração, trata-se de uma adequação que se dá com níveis baixos de qualificação, ou seja, são menos escolarizados, mas estão relativamente conformados com esse facto, escolhendo o Exército por ser o ramo que, em termos de representação, melhor se adequa à sua situação.
- 37 Aprofundando a análise relativamente à escolha da Força Aérea, verifica-se que esta assume como factores distintivos a sua adequação às qualificações dos militares, bem como uma maior associação aos níveis mais elevados de escolaridade, nomeadamente Licenciatura e 12.º ano. Trata-se assim de um ramo que é escolhido porque se ajusta às qualificações de partida, sendo estas de nível elevado, o que parece predizer uma estratégia de rentabilização do percurso escolar desenvolvido por estes militares.
- 38 Importa ainda referir que, relativamente a diferenças entre os universos feminino e masculino, se denota que o primeiro está mais próximo de um perfil de escolhas associado à Força Aérea, isto é, que assenta na rentabilização das qualificações de partida, ao passo que o segundo, não apresentando um perfil de escolhas tão claro, assume uma postura mais positiva face às especificidades da vida militar, sem que sejam associáveis de forma nítida ao perfil de qualquer ramo.

As perspectivas profissionais

- 41 Para operacionalizar esta reflexão, partindo do resultado da análise que os militares fazem entre as suas expectativas futuras e a informação de que dispõem acerca das possibilidades efectivas de realização das mesmas, procuramos analisar quais os pilares em que assenta o projecto futuro dos militares, bem como as suas possíveis variações.
- 42 Importa salientar que a perspectiva teórica que norteia o processo de análise das trajectórias profissionais que se desenvolvem tendo os ramos das Forças Armadas como elementos intervenientes aponta para a possibilidade de definição de uma tipologia construída a partir da noção de projecto, enquanto acção orientada em conformidade com valores num dado contexto histórico, para dar conta das decisões sucessivas tomadas pelo actor na sua trajectória de inserção nas Forças Armadas (Hubert Jean-Pierre Thomas *apud* Prevot-Forni, 2001: 30).
- 43 Um primeiro tipo, se assim se pode chamar, tenderá para a instrumentalização, mais ou menos racional, da finalidade da profissão militar. Trata-se de um tipo de trajectória que incide na procura de uma qualificação transferível para o mercado de trabalho civil, que integra a ideia não de pertença total, mas de passagem pelas Forças Armadas, sendo por isso caracterizada por uma menor interiorização dos deveres e valores da instituição militar.
- 44 Um segundo tipo de trajectória assentará num investimento importante na continuidade da actividade profissional militar, sendo por isso marcado por uma maior identificação e implicação com a instituição militar. Caracteriza-se também por escolhas de especialidades funcionais com menor capacidade de transferibilidade para o mercado de trabalho civil, o que implica definições de si centradas na identidade militar.
- 45 Estudos realizados nas Forças Armadas francesas, tendo por base esta perspectiva teórica, permitiram dar conta de que, de facto, as Forças Armadas são capazes de despertar o interesse de jovens que visam projectos identitários muito diferentes, porque as imagens por elas projectadas oferecem um conjunto diversificado de suportes que parecem ajudar a formular as suas expectativas e a fornecer-lhes marcadores que participam na definição da identidade pretendida (Léger, 2003: 722), verificando-se, contudo, uma certa predominância da tendência instrumental.
- 46 Não sendo nossa pretensão testar ou aferir o potencial explicativo das propostas teóricas em que assentou a concepção do processo de investigação, a interpretação dos dados referentes às trajectórias profissionais projectadas e desenvolvidas pelos militares à luz da tipologia referida, pela dimensão de comparabilidade que possibilita, confere-lhes maior relevância.
- 47 Assim, em termos de resultados, analisando a Tabela 8 verifica-se que as intenções futuras dos militares em termos profissionais divergem em função do ramo a que pertencem e a grande divergência prende-se com o papel que as Forças Armadas, ou o ramo em particular, desempenham nesse projecto. Neste sentido, verifica-se que a maioria dos militares da Marinha e da Força Aérea, 58,5% e 57,5%, respectivamente, têm como objectivo ingressar no quadro permanente das Forças Armadas, desenvolvendo assim um projecto profissional de integração plena na instituição. Em sentido oposto, apenas 15,5% dos militares do Exército manifestam uma intenção análoga, distribuindo-se as suas

principais pretensões pelo ingresso nas Forças de Segurança (25,3%), pela criação do próprio emprego (16%) e pelo ingresso na Função Pública (12,5%).

Tabela 8: Bases para o projecto futuro dos militares de cada um dos ramos

	Ramo a que pertence			Total
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Criar o próprio emprego	68 7,4%	191 16,0%	58 6,6%	317 10,6%
Ingressar na Função Pública	33 3,6%	149 12,5%	54 6,1%	236 7,9%
Ingressar nas Forças de Segurança	113 12,3%	302 25,3%	62 7,1%	477 15,9%
Ingressar no Quadro Permanente das Forças Armadas	539 58,5%	185 15,5%	505 57,5%	1229 41,0%
Ingressar numa empresa privada	24 2,6%	102 8,5%	63 7,2%	189 6,3%
Finalizar estudos superiores	106 11,5%	129 10,8%	108 12,3%	343 11,5%
Emigrar para outro país	23 2,5%	88 7,4%	12 1,4%	123 4,1%
Recorrer ao subsídio de desemprego/não ter projecto profissional	7 ,8%	31 2,6%	3 ,3%	41 1,4%
Outra	9 1,0%	17 1,4%	14 1,6%	40 1,3%
Total	922 100,0%	1194 100,0%	879 100,0%	2995 100,0%

- 48 Para melhor compreender estes resultados importa ter em consideração que as possibilidades efectivas de ingressar nos Quadros Permanentes dos ramos são algo diferentes em cada um deles. Além da possibilidade de ingressar nos Quadros Permanentes através dos concursos para as categorias de Oficiais e Sargentos, que têm uma percentagem significativa de vagas cativada para militares do regime de voluntariado e contrato, que se verifica nos três ramos, a Marinha tem ainda um Quadro Permanente para a categoria de Praças. Certamente que os resultados obtidos são condicionados por este tipo de informação, mas não será de desprezar o papel da valorização que os militares de cada um dos ramos fazem do percurso profissional até então desenvolvido.
- 49 Para tentar contornar o efeito de variáveis situacionais descritas anteriormente, os militares foram questionados sobre qual seria o seu projecto de futuro, mas num contexto em que cada um dos cenários que lhes era apresentado tinha realização garantida. Os resultados obtidos, que constam da Tabela 9, não são muito diferentes dos anteriormente explanados. Nos casos da Marinha e da Força Aérea, o cenário preferido pela maioria dos militares continua a ser o ingresso nos Quadros Permanentes das Forças Armadas, o que significa que mesmo num plano em que pudessem escolher outras opções o seu futuro continuaria a passar, maioritariamente, pela integração permanente nas Forças Armadas.

Tabela 9: O futuro dos militares de cada um dos ramos – cenário de preferência

	Ramo a que pertence			Total
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Criar o próprio emprego	130 13,9%	248 20,3%	135 15,1%	513 16,8%
Ingressar na Função Pública	47 5,0%	112 9,2%	55 6,2%	214 7,0%
Ingressar na GNR	111 11,9%	321 26,3%	68 7,6%	500 16,4%
Ingressar na PSP	72 7,7%	98 8,0%	30 3,4%	200 6,6%
Ingressar no Quadro Permanente das Forças Armadas	523 56,1%	329 27,0%	492 55,0%	1344 44,1%
Ingressar no quadro de uma empresa privada	50 5,4%	112 9,2%	114 12,8%	276 9,1%
Total	933 100,0%	1220 100,0%	894 100,0%	3047 100,0%

- 50 Por outro lado, no caso do Exército assiste-se a um acréscimo da percentagem de militares que optariam pela integração no Quadro Permanente, mas está longe de ser o cenário referenciado pela maioria, ficando-se pelos 27%, havendo 26,3% que optariam pelo ingresso na GNR e 20,3% que encetariam a criação do próprio emprego. Assim, também aqui se pode dizer que, mesmo que tal fosse garantido, o futuro profissional dos militares do Exército passaria menos pela integração plena no ramo e mais por outro tipo de cenários.
- 51 Em síntese, pode dizer-se que os projectos de integração plena nas Forças Armadas são diferentes consoante o ramo a que os militares pertencem, sendo na Força Aérea e na Marinha muito mais vinculados que no Exército.
- 52 Comparando com a tipologia apresentada no início deste ponto, a realidade das Forças Armadas portuguesas apresenta como elemento inovador o facto de os jovens recrutados para especialidades tipicamente militares serem aqueles que surgem mais associados às trajectórias de tipo instrumental. O recrutamento para estas especialidades é realizado em ruptura com o mundo civil e incide sobre jovens pouco qualificados, cuja identificação ao papel de soldado corresponde à sua definição de virilidade. Estes jovens encontram no exercício desta profissão uma forma de opor uma alternativa socialmente aceite ao modo de selecção do sistema de ensino com o qual foram até aí confrontados e contra o qual esbarraram.
- 53 Por outro lado, ao ingresso orientado para uma especialidade técnica com equivalência no mercado de trabalho, fundado numa procura de valorização profissional do percurso e qualificações escolares, surgem mais associadas trajectórias que visam a integração. Assim, estratégias que assentaram o ingresso em escolhas justificadas por uma maior aproximação às características da vida e actividade militar não têm sequência em termos de projecção de futuro, porque acabam por culminar numa saída ou numa passagem para as Forças de Segurança, enquanto estratégias que pareciam assentar numa matriz instrumental das Forças Armadas acabam por visar a integração permanente.

Notas conclusivas

- 54 No que respeita às características sócio-demográficas, um aspecto relevante é o nível de escolaridade actual dos militares de cada um dos ramos, tendo ficado demonstrada a existência de um perfil escolar bastante diferenciado entre os ramos. A Marinha e a Força

Aérea apresentam o 12.º ano como nível de escolaridade predominante, 40,7% e 50%, respectivamente. O Exército apresenta uma percentagem bastante inferior relativamente a este nível de escolaridade, na ordem dos 28%, apresentando como nível de escolaridade predominante o 9.º ano, com 35,5%. Ainda em matéria de qualificações, importa reter o facto de as mulheres, em qualquer dos ramos, apresentarem, em média, níveis de escolaridade superiores aos dos homens.

- 55 No domínio das motivações de ingresso nas Forças Armadas e da justificação das escolhas profissionais efectuadas pelos militares, seja em termos de ramo ou de área de actividade, também se tornaram visíveis diferenças muito significativas. O ingresso no Exército assenta essencialmente em elementos associados à atracção pelas características da profissão e da vida militar, tais como a participação em missões de paz, a atracção por valores como o rigor e a disciplina, e pelo facto de existir maior proximidade entre as Unidades/Estabelecimentos e Órgãos militares e a zona de residência. Por outro lado, o ingresso na Marinha e na Força Aérea é fundamentado por critérios relacionados com as qualificações escolares e profissionais, seja por estratégias de valorização nesta matéria, como é o caso da Marinha, seja por uma lógica de adequação das funções às qualificações de partida, como é o caso da Força Aérea. Relativamente à escolha das áreas de actividade, a interpretação segue o mesmo padrão, sendo no entanto de ressaltar a percentagem de militares do Exército que nesta matéria não têm qualquer intervenção, cabendo a decisão ao ramo.
- 56 Um outro conjunto de dados analisados e que se reveste de uma importância significativa para a compreensão da relação dos militares com o ramo das Forças Armadas a que pertencem prende-se com a compreensão do papel que este desempenha nas trajetórias profissionais projectadas pelos militares. A este propósito foram detectadas diferenças muito significativas em função do ramo a que os militares pertencem, salientando-se uma maior identificação com projectos futuros que passam pela permanência na instituição militar por parte dos militares que integram a Marinha e a Força Aérea e um forte interesse em ingressar nas Forças de Segurança apresentado pelos do Exército.
- 57 Dados recolhidos entre Maio e Junho de 2007.

BIBLIOGRAFIA

- BALTAZAR, M. S. (2005), *As Forças Armadas Portuguesas: desafios numa sociedade em mudança*, Casal de Cambra, Edições Caleidoscópio.
- BENOÎT-GUILBOT, O. e J.-V. Pfirsch (1998), *La decision d'engagement volontaire des militaires du rang: L'armée de terre*, Paris, Ed. Centre d'études en sciences sociales de la défense.
- BERNETE, F. (2003), "Ejército profesional y distanciamiento civil de la Defensa", *International de Sociología*, 38, Madrid, CSIC.
- BOENE, B. (2003), "La professionnalisation des armées", *Revue française de sociologie*, 44-4, Paris, Ophrys.

- BOENE, B. e C. Dandeker (2001), *Les armées professionnelles et le liens armée-Etat-société*, au Royaume-Uni, Paris, Ed. Centre d'études en sciences sociales de la défense.
- CARREIRAS, H. (2004), "Diversidade social nas Forças Armadas", *Revista Nação e Defesa*, 107, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.
- DUBAR, C. (2006), *A Crise das Identidades*, Porto, Edições Afrontamento.
- GIDDENS, A. (1994), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GRESLE, F. (2003), "La société militaire aujourd'hui", *Revue française de sociologie*, 44-4, Paris, Ophrys.
- LABATUT, B. e J. Martinez Paricio (2003), *La professionnalisation des armées en Espagne: conséquences des mutations du système d'hommes sur la politique militaire et sur les relations civilo-militaires*, Paris, Ed. Centre d'études en sciences sociales de la défense.
- LÉGER, J.-F. (2003), "Les Jeunes engagés", *Revue française de sociologie*, 44-4, Paris, Ophrys.
- NÚÑEZ, N. (2000), *El Soldado profesional en España*, Madrid, Tese de Doutoramento, policopiado, Madrid, Universidad Complutense (F.C.P.S).
- PFIRSCH, J.-V. (Coord.), G. Bozec e J. Naudet (2003), *Cinq ans après, que sont devenues les engagés volontaires de l'armée de terre? Étude de cohorte*, Paris, Ed. Centre d'études en sciences sociales de la défense.
- PREVOT-FORNI, E. (2001), *L'identité militaire à l'épreuve des opérations extérieures à finalité pacificatrice: l'exemple d'un régiment d'infanterie*, Paris, Ed. Centre d'études en sciences sociales de la défense.

NOTAS

1. Para cada uma das amostras o nível de confiança foi de 97% e o limite máximo do erro amostral foi de 3%.
2. Dados dos ramos a 31 de Março de 2007.
3. Quantitativos de referência (N): Marinha – 940; Exército – 1240; Força Aérea – 900.
4. Calculada subtraindo o n.º de anos de serviço à idade actual.
5. Escala: 1 – Nada Importante; 7 – Muito Importante.
6. Os valores do quadro representam a correlação parcial de cada motivo com cada um dos factores extraídos. Os motivos agregam-se ao factor com o qual têm a correlação mais elevada (mais próxima do valor 1). Para a rotação dos dados foi usado o método "varimax".
7. Cada item totaliza 100% por si só em cada um dos ramos.

RESUMOS

A realidade internacional em que as estruturas de defesa das nações ocidentais tradicionalmente operavam sofreu uma mudança paradoxal com o fim da Guerra Fria. Instalou-se uma nova realidade geoestratégica pautada pela incerteza e pelo carácter multipolar e global dos conflitos,

que as confrontou com a incapacidade de resposta dos seus tradicionais exércitos de massas, cuja vocação se baseava essencialmente na defesa territorial e que eram alimentados, essencialmente, através de mecanismos de conscrição. Um sistema de forças de dimensão mais reduzida, tecnologicamente mais desenvolvido e adaptável, quer na sua integração em forças multinacionais, quer na sua capacidade de tradução e adaptação aos contextos em que é chamado a intervir, implica necessariamente umas Forças Armadas compostas de efectivos altamente preparados e totalmente profissionais na sua acção.

O que se apresenta neste artigo é uma reflexão sobre a forma como este processo de profissionalização tem sido vivido e desenvolvido pelas Forças Armadas Portuguesas, dando especial ênfase aos seus verdadeiros protagonistas: os militares. Quem são, porque ingressam, e quais as suas expectativas são as perguntas a que tentamos dar uma hipótese de resposta.

After the end of the Cold War the international reality in which the structures of defence of Western nations have traditionally operated in suffered a paradoxical change. Inserted in a new geo-strategic reality ruled by uncertainty and multiple and global conflicts, the military organizations confronted themselves with the inability of their traditional mass armies – whose task was based primarily on territorial defence and were fed primarily through mechanisms of conscription, to respond to this new adversities and conflicts. A smaller, more technologically and developed system of forces, both in terms of their integration in the multinational forces and in its ability to translate and adapt to new contexts, is required to face this new reality. This new challenges mean that the Armed Forces should employ highly skilled and trained professionals to perform their missions.

The purpose of this article is to make a reflection about the professionalization process developed by the Portuguese Armed Forces, with special emphasis on their real protagonists: the military. Specifically, this study aims to characterize the young people who join the Armed Forces, their motivations and expectations.

ÍNDICE

Palavras-chave: Forças Armadas, profissionalização, escolhas profissionais, militares

Keywords: Armed Forces, professionalization, professional choices, military

Shifting to All-Volunteer Armed Forces in Europe: Why, How, With What Effects?

Bernard Boene

- 1 When the Cold War ended, only four European countries had all-volunteer forces (AVF): Ireland, Luxembourg, Malta and, most importantly, the United Kingdom. Soon afterwards, Belgium, the Netherlands, France, Spain, Italy and Portugal ended conscription in a quick succession. As of today, Bulgaria, the Czech Republic, Hungary, Latvia, Lithuania, Macedonia, Poland, Romania, Slovakia and Slovenia have followed suit, or announced their intention to do so by 2010. As a result, those states which have opted to retain the draft are now a shrinking minority. Germany, for reasons to be detailed *infra*, is one of them. Scandinavian nations likewise resist the trend. The rest are small neutral countries in the heart of the continent, and various peripheral nations that are either facing unresolved conflict or still feel threatened. One Swiss expert declared a decade ago that he could see a future in which all countries of Europe – possibly with the exception of Finland, Greece, and (though he was not too sure...) Switzerland, plus Turkey if it is included in the area considered – would go all-volunteer in the first decades of the new century.
- 2 The present article's ambition is to examine the reasons behind such a major change, the circumstances in which it was conducted, and its various impacts. Although it is sometimes very difficult to disentangle the specific effects of the newly dominant organizational format from the wider influence of the (strategic and socio-political) contexts in which it has come about, a serious attempt to do so will be made.
- 3 There can be little question of going into the details of each and every country's case. Nor would the use of an average case make much sense. As comparative methodologists know, the study of common denominators is apt to yield few or disappointing results. Instead, the analysis to follow will proceed in terms of the context, the reasons and outcomes of the logics at work, based on the specification of trends observed in countries with "old" or "new" AVF (notably though not exclusively Britain and France), on which data are in

the public domain and abundant. It is left to the reader interested in a particular country to assess, in Weberian fashion, the causes of possible deviations from the hypothetical model presented below.

Why?

- 4 In the face of the bandwagon effect outlined by way of introduction, the obvious aim of this study is to analyse the reasons behind the choice of all-volunteer forces. In fact, AVF may be regarded as the ultimate and logical culmination of a major trend dating back to the 1960s: the decline, so aptly described and analysed early on by Morris Janowitz, of the mass mobilization model (Janowitz, 1971 [1960]; Doorn, 1975; Martin, 1977, 1981; Kelleher, 1978; Burk, 1992). Two decades into the Cold War, it had indeed become clear that nuclear weapons made a major *hot* war unlikely to occur, though not impossible, on the continent of Europe technology had rendered large numbers of troops unnecessary on the battlefield anyway and that serving in the army was now regarded by citizens as a burden – a practical nuisance for students and young adults with family plans – rather than an honour. Therefore, the impact of conscription on societies, which had been so strong for some eight decades and through two world wars, began to wane. Where it had shallow historical roots, as in Britain, it was abolished immediately (1957-1962). In most other European countries, while less dramatic, the change was nonetheless real. Reserve forces began to erode steadily, soon followed by active-duty force level requirements; the proportion of enlisted volunteers started rising, and the length of compulsory service in uniform decreased by stages to the point – in the late seventies and eighties – where it was so short as to make it appear ineffective. Exemptions from conscript duty became widespread, and legal evasion was no longer frowned upon: with declining manpower requirements, defence establishments could no longer provide meaningful roles for the large age cohorts of baby-boomers now of military age. Gone for good was the charisma of the nation-state, premised on grandeur and national honour; it was replaced by economic prosperity and welfare, hedonism and cultural permissiveness as central values, which resulted in weakening citizenship norms and patriotism. With the media, welfare systems and long years of generalized public education now providing effective substitutes for it, the “school-of-the-nation” uses of conscript service for socio-political integration went out of fashion. The old social or welfare uses of conscription were no longer needed, and military service as a second educational chance for school drop-outs was rendered unreal by its now very short length.
- 5 Finally, the arguments of relative deprivation weakened the legitimacy of conscription among youths of draft age. The issue of who shall serve when not all serve, and increasing shares of successive age-cohorts legally evade service, acted like a powerful corrosive. If to the question “why me?”¹, the answer no longer is “because serving under arms is a citizen’s duty obeyed by all except for a few justifiable health or family reasons”, attitudes towards service – all things equal² – are bound to deteriorate.
- 6 The post-Cold War era has only radicalized these trends. For one thing, with the clear and present danger of confrontation between coalitions of East and West now absent from the scene, invasion defence plans were shelved. The social discipline that they involved soon appeared no longer sustainable. For another, while military action – which for three decades had been so scarce for European forces – has become more plentiful, it was to begin with (throughout the 1990s) mostly concerned with collective security: coercion of

international deviants (Saddam Hussein's Iraq, Slobodan Milosevic's Serbia), and dozens of peace support efforts on distant theatres of operations. These are types of military action for which conscripted troops are ill-adapted, because (a) draftees are normally destined for defence of the national territory, (b) such complex operations require professional skills, and (c) conscript casualties, however rare, are bound to generate negative political fall-out at home whenever the stakes are deemed of secondary importance by public opinion. In the present decade, the re-emergence of war, in Afghanistan and Iraq, and the participation of troops from a number of European nations has only served to confirm the functional and political disutility of conscripts.

- 7 Another significant factor was the lack of credible and unproblematic alternatives to the existing conscription systems. Old-style lotteries are seldom judged adequate today³: while they ensure *ex ante* equality of treatment, they still result in *ex post* inequality. Selective military service, usually accompanied by compensation in the form of immediate (pay) or postponed advantages (tax exemptions, reserved jobs in public service, etc.) for those who do serve, is much more plausible on paper. The drawback is that such schemes are complex, hence opaque and hard to read: for that reason, very few countries have elected to follow that road.
- 8 A third solution would consist in maintaining universal conscription and funnel those whose services are not used by the active-duty forces into a national guard in charge of securing national territory against various threats. The problem here is that such a scheme is costly – it implies that a large fraction of the officer corps is diverted from operational duty in order to train and supervise conscripts – and the threats that might have justified it in the 1990s were mostly hypothetical, thus likely to turn national guard service into make-work. The emergence of terrorism in the present decade hardly changed the equation as draftees cannot effectively cope with it.
- 9 The final answer often considered by would-be reformers consists in instituting civilian forms of universal national service, German style, in order to absorb the excess manpower provided by age-cohorts that far surpass the armed forces' needs. This is often legitimized in terms of fulfilling social needs which the market (due to recipient insolvency) or public bureaucracies (unable to finance such services at market rates) fail to meet. The reason why Germany retains conscription is basically that if it were abolished, conscientious objection would be deprived of meaningful justification⁴, and would cease to channel hundreds of thousands of young males each year into the civilian forms of youth national service on which the country's welfare system extensively relies. While it may sound like a good idea, this solution comes in for a number of criticisms. First, economists are apt to see it as far less than optimal in terms of manpower allocation. Second, whereas military conscription and "normal civic obligations" are exceptions allowed by the 1950 European Declaration of Human Rights, *civilian* conscription is likened by many to a form of *forced labour* – prohibited by Article 4. European case-law on this topic remains to be decisively fixed, and legal uncertainty acts as a deterrent. Third, trade-unions and volunteer associations involved in the departments of activity that would be covered by civilian national or community service are apt to resent it as unfair competition. Last but not least, if the justification is citizen duty, there is hardly any reason why female citizens should be excluded: such discrimination today would lend itself to the charge of sexism, likely to be challenged in the courts⁵. But if females are included, universal national service becomes an inordinately expensive proposition involving whole cohorts of 18-to-20 year-olds, to be

housed, fed, compensated, trained and provided with meaningful tasks... Unsurprisingly, no European country other than Germany has dared face the huge organizational burdens involved⁶. In other words, civilian conscription is much harder to legitimize than the military draft.

- 10 As a result, despite the obvious risks incurred by the absence of a recruitment safety net, a shift to all-volunteer force relying on the labour market has in many cases seemed to be a far simpler solution...

How?

- 11 In most countries, major public debate, in Parliament and in the press, that one would have expected on a topic which affects fundamental liberties and the constitutional balance failed to take place. The debates that surrounded the option of shifting to an AVF have taken place only among experts and academics. Such was the case in Britain (1957), Belgium (1992) and France (1996)⁷. The only major exception, again, has been Germany, where the Green Party agitates in favour of an AVF, but where the other parties are still against it.
- 12 The issue is openly or tacitly on the table in the countries where the draft has faced difficulties in adapting to the new strategic and socio-political circumstances; the reason behind such an intriguing silence is threefold. One aspect relates to the fact that beyond its seeming simplicity, the issue of conscription versus all-volunteer force – as the arguments expounded above as to the various solutions to the conundrum do suggest – is a fearfully complex and technical one: far too much so for the general public to take a sustained interest in it. Part of that complexity, over and above the socio-political, economic, strategic/military and legal factors involved, probably has to do with the unstated moral rejection of war (and the means it implies) that has been the subtext of grass-roots attitudes in Europe after 1945. Another aspect is that more often than not the two rival options cut across the lines that divide ruling from opposition parties: there are supporters of either in both camps. Fear of political confusion or realignment stops major parties from advertising their internal differences in public debates. A final factor in democracies premised on a Kantian rather than a Lockean/Smithian view of citizenship – i.e. the whole of Europe minus the British Isles – is the reluctance to let go of a traditional means of preserving socio-political integration – and of facing the reality that citizenship norms have been considerably weakened in the last few decades. This was especially the case in France where the 20th century consensus over conscription was imbued with sacred value as the traditional way to transcend what (up until the late 1980s) had been the otherwise disconsensual character of French politics since the Revolution. Conversely, there are countries, like Sweden, where consensus on conscription (and the belief that it can adjust to the new external and internal scene) is strong, the very idea of AVF is anathema, and a major public debate deprived of any relevance.
- 13 Where silent indecision persists, the issue is resolved by the unexpected move of a ruling politician of the first rank, or one who aspires for power⁸. Such was the case in Britain in 1957 when Duncan Sandys, the then minister of Defence, included the return to the traditional British all-volunteer format in a White Paper without further comment. In Belgium, the government followed its Defence minister, Léo Delcroix, and caught the military unprepared and scrambling for adjustments to the new organizational format

(1992). In France, Jacques Chirac, then the newly elected president, went on television in February 1996 to address the nation and announce his bold move – without warning to his Defence minister, who the previous week-end had been reassuring his German colleague that France would retain conscription come what may...

- 14 Another surprise is that such moves prove immediately popular even in countries that were supposed to be emotionally attached to the draft. In France, opinion surveys taken in the days that followed Chirac's announcement showed that 2/3 of the general public, and over 4/5 of the youths about to be called up, resoundingly approved. This belied a widely shared assumption in the political class that public opinion was in two minds at best⁹, and eventually would not go along. The strength of citizenship norms had clearly been overestimated.
- 15 Transition periods are generally shorter than provided for by laws instituting AVF. In some few cases, as in Belgium or Spain in the 1990s, it came to nothing as youths about to be called up refused to respond to the call as soon as they heard of legal provisions to that effect being processed by Parliament. In the majority of cases, transition is curtailed – in the Netherlands, it was shortened by half; in France by over a year – (a) because the recruitment of volunteers, to begin with, proves surprisingly much easier than anticipated by Defence ministries, (b) because training and supervising conscripts diverts officers from concentrating on the wave of the future, but also (c) on account of fears that attitudes among the last conscripts will deteriorate.
- 16 The reason for such initial successes is that many draftees ending their legally mandated tour of duty can be persuaded to stay on as volunteers, with much better pay. This is especially the case where or when youth unemployment is high. Another condition is that the military enjoy a favourable public image, and there be no overly high risks of war: those two conditions were fulfilled in the 1990s – at the time of the great wave of shifts to AVF. Action on distant theatres, mostly on peace support operations, added the lure of adventure in the name of peace and humanitarian assistance, and the glamour of promoting human rights. Yet, after a few years, these positive factors tend to erode as the pool of former conscripts dwindles, and labour market forces start making themselves felt.

With What Effects? Structural changes

- 17 The most dramatic effect of the change resides in a severe downsizing of the armed services. In the strategic circumstances and political atmosphere of the early post-Cold War era, reductions in force ranged from 25% to 40%. The reason is quite obvious: lower force level requirements, due to the end of hypothetical prospects of all-out war on the continent, initiated the process. Moreover, the budgetary cost per head of rank and file volunteers being distinctly higher than was the case with conscripts¹⁰, for a given budget there is now a lower ceiling to the numbers Defence ministries can afford¹¹. Finally, the lack of any safety net and a low propensity to enlist among the young set limits, yet to be tested, to the supply of actual candidates. After a while, the countries that have newly opted for an AVF begin experiencing the “law of downward pressures” that has become familiar to the oldest and largest European AVF: that of the United Kingdom, where the slow but continuous erosion of manpower has been the rule since the 1960s. Due to a combination of budget constraints and decreasing propensities to enlist, British force levels have declined by small numbers every single year since 1963, with the exception of

the periods 1980-1984, in the context of heightened Soviet threats and the Falklands War, and 2003-2004, when the second Iraq war started. While seemingly inconsequential in the short term, these steady decreases add up to dramatic long-term effects, forcing successive governments to revise manpower requirements downwards. The really worrying British trend is that even after requirements have been significantly lowered, as in the 1990 "Options for Change" strategic review, they still subsequently prove difficult to meet. The French case has so far been less problematic: since 2002 (the first year without any residual conscripts under the colours), recruitment targets and outcomes have mostly coincided. Yet, the same combination of budget pressures and declining enlistment propensities may explain why the recent Defence White Paper (Commission du Livre Blanc, 2008) has counselled decreases of overall manpower requirements by 17% (Army 17%, Navy 11%, Air Force 24%) phased over the next seven years.

- 18 The second structural change resides in a distinct alteration of the quantitative equilibrium among the three services. Because a majority of conscripts were formerly concentrated there, the army is the service most affected by the shift. While navies and air forces, in which conscripts were already a minority due to the higher technological requirements that have characterized them for decades (and the imprudence of entrusting costly pieces of equipment to short-term conscripts), see their numbers decrease only very slightly, their shares of total military manpower increase as a result.
- 19 The composition of total defence manpower has also significantly changed. The overall share of military women is raising rapidly, with air forces usually in the vanguard, navies in the rearguard and armies in the middle. The main cause of such a trend is that, consequent upon the disappearance of large numbers of all-male conscripts, the percentage of women will mechanically increase – even if their absolute numbers remain stagnant. But precisely, in the post-Cold War context, female numbers have gone up by substantial margins. Representing less than 2% in the last two decades, they now routinely approach or exceed 10 or even 15% of the uniformed workforce. Given recent, sometimes spectacular, inflows of women recruits (in France, over 20%; in Britain, close to 15%), their visibility and functional significance promises to rise further still in the medium term. Permissive reasons are the normative change which, in the parent societies, has favoured greater gender equality of access to most specialties and positions, and the fact that in contemporary armed forces, a majority of roles do not directly involve combat, or require above average bodily vigour. The main factor, however, generally is the dearth of quality male applicants prepared to face the requirements of military life (open-ended liability for service, discipline, long separations from family, commitment to theatres of operations where, however statistically minimal, the risk to life and limb, dramatized by media reporting whenever there are casualties, is not nil). Women, whose average level of educational attainment is known to exceed that of men, conveniently substitute for the missing male candidates, thus making the need for pay raises less acute. The only drawback of female recruits is that – though access to positions hitherto closed to them is widening – they are still barred from some combat roles, hence slightly less versatile than men.
- 20 Proportions (though not necessarily absolute numbers) of civilian personnel likewise increase to the point where, in some countries (e.g., Britain), their aggregate strength surpasses that of the largest uniformed service. As many support functions, following the public-private partnership trend typical of the 1990s, have been outsourced to private sector firms, the visibility of civilians is even greater than official statistics allow for.

- 21 Where allowed by law (Britain, France, Spain, and a few others), foreign volunteers, once concentrated in homogeneous foreign formations (Gurkhas, Legion, etc.) of otherwise national armies now tend to fill the ranks of many other units or branches. In Britain, where recruiting from the Commonwealth (and Ireland) has long been customary, a recent rise in the proportion of foreigners among “other ranks” (to nearly 8% overall, but 20% of new recruits this year) has prompted fears that soaring numbers of foreign troops would dilute the armed forces’ national identity, possibly weaken loyalty, and – should countries of origin ban their citizens from fighting Britain’s wars – seriously cripple military operations (Hickley and Kisiel, 2008). In Spain, large numbers of Latin American immigrants join the forces upon the promise of naturalization (as is the case also in the United States), which somewhat allays such fears. In dire situations, when the worst comes to the worst and such diversification is not enough to fill the ranks, some countries do not hesitate in recruiting convicted prison detainees upon the promise of pardon after a tour of combat duty¹².
- 22 At the same, second-generation immigrants tend to flock to the ranks of European all-volunteer forces in greater numbers than their fathers had consented to. They do so, in ways that parallel the African-American experience in the U. S. military from the 1950s to the 1980s, in order to earn subjective recognition and “first-class citizenship” by serving in a demanding public institution – one in which brotherhood of arms, equality of treatment, and the close watch kept by the media, civil liberties or human rights organizations guarantee that the discrimination they still suffer in society will be mitigated and softened. The sum total is that for the armed forces the era when they were a white male preserve is a thing of the past: in a matter of years after the shift to an AVF, they acquire a cosmopolitan, “rainbow” quality¹³.
- 23 The reserves also go through a deep transformation, from understudy formations replicating active-duty order-of-battle charts to a pool of specialist operational or support roles or units which it would be too costly to maintain on active status permanently. All reservists are now volunteers: they are thus as hard to recruit as regulars¹⁴, and their cost per head has risen. As a result, the reserves too are severely downsized¹⁵ – at least as far as operational reservists (those liable to be mobilized and committed to military action) are concerned. However, numbers tend to rise again over time as a consequence of the successive reductions in regular force. For instance, the French operational reserve now barely totals 1/6th of regular force levels, but is slated to exceed 40% by 2015.
- 24 Likewise, the services’ rank structure is profoundly altered. The old pyramid is replaced overnight by a hierarchical set-up in which privates and corporals or equivalents are no longer necessarily a majority – a trend that predated the shift to an AVF in navies and air forces but now tends to apply overall (though in army privates may, in some cases, still account for slightly over 50%). This results from the fact that a large share of officers and NCO are in highly-skilled specialist roles which do not coincide with command positions. It has also to do with anticipation of emergency situations which could require sudden increases in the overall volume of troops. As experienced senior officers and NCO cannot be recruited and trained overnight for such contingencies, a surplus of them is prudently kept on the rolls. However, over time, as more specialist positions are entrusted to civilian defence personnel or subcontractors, the proportion, but not the numbers, of *outsourcing* tends to rise again somewhat.

- 25 If one adds the consideration that troop turnover is slower among volunteers signed up for a few years than it was among short-term conscripts, and that downsizing has reduced the number of companies or battalions to command, ships to sail or aircraft to fly, one consequence is that the pace of promotion tends to be slower in AVF than it was in the days of conscription both at the bottom and at the top. In the middle, among mid-ranking officers and NCO, careers are more often oriented to specialist functions. Another consequence is the possible rise of relative deprivation among sergeants or equivalents, whose pay differentials with privates has been reduced (sometimes considerably, due to the steep initial rise in recruit pay), and who tend to be frustrated as a result of this flattening of the pay structure.
- 26 With rank and file volunteers staying on for longer periods, the age structure undergoes a similar flattening, and the average age immediately rises from 24-25 to slightly above 30. The number (and more markedly, the proportion) of both married service members and dependents increases, generating higher family welfare costs which now take up a significant proportion of the defence budget. The same will apply to retirement pensions at a later date.
- 27 The final structural change affects the allocation of scarce resources in times of budget constraints. Higher personnel costs induce a trade-off with provision of major items of equipment – with maintenance and spare parts as the designated victims of that fearful dilemma¹⁶.

Recruitment, resettlement and retention

- 28 The shift does not affect the recruitment of military by career, which was professionalized (except for a few conscripted second lieutenants or sergeants) long before it. For any AVF, absent the safety net of a legally mandated duty to serve, the key to success or failure resides in recruiting enough rank and file volunteers, especially in countries where young NCO are not recruited (as is the case in France) directly from civilian life.
- 29 Given deliberately low force level requirements, the problem stems from supply factors which are often beyond the control of military authorities. One is the size and evolution of cohorts of 17-24 year-olds¹⁷. Another is the proportion of youths in that age bracket who intend to pursue post-secondary studies, and are therefore unavailable. That proportion has increased in the last decades to the point where, in most European countries, it exceeds 25%, and in some approaches 50% or more. Physical inaptitude or medical rejection rates of enlistment candidates have grown to be a distinct problem (they were close to 40% in the British services in the late 1990s), due to lifestyles in which physical exercise is less of a mainstream value than it used to be among the young. The net result is that the pool of potential candidates is severely restricted. While the numbers of young male recruits needed by the services may seem modest as a proportion of the youth cohorts concerned, once those in post-secondary education and the proportion of the remainder that is declared physically ineligible are deducted from that total, the share of eligible young men the services need to attract appears much higher. In Britain, for instance, some 25,000 rank and file new recruits, i.e. 0.5%, or 1 in 200 young males of the 17-24 year-old cohorts, are required every year; but among those eligible and available for service, that number fully amounts to over 8%, or 1 in 12¹⁸. There is thus, in

addition to the budgetary cap to the numbers that can be recruited, a natural ceiling which actually represents the AVF main constraint. If that is the case, the question then is of the factors and motivations that govern willingness to serve among those eligible and available for enlistment.

- 30 Though economic utilitarianism plays less of a role than is commonly assumed, youth unemployment rates obviously affect decisions to apply for enlistment at rank and file level¹⁹. So does the political context: wars are known to attract more recruits to begin with, but if they drag on the armed forces' attractiveness decreases. Conversely, peace support missions, because they are in harmony with contemporary mainstream civilian values, tend to raise the self-esteem of those who take part in them, and – all things equal – attract more people to the military services. The prestige status of the military also forms part of the recruitment equation – as it happens, on the positive side since the end of the Cold War.
- 31 Among the factors that can be managed by governments and armed forces, pay, career prospects, conditions of service, post-service resettlement and public image loom largest. For senior officers and highly-skilled specialists²⁰, pay is usually a problem but not for rank and file service members. These ones can compare their lots with that of civilian friends at corresponding skill levels and find that military allowances and bonuses place their compensation package above the median income in their segment of the labour market. That is because, in order to be attractive, the armed forces need to factor in the peculiar burdens of military service, and the recognition that such service deserves in societies where few are willing to serve. As suggested by elasticities that are fairly low when it is augmented but greater whenever it decreases in real terms, pay mostly plays a role in enlistment motivations, therefore, only when it is seen as insufficient – a suicidal situation for any AVF.
- 32 Career prospects and conditions of service are actually more important. Most AVF favour renewable contracts of medium length rather than short, non-renewable ones. Their main source of weakness in the face of competitors on the labour market is that they cannot guarantee every recruit long-term employment leading to NCO status, which means that a majority will have to leave the services after a few years. To offset that handicap, they play up adventure, travel, the chance to break with the tedium of civilian routines, the warm-hearted solidarity of primary groups, a structured and protective social environment, or the assets for second (civilian) careers of technical training much in demand in industry. The problem is that conditions of service often fall short of those promises. As the case may be, boredom, the feeling that skills and good will are under-utilized, the stark realities of military action, repeated tours on distant theatres of operations often lead to disappointment, individual maladjustment and demoralization or sheer fatigue, reflected in problematic levels of premature separation from service – unfinished non-prior service contracts – ranging from 10 to 30% and over depending on country and circumstances.
- 33 That is why resettlement prospects are key to success. Support in helping service members find suitable civilian jobs upon leaving the forces (through occupational training, outplacement, or counselling) is of cardinal importance as negative hearsay is quick to produce deleterious feedback effects on recruitment. But equally significant is helping them re-adjust to civilian norms, especially where, as in the British Army, emphasis on military ethos, cohesion and paternalism is strong. Nothing depresses recruitment so much as media reporting that thirty-year-old former service members,

maladjusted to civilian life because they miss the protective family atmosphere of service life, are over-represented among the unemployed, homeless people or prison inmates²¹.

- 34 Finally, the image projected by each service plays a very significant role. If all of the above factors impacted indiscriminately on willingness to serve, recruits in all three services would display similar characteristics, or to put it another way, the choice of service would be a matter of indifference to them. This is not the case, and the services soon discover that they each have their own markets, based on differences in their respective images in the minds of potential candidates: virility, adventure, physical exertion and solidarity for armies, technology and travel for navies, technology and mastery of complexity for air forces. That is why recruitment advertising, which represents a significant share of budget expenditures, is targeted at niches rather than at the youth labour market in blanket fashion. Contrary to common perceptions, including among recruiters, enlistment in the armed services, therefore, is not a choice by default.
- 35 Outcomes are fairly similar across countries. Rank and file recruits predominantly come from lower-middle and working-class backgrounds. Among them, over-represented are school drop-outs who, in addition to the benefits in terms of personal identity and satisfaction of certain wishes or psychological drives, see the armed services as a second chance. Hence the importance for the armed forces to be (and clearly appear to be) an avenue of upward mobility for such youths as well as (though in different ways) for sons and daughters of immigrants – rather than as a welfare refuge, or employer of last resort, for youths in need of resocialization.
- 36 In the face of such recruitment difficulties, retention is the second key to success. Keeping first-term attrition to a minimum and encouraging renewal of contracts compensates for recruitment shortfalls, keeps turnover low, and saves on training. This is a standard response to the structural risk of understaffing. However, as we shall see, it has drawbacks.

Institutional impact

- 37 A little-noticed consequence of the shift to an AVF is a liberalization of leadership styles. One general reason is increased complexity, which to a large extent makes superiors dependent on the good will of subordinates. While it is true that such a trend is also felt in armed forces that still partly rely on conscription, its repercussions are much stronger in AVF because the performance of superiors is now assessed, at least in part, on the basis of their ability to elicit contract renewals among their subordinates. Another reason is the less pyramidal rank structure already alluded to, and shorter social distances between NCO and privates. This is less in evidence, however, in elite army units where the gap between the social origins of officers and other ranks is larger, and command authority is more functional than elsewhere.
- 38 A second impact resides in the cultural change that comes from the increased presence and visibility of servicewomen and minorities. However, much more fundamental is the exacerbation in AVF of cultural tensions, natural to military institutions, between identities based on the requirements of operational effectiveness and those induced by the need for meaningful integration into the parent societies. On the one hand, martial identities are hardened by a social composition that is less representative than in was under the draft, by the cultural in-breeding that an AVF induces, the post-Cold War

return to a strategy of action, high operational tempos, long separations from family, as well as by the outsourcing of support functions and resulting concentration of uniformed personnel on core military activities. The restoration, from the early 1990s onwards, of high prestige after a three-decade eclipse – surveys now regularly place the military among the most respected public institutions in most European countries, irrespective of organizational formats²² – encourages the hardening of those facets of military identity which earn service members that heightened societal regard. On the other hand, the fact that everything in AVF has a price-tag – in sharp contrast with the old days of conscription, when rank and file labour was abundant and cheap – encourages resort to management techniques that nothing differentiates from those in use elsewhere. The consequence is that occupationalism – the attitude which holds that service is a job like any other – is now a higher risk in some quarters than before. Market philosophies and the ideological belief that public-private partnerships are more efficient – so typical of the post-Cold War era until recently – have made it more difficult for the military to maintain its functional ethos. Also, despite the return of low-intensity warfare (Afghanistan) among their missions, the winning of the hearts and minds of local populations on distant theatres involves civilian skills and universal values; likewise, increased interaction with civilian employees, the desire of military families to lead “normal” lives, and the close cultural integration of military cadres into the parent societies, tend to point the other way. Simultaneous remilitarization and civilianisation of attitudes and ethos result in what some acute observers have called “military schizophrenia”²³.

Socio-political impact

- 39 In light of such trends, two concerns come to the fore. One, voiced by civilians, is to avoid a military staffed by the underprivileged in the rank and file, and the privileged in the officer corps, both culturally (not least, ideologically) estranged from mainstream society. The other, often heard in military circles, is to preclude societal indifference towards the armed services.
- 40 The civilian concern is groundless today. For one thing, “automatic stabilizers” operate at rank and file level: complexity prevents the military from being content to recruit solely among the low-skilled, underprivileged or ideologically motivated. If it did, its public image would become skewed, and fail to attract mainstream youths, thus exacerbating its recruitment problems. Officers have for the past three decades or more been fairly representative socially, as well as become meaningfully integrated into society in terms of family lifestyles, and there is no sign that this is about to change unless the parameters are fundamentally altered. For another, AVF are much more closely dependent on society for material and moral support than they were in the days of abundant, cheap and legally guaranteed conscript labour. However, the risk exists of a deterioration of the existing state of affairs. The conjunction of still lower manpower requirements and high youth unemployment would most certainly disturb the automatic stabilizers alluded to, and allow social and cultural/ideological estrangement (as well as loss of functional effectiveness through a lowering of average manpower quality!). The military’s preference for retention through long, renewable contracts would accentuate such a negative trend²⁴. The elitization of officer corps entailed by low numbers would lengthen

social distances with other ranks, and bring back authoritarian leadership styles – in contradiction to wider societal trends. Vigilance is thus required.

- 41 The military concern is more serious. Lower force levels and numerous missions on distant theatres translate into much less visible forces at home. No longer in the public eye, they run the risk of being forgotten, despite the heightened prestige they have earned in the last two decades – with serious consequences on recruitment, or when it comes to budget debates. Constant public relations efforts are therefore necessary, especially at local level. Avoidance of bad press, due to scandals²⁵ or statistics on former service members now homeless or in jail, is of the essence. One good way of securing a favourable public image is to cultivate the perception of the defence establishment as an avenue of upward mobility.
- 42 The political dimension follows much the same pattern, though it is moot whether that state of affairs follows entirely from the new organizational format: it pre-dated the shift among cadres, and there are counter-examples outside Europe – notably in the United States. But it is clear that rather than “radical professionalism”, all-volunteer formats in European countries have accentuated “pragmatic” orientations – i.e., non-ideological conservatism premised on the defence of existing institutions whatever the political options of those in office at national level. This is reflected, again unlike the U. S.²⁶, in the absence of open partisanship among military personnel: while the political centre of gravity is slightly right of centre, the full spectrum of political attitudes (with the possible exception of extreme-left views) can usually be observed in European military settings. Generally recognized and accepted is the need for accommodating both the functional imperative of unique norms and the socio-political imperative of closeness to the social environment – for being distinct, but not distant from society. There are, as could be expected, those (usually in the combat arms of armies) who regard themselves as soldiers first and foremost and cultivate traditional martial identities, but a majority, when asked in interviews or questionnaire surveys, say they are citizens as well as soldiers.
- 43 This precludes praetorian attitudes, facilitates interaction at the top between ruling politicians and military leaders, and mitigates frustration at the loss of professional autonomy whenever political goals change or override military objectives in action or policy. European military leaders are more often than not more politically flexible than their U. S. counterparts.
- 44 At the same time, this makes for less politically inhibited officers, unafraid to play political games whenever frustration grows out of control. This notably happens, as has been observed in many countries, when military leaders (and their subordinates) feel that politicians at the top do not sufficiently take their professional viewpoints into account when formulating policy. And indeed, under the Cold War, politicians had formed the habit of making decisions on defence, for instance using military expenditures as a major adjustment variable in economic policy, without consulting generals or admirals whose counsel, in the absence of operations, could be dispensed with. Repeated incidents over the last fifteen years (resignations, public protests by flag rank officers in the press, etc.) conspicuously show that this will not do any more, especially as in terms of prestige and public respect, the differentials between military leaders and politicians today are clearly in favour of the former in most European countries²⁷. Another factor is that, whereas in the days of the draft the presence of citizens in arms serving with little at stake in terms of economic reward or identity interests discouraged cadres from publicly articulating such claims, they now feel freer to act as pressure groups²⁸. A final factor resides in the

dwindling proportion of civilian elites (politicians, but also ranking bureaucrats, journalists, teachers and others) with first-hand experience of military life after several decades of all-volunteer recruitment – a serious source of potential misunderstanding for the future (witness the U.S. case) between them and service members.

Concluding remarks

- 45 All-volunteer armed forces are a growing majority in Europe. In the strategic circumstances that have prevailed since the Berlin Wall went down, conscription has only survived in nations where citizenship norms have suffered less than they generally have elsewhere, or are still in the throes of unresolved tensions or threats on the periphery. The shift came as a surprise in a few key countries soon after 1990, triggering a dramatic bandwagon effect which has since considerably altered the military scene throughout the continent.
- 46 Transitions have been much easier than expected. Defence establishments have in the main shown great skills in negotiating the deep structural changes that come with such a major turning point. Initial recruitment figures allayed the fears expressed by military leaders used to the safety net of conscription. But soon, the law of downward pressures has made itself felt, and the hard realities of managing AVF have set in. The main obstacle inheres in pools of eligible and potentially willing young men that are too limited to fill the ranks. Part of the problem is that the services can guarantee promotion and secure long-term employment only to a minority. Women are used in rising numbers to fill the gap (and ensure quality), and some countries faced with serious shortfalls resort to enlisting foreigners or even prisoners upon the promise of naturalization or pardon. Managers soon learn the importance for the armed forces not to appear to be an employer of last resort, and understand that resettlement and the prospect of upward social mobility upon leaving the services help recruitment. They come to value retention as a key substitute for scarce new recruits.
- 47 AVF impact on military identities. Leadership styles become more liberal, and labour market realities induce management practices which erode the old normative character of martial institutions. Military culture registers the change in social composition, most visibly the increased presence of servicewomen. The basic tensions that undergird it are heightened by the shift. Remilitarization, partly due to the new strategic context, and increased civilianisation trends result in uneasy compromises or unresolved policy, social or even psychological contradictions.
- 48 The shift to an AVF carries important consequences for society at large. It comes about in part on account of weakened citizenship norms, and further weakens them. It brings to the fore concerns about social and cultural isolation and estrangement of the armed forces. These fears prove mostly ungrounded thanks to “automatic stabilizers”, sure to operate as long as manpower requirements go beyond the narrow segment of youths spontaneously inclined to join for social, cultural or ideological reasons, and oblige the services to recruit from the mainstream. The military’s main problem is to be kept in the public eye and, despite the respect and prestige earned the last two decades, avoid societal indifference. For that purpose, they are brought to reach out to society through advertising, open days or sponsoring of leisure activities.

- 49 Finally, the political dimension is less problematic in Europe today than it would have been in other historical contexts (say, in the 1920s and 1930s), or than it is in America. The reason for this is that the shift has confirmed and deepened the pragmatic professionalism of earlier decades. This makes for more flexibility on the part of officers in their relations with ministers, parliamentarians and civilian bureaucrats. If it also encourages them to play political games, their pressure group tactics have so far remained well within the bounds of democratic practice, and underline their loyalty to the system. However, civilian-military misunderstandings are made more likely by reason of the lack, growing as a function of time, of any first-hand experience of military life among civilian elites.
- 50 One consequence seldom brought up is that, with dwindling numbers and the attendant risk of pricing military action out of battlefields, AVF encourage the internationalisation of security through joint operations or institutional arrangements: even major powers have come to realize that there is little they can do alone. Likewise, they have, by sheer necessity, greatly boosted the trend towards closer inter-service cooperation brought on by the post-Cold War strategic context.
- 51 All in all, then, all-volunteer forces are neither the resplendent success nor the disaster that some had predicted. Despite the inherent difficulties detailed in this article, they valiantly survive, and mostly give satisfaction in their conduct of the missions assigned to them as well as in relations with state and society.
- 52 There are, however, two bold question marks today and for the future. As exemplified by Iraq and Afghanistan today, one is sustainability: all-volunteer formats turn force regeneration in the field into a major difficulty, with no satisfactory solution in sight. And should major international tensions re-emerge and require substantially higher force levels, reverting to conscription would most probably be the only way.

BIBLIOGRAPHY

- BURK, J. (1992), «The Decline of Mass Armed Forces and Compulsory Military Service», *Defense Analysis*, 8, pp. 45-49.
- COMMISSION DU LIVRE BLANC (2008), *Défense et sécurité nationale: le Livre Blanc*, Paris, Odile Jacob/La Documentation française.
- DOORN, J. (1975), *The Soldier and Social Change*, Beverly Hills, Sage.
- HICKLEY, M. and R. Kiesel, (2008), "Army's demand for 15% limit on foreign recruits to safeguard Britishness upsets race watchdog", in *Daily Mail*, 26 September.
- JANOWITZ, M. (1971 [1960]), *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*, Glencoe, Free Press.
- KELLEHER, C. (1978), "Mass Armies in the 1970s: The Debate in Western Europe", *Armed Forces & Society*, 5, pp. 3-30.

MARTIN, M. (1977), "Conscription and the Decline of the Mass Army in France, 1960-1975", *Armed Forces & Society*, 3, pp. 355-406.

MARTIN, M. (1981), "Le déclin de l'armée de masse en France: Notes sur quelques paramètres organisationnels", *Revue française de sociologie*, 22, pp.87-116.

NOTES

1. "Why me?" is the question asked when service is seen as a burden. Where, due to ingrained cultural patterns, service is still regarded as an honour, the question is "Why *not* me?". Such rare cases can still be observed in Scandinavia, where, owing to the Lutheran tradition of exalting service to the community, conscripts enjoy high social honour, and youths tend to feel deprived when exempted from service. To illustrate: in Sweden, recently, feminist militants have been campaigning for the extension of conscript duty to young females.
2. Other factors may compensate for, or even contradict, this hypothetical trend. Such was the case, for instance in the last years of conscription in France, where despite its obvious unequal impact on various social groups (legal evasion was strongest among both the most underprivileged and privileged in terms of aptitudes and educational attainment, while the draft affected all others more than proportionately), draftees declared that service was meaningful to them, and responded positively to call-ups until the very end.
3. Lotteries to designate those in the minority who will be called up were common practice in the 19th century, but mostly disappeared in the 20th: equality gained strength as a value, and made consensus over unequal treatment of equals much harder to come by all things equal.
4. Germany introduced such a system in the first place because conscientious objection is a German citizen's constitutional right, and in the name of equality it had to provide a mandatory civilian alternative to conscripted military service. When, in the 1990s, conscientious objection became the majority option among youths of draft age, such cheap manpower created an addiction that is difficult to remedy without renouncing its obvious economic and political advantages for the welfare system...
5. This is another reason why Germany sticks to the military draft even though only a minority are now affected by it: only males are concerned. Females were long barred from serving in the Bundeswehr, and therefore conscientious objection, the main driver of *Zivildienst* applications, does not affect them.
6. Some have instituted *volunteer* forms of civilian service, which in most cases only attract tiny minorities among the targeted youth population.
7. The situation in the United States (1966-1969) was very similar.
8. In America, Richard Nixon, then campaigning for his party's nomination in the 1968 presidential race, surprised everybody – he had been known as a staunch supporter of universal military training as Eisenhower's vice-president a decade or so earlier – by including a return to an all-volunteer military in his platform. Once elected, he appointed a presidential commission to think through and organize the shift.
9. In the years preceding the announcement, opinion surveys regularly showed that some 2/3 of respondents believed that France could not do without conscription, but about 3/4 added that an all-professional force would be more effective...
10. Conscript pay levels ranged from the minimum wage to as low as 10% of it. By contrast, under new AVF in many countries, labour market rates for quality manpower at rank and file level had to be supplemented by bonuses and allowances to compensate for the potential hardships of military life.

11. This was especially the case in the 1990s, when peace dividends were the order of the day. The post-9/11 era hardly changed the equation: while downward defence budget trends were reversed, the increments were mostly allocated to resources other than force levels.
12. That has been the case recently in the United States: see, for instance: TURSE, N. (2006), "U.S. is recruiting misfits for army: felons, racists, gang members fill in the ranks", *San Francisco Chronicle*, Sunday, October 1, 2006; p. F-6. This extreme solution has been examined in Britain, for the same reasons, but applied on a much lesser scale.
13. This is of course more in evidence in former imperial powers than in Central European countries.
14. If not harder actually, as civilian employers are generally reluctant to allow employees to leave their positions temporarily in order to respond to a call to military training periods or distant operations.
15. It is true, however, that the huge reserves formerly generated by conscription existed mostly on paper, and were seldom called to the colours.
16. The dearth of spare parts and maintenance funds was particularly acute in Britain and France earlier this decade. See LOGAN, G., "Veterans blame Army for massed ranks of ex-soldiers in UK jails", *Personneltoday.com*, 5 September 2008.
17. One further difficulty stems from the demographic decline affecting regions or segments of the population which traditionally generate more enlistments than others (in Britain: Northern England, Scotland and the industrial working-class).
18. By comparison, the same proportion is 1 in 83 for young women, in whose case the limiting factor is not supply but institutional demand. One does not wonder, therefore, if that demand increases the way it does at present.
19. However, the elasticities of recruitment as a function of youth unemployment are generally weak, and labour market influences are registered with a time-lag of at least six months. Such influences are complex, and involve many intervening variables. Unemployment impacts on quality more than on numbers of applicants, as if the least qualified withdrew from the enlistment market based on the perception that better profiles will reduce their chances of success.
20. This was already the case before the shift to AVF, and is therefore unrelated to it (though indirectly, the rise in the expenditures allocated to rank and file pay makes pay raises for senior and highly-skilled personnel more problematic for budget managers).
21. This has plagued the British Armed Forces over the last few years through press report upon press report that the unemployment rate of former service members is nearly double the general rate, or that some 20% of homeless persons in the London area and 9% of the UK prison population are ex-servicemen. On this last point, see for instance: Logan (2008), "Veterans blame Army for massed ranks of ex-soldiers in UK jails", *Personneltoday.com*, 5 September 2008.
22. Cf. successive edition of Eurobarometer surveys.
23. The best example of this was the French military's response to the law instituting a 35-hour workweek in street as from 2000. On the basis of its legal status, military authorities (but also a vocal majority among service members) proclaimed that it was not concerned, and open-ended liability for service remained central to the military ethos. Yet, in a matter of months, the military came up with its own modified version of the 35-hour workweek: while the principle of unlimited availability for duty was upheld, if nothing urgent was on the front burner, battalion or base commanders could now allow their subordinates to take Friday afternoons off. The rationale was that civilian defence employees enjoyed the benefit of the new law, and it was necessary to avoid relative deprivation among uniformed personnel as well as among their families. Thus did two cardinal principles collide: functional effectiveness and socio-cultural integration, which though often pointing in different directions must never be lost sight of. But in this case, harmonization between them proved difficult, and led to an uneasy compromise.

24. All-volunteer formats and ideological conservatism seem related only when long careers or extended periods of service in uniform are dominant. This was suggested long ago by an American study: controlling for education, among service members conservative views are a positive function of seniority, or of plans to remain in the armed services for as long as possible. The study's authors advised caution in maintaining a balance between long- and short-termers – despite, one might add, the understandable preference of personnel managers for retention and low turnover. Cf. BACHMAN, J.; J. Blair and D. Segal (1977), *The All-Volunteer Force: A Study of Ideology in the Military*, Ann Arbor, University of Michigan Press.

25. The usual instances concern hazing of new recruits, racial discrimination or sexual harassment.

26. Another, more recent, American study showed that nearly 2/3 of U.S. officers are registered Republicans. Cf. HICKLEY, M. and R. Kisiel (2008), “Army’s demand for 15% limit on foreign recruits to safeguard *Britishness* upsets race watchdog”, *Daily Mail*, 26 September. This is bound to raise problems as liberal democracy is premised on the notion of objective neutrality on the part of those serving the state.

27. Eurobarometer, *loc. cit.*

28. This is clearest in the French case, where gendarmes have been known to stage street protests in uniform recently (2001). But, confirming that this is not necessarily related to AVF, Swedish military cadres, while refraining from taking to the streets, have become adept at publicly negotiating benefits and allowances before accepting overseas missions.

ABSTRACTS

Countries with conscripted troops became a minority since the end of the Cold War. In this new reality it is essential to understand why the shift to all-volunteer forces happened, how occurred and the impacts caused in European societies. Large number of troops became pointless, the service was now seen as a burden and different types of military action implied a new system. Public debate has not taken place, mainly occurring among experts. In general the transition periods are shorter than the ones determined by law. There are several kinds of impacts in this change: structural changes (e.g. downsizing of the armed services and distinct alterations among the three services); recruitment, resettlement and retention; institutional impact (e.g. liberalization of leadership styles and the cultural change caused by the increased presence of servicewomen and minorities); and socio-political impact. AVF still need to respond to the sustainability issue and to the need of higher force levels.

Desde o fim da Guerra Fria os países com tropas recrutadas tornaram-se uma minoria. É essencial compreender o porquê da mudança para forças exclusivamente voluntárias, como ocorreu e os impactos nas sociedades europeias. Um grande número de tropas torna-se inútil, o serviço passou a ser visto como um fardo e diferentes tipos de acção militar implicam um novo sistema. O debate público não se verificou e só ocorre entre especialistas. Em geral, os períodos de transição são mais curtos do que o determinado por lei. Existem vários tipos de impactos desta mudança: estruturais (como a redução das forças armadas e alterações distintas entre os três ramos); recrutamento, reinstalação e retenção; impacto institucional (como a liberalização dos estilos de liderança e a mudança cultural causada pelo aumento da presença de mulheres e minorias), e

impacto sociopolítico. AVF (Forças Armadas Voluntárias) ainda precisam de responder à questão da sustentabilidade e da necessidade de maiores níveis de força.

INDEX

Keywords: All-Volunteer Forces, military service, change effects, sustainability

Palavras-chave: Forças Armadas Voluntárias, serviço militar, efeitos da mudança, sustentabilidade

AUTHOR

BERNARD BOENE

Reitor da Académie de la Réunion, Professor na Université de Rennes II b.boene@online.fr

Mercado de arte contemporânea: construção do valor artístico e do estatuto de mercado do artista

Filipa Almeida

Valor de mercado como construção social

- 1 Qualquer valor de mercado resulta de uma construção social. Por maioria de razão, esse é o caso do valor de uma obra de arte: uma vez que a percepção de qualidade do objecto, enquanto determinante do seu valor de uso, não é imediatamente objectivável através de critérios específicos, é necessário que um conjunto de actores sociais certifiquem e atribuam valor à obra.
- 2 O mercado onde se transaccionam este tipo de objectos pode ser assim analisado como um fenómeno económico, embutido numa estrutura de relações sociais que tanto podem ser tornadas maleáveis pelas forças da estrutura social e da acção colectiva, como ficar bloqueadas por essas forças (Granovetter, 2003 [1985]: 69-102). As relações sociais influenciam a forma como o produtor ou o autor de uma obra é visto, a incrustação da acção nas relações sociais ajuda ao contacto entre os produtores de arte e os consumidores, permitindo formar-se uma imagem/opinião acerca do objecto artístico, baseada não tanto nas propriedades intrínsecas do objecto como na posição ocupada pelo produtor nesse conjunto de relações (Podolny, 1993).
- 3 A escolha da arte contemporânea está nesta investigação relacionada com o facto de se considerar um dos mercados onde o valor é mais difícil de determinar, exactamente devido à natureza dos valores em jogo. Uma obra de arte contemporânea pode assumir os mais variados valores monetários e simbólicos. No trabalho exploratório, as questões essenciais reportam-se à forma como é conferido valor a uma obra de arte, quais os mecanismos que lhe conferem um lugar no mercado, que actores ou agentes estão envolvidos neste processo e como é que participam na construção desse valor.

- 4 A análise sociológica do campo artístico é assim indispensável à sua compreensão, uma vez que só através da identificação das várias categorias de actores envolvidos, das posições por estes ocupadas e dos valores orientadores das suas acções neste processo será possível apreender que atributos são necessários para que uma obra ou um artista adquiram estatuto de mercado e lhes seja atribuído um determinado valor, e por que processos esses atributos são constituídos.

Algumas contribuições teóricas

- 5 A teoria de Pierre Bourdieu (1989) sobre os campos sociais, aplicada ao funcionamento e autonomia do campo artístico, serve para explicar a forma como as posições dos actores dentro deste campo poderão estruturar as suas práticas, e ainda como estas posições poderão ser hierarquizadas mediante o volume de capitais adquiridos. A teoria da dominação de Pierre Bourdieu transporta para esta investigação a necessidade de legitimação de uma obra por determinados valores ou cânones dominantes. Podendo ser a inovação radical uma das características da arte contemporânea, esta só poderá ser legítima se estiver de acordo com o discurso dominante, ou se for produzido um novo discurso de legitimação pelos actores que estão nas posições dominantes.
- 6 Decorrendo desta necessidade de legitimação e através de uma perspectiva interaccionista de Howard Becker (1982) acerca do mundo da arte contemporânea, apresenta-se a noção de convenção em torno do valor artístico. A construção de reputação artística e a aquisição de um determinado estatuto num mercado de valores estão directamente relacionadas com a construção social deste valor, ou seja, com a legitimação no campo artístico e com a coordenação necessária para que se dê essa legitimação. A articulação e cooperação entre os actores é necessária para conferir um determinado valor a uma obra de arte. De acordo com Howard Becker (*ibidem*), são várias as categorias de actores que participam nesta actividade coordenada. O galerista ou o *marchand* são negociantes que necessitam de um espaço no qual expõem obras de arte a potenciais compradores. Precisam também de um grupo de artistas que produzem o trabalho para ser vendido. Os compradores são essenciais para que se possam sustentar as galerias e as suas despesas inerentes. Os críticos irão produzir o discurso público indispensável para que se possa avaliar o trabalho artístico, posicioná-lo no mercado e construir interesse nesse trabalho. Os visitantes das galerias, mesmo que não sejam compradores, têm um papel preponderante na difusão de interesse pela galeria e pelos trabalhos aí expostos, podendo recomendá-los a outros actores.
- 7 Neste mundo artístico são estes os actores com um papel preponderante na construção de valor. Quais as práticas que estes actores utilizam na atribuição de valor? Como se efectua a coordenação dos actos e dos juízos sobre o valor dos artistas e das suas obras?
- 8 A contestação da noção de campo de Bourdieu pela interpretação compreensiva dos valores e ordens de grandeza convocados pelos actores foi iniciada por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991). Estes autores propõem uma nova abordagem à sociologia moral e da acção, e à sociologia económica em particular, em torno da denominada “economia das convenções”, privilegiando a compreensão dos processos de interpretação dos próprios actores e rompendo com a construção de Bourdieu de predisposições inscritas no *habitus* de cada actor.

- 9 Optou-se, assim, por uma abordagem sociológica compreensiva, apoiada na teoria das economias de grandeza de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (*ibidem*) e, mais concretamente aplicável ao mundo da arte, apresenta-se o regime de singularidade segundo Nathalie Heinich (1998a). A questão-chave para estes autores é a de quais os regimes e ordens de grandeza invocados pelos actores nas suas operações críticas e de valorização, que são mobilizados para resolver controvérsias e elaborar convenções sociais, mais ou menos precárias, mais ou menos consensuais, em torno das quais se torna possível coordenar as acções.
- 10 Através do conceito de *cités*, ou regimes de justificação das acções dos actores, descrevem-se tipos-ideais de ordens legítimas que se diferenciam por uma “metafísica política” específica organizada em torno de um princípio superior comum. Estas *cités* são constituídas por um princípio de ordem, que aparece como a génese da ordem de um mundo já existente e confere uma certa coerência e ordem de grandeza a este mundo (Boltanski e Thévenot, 1991).
- 11 Estes autores identificam seis *cités*, das quais, numa primeira análise, se podem hipoteticamente reconhecer quatro como predominantes no mundo da arte contemporânea:
- 12 Tomemos em primeiro lugar a *cité* da inspiração. Formulada por Sto. Agostinho na obra *A Cidade de Deus*, a grandeza da inspiração é designada pelo princípio da graça e da humildade. É em nome deste princípio da graça que, numa organização de *cité* da inspiração, as pessoas são levadas a elevarem-se acima da ordem mundana e a fazerem inovações radicais. Este mundo da inspiração privilegia a singularidade, a originalidade, a espontaneidade, sendo esta última autêntica, sincera e involuntária. Manifesta-se pelas emoções e pelas paixões e é veiculado como enriquecedor, entusiasta, exaltante, fascinante e inquietante. Este regime de justificação classifica-se de irracional, escapando à razão, à determinação e à certeza da técnica. É valorizado o que é misterioso, imaginativo, original e indizível. A paixão é o que orienta os actores neste mundo, e o desejo de criar é a inspiração revelada nos objectos. A inquietude, a dúvida e o sofrimento são grandezas perseguidas neste regime. É plausível que encontremos no mundo artístico, que normalmente justifica a acção convocando valores como a criatividade, a originalidade, a singularidade e a autenticidade, que se manifesta pelas emoções e frequentemente se qualifica de irracional, discursos de justificação muito próximos do regime de inspiração. Assim, este regime está na génese do regime de singularidade, apresentado por Nathalie Heinich para caracterizar o regime de valores actualmente existente no mundo da arte contemporânea, referido mais à frente neste artigo. Pode mesmo considerar-se que o regime de singularidade é um subtipo da *cité* da inspiração, especificado para a época contemporânea do mundo das artes.
- 13 No entanto, o problema da valorização social da obra de arte complexifica-se porque o regime da inspiração não coincide com outros regimes igualmente presentes no mundo da arte contemporânea. Alguns dos actores envolvidos neste mundo terão as suas acções justificadas pelo regime mercantil, ao passo que a coordenação e a formação de equivalências entre este e o regime de inspiração obrigará provavelmente, como decorre do acima referido sobre a importância da reputação no estabelecimento do valor mercantil da singularidade, à convocação do regime de opinião.
- 14 Na *cité* mercantil, os princípios convocados são o funcionamento do mercado e o interesse egoísta do lucro. Estes princípios, cuja origem está no funcionamento dos mercados

concebido por Adam Smith, estão relacionados com a concorrência pela posse exclusiva dos mesmos bens raros por muitas pessoas. A *cit  * mercantil coloca ênfase na qualidade dos objectos transaccionados e no papel da coordena  o necessária para que as transac  es se realizem. A racionalidade, a distância emocional e o controlo das emo  es são condi  es necessárias para detectar as oportunidades do mercado e fazer bons negócios sem ser dominado por sentimentos impulsivos.

- 15 Expressões como “a arte não tem preço” ou a “arte pela arte” remetem para um discurso anti-mercantil muitas vezes enunciado pelos artistas e pelos próprios galeristas. A associa  o ao valor monetário e ao negócio não faz parte dos valores que legitimam a ac  o no mundo da inspira  o artística, por mais que a racionalidade económica seja um imperativo para a actua  o dos actores no mercado da arte. Assim, podemos conjecturar que a prática mercantil de negociar as obras de arte terá de ser justificada através de outros valores de maior grandeza, que permitam eclipsar estes valores não legítimos. A ser assim, de acordo com esta perspectiva teórica, a prática comercial dos galeristas terá de ser justificada como um instrumento ao serviço de valores de grandeza maior no mundo da arte, como os do regime de inspira  o ou mesmo os valores de um regime de projecto, cuja emergência constitui a hipótese de Boltanski e Chiapello (1999), em que as redes e a colabora  o entre os vários actores seriam legitimadas com a ideia da concretiza  o de um projecto artístico comum, ao serviço do qual as práticas mercantis seriam meramente instrumentais. Quais são então os discursos dos galeristas para legitimar a sua ac  o mercantil e de sustenta  o económica, e dos artistas para justificar a sua rela  o com o mercado?
- 16 Das considera  es tecidas acima acerca da importância das rela  es sociais entre actores com posi  es hierárquicas diferenciadas, também poderá ser identificado no mundo artístico o regime da *cit  * doméstica. A grandeza doméstica    descrita como aquela em que as pessoas se encontram ligadas por uma corrente de dependência pessoal dentro de uma hierarquia de posi  es, tal como a pert  n  a a uma família, a uma linhagem ou, no caso do mundo da arte, a uma “linhagem de influência”, a uma escola ou a uma *clique*, e em que orientam as suas ac  es com base na fidelidade a princípios tradicionais e a uma figura que se respeita e a quem se deve lealdade. Mas, na medida em que estas grandezas ocorram, não aparecerão justificadas, também elas, na linguagem da *cit  * de projecto, invocando os princípios de colabora  o e aprendizagem em rede mobilizados para a realiza  o de projectos inovadores, hipoteticamente mais compatível com a liberdade artística do regime de inspira  o do que a estrita dependência hierárquica do regime doméstico, ou da percep  o de notoriedade e atribui  o de reputa  o do regime de opinião?
- 17 A *cit  * de renome ou *cit  * de opinião    aquela que permite, através de uma concep  o hobbesiana de honra, a constru  o desta hierarquia de posi  es baseada na constru  o de reputa  es. A grandeza deste regime justificativo depende exclusivamente da opinião dos outros, isto   , do número e da qualidade das pessoas que concedem um valor que exclusivamente assente na notoriedade e no renome. Aplicando ao mundo artístico, a grandeza do regime de opinião será assente na atribui  o de valor apoiada em percep  es de estatuto e de reputa  o, originando uma hierarquia de notoriedade.
- 18 A cada uma das *cit  s* corresponde um mundo de qualifica  es, no qual os actores se apoiam para se qualificarem e se atrib  rem diferentes estados de grandeza. Deste modo, se a ordem de uma *cit  * legítima uma forma de estar no mundo através de um princípio superior, comum a todos os que se justificam com esse princípio, supõe-se que,

reciprocamente, os actores, para se qualificarem, deverão justificar-se sempre apoiando-se na coerência dos dispositivos que constituem o mundo que lhes é comum (Lévesque *et al.*, 2001).

- 19 Mais interessante, para este caso, é a questão da coexistência no mesmo mundo de diferentes ordens de grandeza, das suas tensões mas também da forma como a construção de mediações e de princípios de equivalência permite a coordenação entre os actores regidos por ordens de grandeza diferentes. No caso do mundo artístico poderemos encontrar diferentes regimes que qualificam e justificam as acções dos actores. Serão estes diferentes regimes uma fonte de tensões e conflitos dentro do mundo artístico, não permitindo a coerência das suas acções e dos princípios que os orientam? Ou, pelo contrário, como são agenciados os diferentes princípios de legitimação para coordenar as acções em torno da construção de um valor de mercado para a obra de arte?
- 20 Segundo Nathalie Heinich (1998a), na época contemporânea existe um regime de singularidade que poderá ter a sua origem no regime de inspiração de Boltanski e Thévenot. Este é o regime inimigo dos *standards* e das equivalências, onde o êxito comercial a curto prazo pode significar a submissão aos cânones vigentes e a incapacidade de criar uma obra original. Simultaneamente, é este regime que possibilita que o valor monetário de uma obra, no campo das artes visuais, possa atingir valores elevados, uma vez que estas obras têm de ver reconhecido um carácter único, inovador e de forte diferenciação artística.
- 21 A abordagem proposta por Heinich é imposta pela própria natureza do objecto de estudo. Sendo o mundo artístico uma realidade onde se convocam valores de singularidade, de individualidade e de particularidade, é mais difícil para a Sociologia encontrar explicações universais e categorizações gerais. A análise sociológica apenas será possível ao relativizar os sistemas de valor colocados em jogo na avaliação e hierarquização artística, aceitando a sua coexistência e pluralidade a fim de dar lugar à análise de cada um desses sistemas de valores convocados pelos diferentes actores e das suas mediações intersubjectivas.
- 22 Se por um lado Heinich enfatiza a questão de quais são os valores intersubjectivos dos actores em jogo na arte contemporânea, e de que forma esses valores orientam as suas acções e representações, conferindo valor artístico, distanciando-se do modelo de Bourdieu, onde é o volume de capitais que posiciona ou hierarquiza o valor artístico, por outro lado, o regime de singularidade de Heinich acaba por admitir também a necessidade da legitimação da avaliação artística. No entanto, aqui esta legitimação acontece através do quadro de valores dos actores envolvidos, sendo que este varia e coexiste na diversidade das situações e contextos a analisar.
- 23 No trabalho exploratório desenvolvido na investigação aqui referida, observou-se, através da análise sistemática dos discursos de actores-chave, a convocação de alguns dos princípios de grandeza referidos e presentes enquanto princípios justificativos para orientar as suas acções e representações, e as tensões, conflitos e mediações que surgem da simultaneidade destes diferentes regimes de grandeza.
- 24 De modo articulado com a perspectiva de uma sociologia das convenções, é-nos também útil a teoria de Joel Podolny (1993) que aborda o mercado como uma hierarquia de estatutos de produtores. Esta hierarquização de valores e criação de diferentes estatutos, no âmbito do mercado da arte contemporânea, será o resultado de um conjunto de

interacções coordenadas e assentes em convenções que poderão ser sobre o valor da obra de arte e do artista.

- 25 Para finalizar este quadro teórico, identificam-se alguns elementos hipoteticamente determinantes da construção do valor de mercado, assentes nesta teoria sobre a construção do estatuto de mercado e sobre a relação entre o preço e reputação, a trajectória, a afiliação do artista e o capital social ou a redes de relações.

Análise dos discursos

Dimensões e subdimensões da construção social do valor artístico

- 26 Com o intuito de aprofundar as questões que vêm sido enunciadas optou-se pela aplicação de entrevistas exploratórias a actores-chave do mundo da arte contemporânea. As entrevistas semiestruturadas, efectuadas com baixo grau de directividade a artistas em início de carreira, artistas já estabelecidos no mercado artístico ou artistas consagrados, críticos de arte, curadores e galeristas, constituíram um importante meio de obter novas informações e várias perspectivas ainda não exploradas sobre os temas em questão.
- 27 O enquadramento teórico e a observação empírica concretizada através das entrevistas exploratórias tornou possível o desenho de uma grelha de análise que proporcionasse a operacionalização da problemática apresentada. Este processo de vaivém entre a teoria e a observação permitiu a configuração de três dimensões que possibilitam a análise do processo de construção do valor da obra arte e do estatuto de artista, através das entrevistas realizadas.
- 28 Estas três dimensões serviram como temas principais para a realização de uma análise de conteúdo temática. Contudo, elas são indissociáveis e contribuem de uma forma inter-relacionada para a construção social do valor artístico na arte contemporânea. Cada uma destas três dimensões foi por sua vez decomposta em duas subdimensões, conforme se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1: Resumo da Análise Temática de Conteúdo: Matriz das principais dimensões da Construção do Valor Artístico

	Aquisição	Avaliação
Dimensão 1 <i>Qualidade Intrínseca da Obra</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Domínio das técnicas artísticas • Trabalho árduo, persistente e contínuo • Actualização e aprofundamento de conhecimentos • Singularidade e inovação dentro das tendências actuais • Intencionalidade artística – Expressão de emoções; narrativas associadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Disposições dos especialistas para a avaliação (<i>habitus</i>) • Intersubjectividade de valores • Posições ocupadas no campo artístico • Convenção de valor

Dimensão 2 <i>Notoriedade do Artista</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Trajectória artística: Participação em concursos; prémios; número e tipo de exposições realizadas; internacionalizações • Reputação das galerias, museus, colecções onde o artista participa • Capital Social – redes de relações privilegiadas • Visibilidade • Tempo de dedicação e entrega à arte • Coerência e homogeneidade do percurso • Imagem de marca • Inovação e singularidade dentro dos cânones vigentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor monetário como indicador de reputação • Níveis de consagração • Consistência de percurso artístico • Singularidade
Dimensão 3 <i>Aceitabilidade/ Receptividade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Descodificação e interpretação da obra • Facilidade de compreensão (ex: Figurativo) • Visibilidade • Criação de um gosto 	<ul style="list-style-type: none"> • Singularidade e distinção

Diferentes regimes das economias de valor

- 29 Os discursos produzidos pelos entrevistados são um meio privilegiado de darem sentido às suas experiências, uma ocasião de formularem, graças às palavras, os modos pelos quais atribuem significado ao que viveram (Schnapper, 2000: 89). No mundo da arte, tal como noutras áreas da sociedade, a falta de um referente unanimemente reconhecido e a atomização dos valores fazem com que os entrevistados sintam a necessidade de justificar as suas condutas e as suas opiniões, dispondo de meios intelectuais para elaborar discursos mais ou menos coerentes sobre a sua experiência, com base em sistemas de valores e justificações. Assim, a análise destes discursos constituiu material rico para a interpretação sociológica, à luz da orientação teórica apresentada relativa à abordagem sociológica compreensiva de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991) e de Nathalie Heinich (1998a). Paralelamente à grelha de análise anterior, considerou-se relevante para esta investigação identificar quais os valores intersubjectivos nos discursos dos actores.
- 30 Recorrendo à teorização sobre os regimes que orientam as acções, já explicitados no ponto 2 deste artigo, identificaram-se as referências a cada um destes regimes. Além desta identificação, procurou compreender-se quais são as hierarquizações de valores e as tensões presentes nos discursos e nas práticas dos entrevistados. De que forma é que os valores presentes nas *cités* dos regimes mercantil, de inspiração, doméstico, de projecto, de opinião, e mais especificamente no regime de singularidade proposto por Heinich se articulam, se combinam ou criam conflitos nas justificações apresentadas pelos actores, ao pronunciarem-se sobre a construção de valor na arte contemporânea.

Intersubjectividade e coexistência de valores

- 31 Uma das questões da presente investigação é a de saber quais os regimes de valores e ordens de grandeza, referidos por Boltanski e Thévenot (1991), invocados pelos actores do mundo artístico nas suas operações críticas e de valorização. Estes valores são utilizados para estabelecer as convenções necessárias, mais ou menos precárias, mais ou menos consensuais, em torno das quais se torna possível coordenar as acções do mundo da arte contemporânea tendo em vista a convenção do valor artístico.
- 32 Através da matriz temática, que cruza as diferentes posições estruturais dos actores entrevistados (Galeristas, Jovens em início de carreira, Artistas Consagrados e Críticos de arte) com quatro dos regimes de justificação das economias de grandeza de Boltanski e Thévenot (1991), aos quais acresce o regime de justificação de projecto (Boltanski e Chiapello, 1999) e ainda o regime da singularidade (Heinich, 2004), fez-se um levantamento dos principais regimes evocados ou criticados nos vários discursos analisados. Só assim foi possível começar a vislumbrar algumas das tensões que possam surgir neste mundo da arte contemporânea, em parte devido à coexistência de ordens diferentes de grandeza dos diferentes regimes identificados.
- 33 De uma forma imediata, conseguiu distinguir-se nos discursos analisados um recurso frequente ao regime de inspiração. Os actores entrevistados apelam muitas vezes a uma representação do artista criativo, com um dom inato, que deve estar acima das necessidades materiais e que deve manifestar na sua obra, de uma forma espontânea e autêntica, as suas emoções.
- 34 Vários excertos mostram uma representação do artista como alguém que se deve submeter a algum sacrifício e privação, que deve renunciar aos bens materiais em prol da sua inspiração, do seu caminho criativo, que tem inquietações, que está longe da racionalidade e perto da subjectividade. Em oposição a esta representação de artista ideal, inspirado, autêntico e humilde é colocada a representação do artista menor, mais racional, que tem uma atitude mais desprendida, mais materialista, e que não leva a actividade artística com total dedicação.
- 35 De acordo com o trabalho desenvolvido por Nathalie Heinich (*ibidem*), a pluralidade de movimentos de tendências artísticas que surgiram na época moderna foram consequência de uma crescente importância de valores como a vocação artística. A profissão de artista surge assente em valores da mesma natureza dos referidos acima, ou seja, assente em valores do regime de inspiração como a vocação, a inspiração, o talento inato, o dom artístico, o espírito de sacrifício e o desprendimento material.
- 36 No entanto, para esta autora, com a ruptura do pós-modernismo e com o surgimento da noção de vanguarda durante o século XIX, pouco a pouco esta noção de vocação, de dom inato, foi-se esbatendo, dando origem à valorização da excepção e da originalidade.
- 37 A progressiva institucionalização da anomia (ausência de regras) começa por se instalar na intenção artística e surge a imposição no mundo artístico da singularidade. Valores como a raridade, a originalidade e a transgressão da norma passam a ser preponderantes na criação artística e a própria noção do que é arte fica abalada. Desta forma, a arte contemporânea remete-nos para um conjunto de valores fundados na singularidade, que passa a ser uma das condições de grandeza neste mundo.

- 38 Outros regimes e tensões estiveram presentes na análise dos vários discursos e são operacionalizados e demonstrados em pormenor na dissertação a que este artigo se refere.
- 39 Na Tabela 2 apresenta-se um resumo esquemático da pluralidade de regimes presentes nos discursos analisados, umas vezes por adesão aos valores desse regime e outras por oposição.

Tabela 2: Regimes de valores convocados pelos actores entrevistados

	Artistas Jovens	Artistas Consagrados	Galeristas	Críticos
Mercanti	✕●	✕●	✕●	
Singularidade	●	●	●	●
Inspiração	●	●	●	●
Projecto	●		●	
Doméstico		●		
Opinião			●	●

✕ Valores convocados por oposição
● Valores convocados por adesão

Principais conclusões

- 40 Após uma análise de conteúdo exhaustiva às entrevistas realizadas surgiram, entre outras, duas novas questões de elevada pertinência no âmbito da investigação: A articulação entre as posições ocupadas pelos diferentes actores no campo artístico, e as representações e os regimes de valores por eles evocados e a hipótese de existirem dois regimes ou estratégias de mercado diferentes, que poderão ser articulados entre si, identificados pelos próprios entrevistados, e que comportam mecanismos e dinâmicas diferentes, no que diz respeito à aquisição de notoriedade.
- 41 Contudo, algumas conclusões resultaram desta análise. Partindo da questão inicial sobre o valor da arte contemporânea, conclui-se que é um valor difícil de determinar. O valor monetário parece não ser uma boa medida do valor artístico na época contemporânea, pois uma obra vendida por uma pequena quantia posteriormente poderá atingir valores elevados se chegar, por exemplo, a um leilão, onde habitualmente são atingidos os valores mais elevados. Quando uma obra surge pela primeira vez no mercado é inevitável que lhe seja atribuído um valor. A partir do momento que lhe é associado um nome reconhecido no meio artístico, imediatamente o seu valor aumenta.
- 42 Uma das discussões da presente investigação sobre a obra contemporânea é a de compreender quais são os critérios e a forma como lhe é conferido um valor monetário e simbólico. No entanto, a arte contemporânea apresenta características de novidade e de singularidade que saem das referências de avaliação da arte clássica. A novidade da arte contemporânea não permite criar critérios objectiváveis de qualidade de uma obra.

- 43 A partir da época contemporânea, com o aparecimento da arte conceptual, vanguardista e de outros movimentos contemporâneos, o valor da arte passou a estar relacionado com o regime, o que Nathalie Heinich (1998a) designa de singularidade. Neste regime os *standards* e as equivalências não são bem vistos, o êxito comercial a curto prazo arrisca-se a significar apenas submissão à especulação, a cânones dominantes e à incapacidade de criar algo de original. Contudo, esta originalidade e transgressão das normas que se esperam de um artista contemporâneo, para que tenha algum valor, comporta um elevado grau de incerteza. Por um lado, se não há equivalências nem referência a padrões de equivalência, o valor conferido é difícil de estabelecer; por outro lado, o próprio artista arrisca-se a sair do jogo e cair no eterno anonimato. Perante tal incerteza, quais são então os mecanismos que permitem estabelecer critérios de qualidade na arte contemporânea?
- 44 O trabalho exploratório desenvolvido indica que o valor é atribuído com base na percepção de qualidade e na hierarquização de reputações. A qualidade intrínseca da obra, avaliada e legitimada pelos especialistas, é imprescindível. No entanto, os critérios para esta avaliação acabam por não ser muito objectivos, e os que o são (como por exemplo o domínio das técnicas) não são os mais preponderantes para o valor da obra. É a construção de uma reputação assente em atributos como: a trajectória do artista, o capital social adquirido, a visibilidade, a dedicação, a consistência e imagem de marca artística, bem como a singularidade dentro de alguns limites, que permitem ao artista adquirir notoriedade e conferir valor às suas criações. Além da reputação e da notoriedade, será necessário também que a obra seja aceite, isto é, seja interpretada, decodificada e integrada no mundo da arte contemporânea. Este será o papel fundamental dos mediadores entre a produção e a recepção da arte, como o são os críticos, os galeristas, os directores de museus, entre outros agentes.
- 45 Um outro aspecto a salientar que aparenta ser importante na construção de notoriedades é a influência recíproca que as reputações têm entre si. Verifica-se em vários pontos da análise que a reputação de um artista é influenciada pela reputação dos actores e instituições com que interage, e por sua vez a sua própria reputação irá também contribuir para a construção das reputações dos mesmos actores e instituições.
- 46 Uma das hipóteses de trabalho identificadas no decorrer desta investigação e que poderá vir a ser verificada num projecto futuro é a de que o valor artístico depende da reputação do artista e da posição que este ocupa na hierarquia das notoriedades artísticas.
- 47 Outra questão que parece relevante salientar como sendo produto desta investigação é a de que este valor atribuído a um artista ou uma obra tem de ser o produto de uma convenção ou de um acordo entre vários actores que participam na construção deste valor. Cada um destes actores tem um olhar diferente sobre uma determinada obra de arte. Este olhar depende da posição que ocupam no campo artístico, depende das suas disposições ou *habitus*, e depende das suas estruturas mentais e dos conjuntos de valores que convocam para avaliar e criticar a arte contemporânea. Para a compreensão de um meio polémico e conflituoso como este, será necessário relativizar as avaliações que são feitas. Vários sistemas de valores são convocados pelos actores participantes da construção de valor, para argumentar e justificar as suas acções e representações. Os actores poderão sentir algumas tensões entre as suas práticas e representações, em virtude de as suas práticas nem sempre estarem de acordo com os princípios aceites e legítimos no mundo da arte. Refere-se aqui o exemplo das práticas comerciais dos galeristas, que evocam valores de um mundo mercantil e que não são compatíveis com os valores de grandeza maior no mundo artístico, que por sua vez convoca valores de

inspiração e singularidade. No entanto, com a justificação destas práticas mercantis através de outros valores mais compatíveis com as grandezas da arte, os actores podem encontrar justificação para as suas práticas através de discursos mais consensuais, como é o caso do regime de projecto, por exemplo. Apesar de toda esta diversidade de valores, de práticas e de olhares é possível chegar-se a uma convenção do valor artístico. O valor monetário é o exemplo de uma dessas convenções que é estabelecida em grande parte pela reputação do artista. A hipótese que se oferece aqui é a de que o valor monetário seja um indicador da posição que o artista ocupa na hierarquia das reputações. Salvo situações de especulação – aparentemente mal vistas por abalarem a própria confiança na perenidade das reputações –, quanto mais elevada é a reputação de um artista, mais elevado é o valor monetário atribuído aos seus trabalhos.

- 48 Para que uma obra adquira valor artístico, ou para que o artista seja considerado como tal, não basta que este se auto-intitule artista contemporâneo e afirme que as suas criações são arte. O trabalho do artista é fazer com que haja uma articulação dos vários actores em torno do seu trabalho que o classifique como arte contemporânea. É necessário que haja uma convenção, entre os diferentes actores intervenientes no processo de construção de valor artístico, de que uma determinada produção tem valor. Esta convenção permite que a obra e o artista adquiram estatuto de mercado e este processo de legitimação só acontece através da cooperação dos diversos actores para um fim comum.
- 49 Perante a diversidade de critérios, de olhares, de disposições e de princípios orientadores das acções dos diversos actores, como é que se torna possível esta convenção? De que forma é que os actores encontram explicações universais e categorizações gerais para a arte contemporânea?
- 50 Dentro de uma perspectiva da sociologia compreensiva, considera-se que a abordagem mais interessante para esta questão é a da relativização das situações, tentando identificar em cada uma delas quais são os princípios comuns convocados pelos actores para justificar as suas acções e engrandecer as suas avaliações. A sociologia aqui não pode generalizar e categorizar de uma forma universal, mas terá de relativizar os sistemas de valor colocados em jogo na avaliação artística, apontando a sua coexistência e pluralidade¹. Neste caso da arte contemporânea, a interioridade² do artista e a originalidade da obra são aspectos susceptíveis de constituir argumentos de um sistema de valores como o do regime de singularidade, e que são válidos aos olhos dos especialistas e do público.
- 51 De acordo com trabalho teórico da presente investigação e com a análise das entrevistas exploratórias, um destes princípios comuns evocados pelos diferentes actores é a grandeza da singularidade. Os valores presentes na avaliação da obra, da notoriedade do artista e da aceitação da obra são do mundo da singularidade. É aquilo que a obra e o artista têm de especial, de original e de único para marcar a diferença, que em parte lhes confere o estatuto necessário para entrar no mercado artístico. É através do reconhecimento de singularidade que o artista adquire notoriedade e reputação e é através da sua reputação que adquire uma posição no mercado artístico.
- 52 Decorrente dos discursos dos entrevistados surge ainda uma outra hipótese, que é a de o mercado artístico apresentar diferentes estratégias de aquisição de estatuto de mercado, que podem ser duas formas de articulação entre o regime de mercado e dois outros regimes: o da singularidade/inspiração e o da reputação.

- 53 Relativamente aos passos para a consagração ou, mais concretamente, às dinâmicas de aquisição de notoriedade, as entrevistas sugeriram dois processos diferentes, ou formas distintas de articulação de regimes de justificação. De acordo com a percepção e os valores convocados pelos entrevistados, pode identificar-se um regime de mercado em que o discurso sobre a percepção de qualidade assenta numa trajetória do artista coerente que vai amadurecendo com um percurso longo e de sacrifício, cujo culminar é a consagração, constituindo um valor de mercado seguro. Simultaneamente a este regime de mercado, poderá articular-se outro, cuja dinâmica é criticada por alguns dos actores (consoante a posição que ocupam), e que se caracteriza por uma mais recente geração de artistas, que procuram visibilidade e notoriedade de uma forma mais rápida, assente em estratégias de *marketing* e de autopromoção, que permitem a consagração, que pode ser efémera e considerada especulativa pelos mais “conservadores”. Esta análise da distinção de estratégias de mercado e diferentes articulações de justificações, leva-nos a uma reflexão sobre o quadro de valores que orientam as acções dos actores nos diferentes contextos e posições do campo artístico, e que poderão contribuir para uma profissionalização do estatuto de artista.
- 54 Estas questões, a par de outras que foram sendo identificadas de uma forma metódica e sustentada pela teoria e pela observação, poderão ser desenvolvidas num próximo projecto de investigação em que seja possível uma maior sustentação empírica das questões levantadas. Considera-se, no entanto, que todo o trabalho exploratório a que o presente artigo se refere constitui uma fundamentação e uma base consistente para que se possa progredir para outro trabalho de investigação.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, H. S. (1982), *Art World*, Berkeley, University of California Press.
- BECKER, H. S. (1994), “Distributing Art Works”, in A. Melo (org.), *Arte e Dinheiro*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BOLTANSKI, L. (2001), “A Moral da Rede? Críticas e justificações nas recentes evoluções do capitalismo”, *Forum Sociológico*, 5/6 (2.ª Série), Lisboa, IEDS, UNL, p. 14.
- BOLTANSKI, L. e L. Thévenot (1991), *De La Justification - Les Économies de la Grandeur*, Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, L. e È. Chiapello (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalism*, Paris, Gallimard.
- BORGES, V. (2002), “Artistas em rede ou artistas sem rede: Reflexões sobre o teatro em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, pp. 86-106.
- BOURDIEU, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, p. 292.
- BOURDIEU, P. (2005), *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- CONDE, I. (1994), “Obra e Valor. A questão da relevância” in A. Melo (org.), *Arte e Dinheiro*, Lisboa, Assírio & Alvim.

- GHIGLIONE, R. e B. Matalon (1992), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- GRANOVETTER, M. ([1985] 2003), “Acção Económica e Estrutura Social: O problema da incrustação”, in J. Peixoto e R. Marques (org.), *A Nova Sociologia Económica*, Oeiras, Celta, pp. 69-102.
- HEINICH, N. (1998a), *Le triple jeu de l’art contemporain*, Paris, Les Éditions Minuit.
- HEINICH, N. (1998b), *Ce que l’art fait à la sociologie*, Paris, Les Éditions Minuit.
- HEINICH, N. (2004), *La sociologie de l’art*, Paris, Éditions La Découverte.
- LÉVESQUE, Benoît et al. (2001), *La Nouvelle Sociologie Économique – Originalité et diversité des approches*, Paris, Ed. Desclée de Brouwe, pp. 103-121.
- MOULIN, R. (1967), *L’Artiste, l’institution et le marché*, Paris, Flammarion.
- MOULIN, R. (1995), *De la Valeur de l’Art*, Paris, Flammarion.
- PODOLNY, J. F. (1993), “A Status-based model of market competition”, *American Journal of Sociology*, 98 (4), pp. 829-872.
- SCHNAPPER, D. (2000), *A Compreensão Sociológica*, Lisboa, Gradiva.
- SCHÖNFELD, S. e A. Reinstaller (2005), *The effects of art gallery and artist reputation on prices in primary market for art: a note*, Vienna, University of Economics, 90, pp. 1-11.
- VELTHUIS, O. (2005), *Talking Prices: Symbolic Meanings of Prices on the Market for Contemporary Art*, New Jersey, Princeton University Press.

NOTAS

1. Cf. N. Heinich (1998b), *Ce que l’art fait à la sociologie*.
 2. Entende-se aqui por interioridade os aspectos relacionados com a intenção e com a expressão emocional do artista.
-

RESUMOS

Qualquer valor de mercado resulta de uma construção social. Por maioria de razão, esse é o caso do valor de uma obra de arte: uma vez que a percepção de qualidade do objecto, enquanto determinante do seu valor de uso, não é imediatamente objectivável através de propriedades tangíveis, é necessário que um conjunto significativo de actores sociais certifiquem e atribuam valor à obra. Através da análise exploratória dos discursos de várias categorias de actores envolvidos, das posições por estes ocupadas e dos valores orientadores das suas acções neste processo, é possível apreender que atributos são necessários para que uma obra ou um artista adquiram estatuto de mercado e lhes seja atribuído um determinado valor, e por que processos esses atributos são construídos. Abordando o mercado como uma hierarquia de valores e de estatutos de produtores, enfatiza-se a compreensão dos valores intersubjectivos invocados pelos actores em jogo na arte contemporânea, e de que forma estes valores orientam as suas acções e representações.

All market values result from a social construction. This all the more so with the value of a work of art: since the perception of the object's quality, as a determinant of its use-value, cannot be immediately objectified by tangible properties, it is required that a significant set of social authors certify and confer a value to the art work. Through a comprehensive sociological approach which takes the market as a hierarchy of values and of producers' statuses, this research analyses several categories of involved actors and their speeches, the positions they hold and the values guiding their actions throughout this process. We can ascertain which attributes are needed for an artwork or an artist to acquire market status and for a certain value to be bestowed on them, and which processes construct such attributes.

ÍNDICE

Keywords: contemporary art, artist, market status, value

Palavras-chave: arte contemporânea, artista, estatuto de mercado, valor

AUTOR

FILIPA ALMEIDA

Mestre em Sociologia Económica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa filipa_baumberg@yahoo.com

O jogo literário e a condição de escritor em regime de mercado

Bernard Lahire

Tradução : Tradução de Sofia Amândio

- 1 França contemporânea, os escritores têm muitas vezes consciência da dificuldade que é viver da escrita e decidem fazer da sua arte uma segunda actividade – se bem que muitas vezes vivida como actividade principal –, adoptando aquilo a que costumamos chamar “segunda actividade”. Apesar do desenvolvimento em França, desde o século XIX, de um verdadeiro mercado literário, aqueles que estão no centro de uma economia do livro – os escritores – não se contam entre aqueles a quem chamamos “os profissionais do livro” (e que nos levam aos livreiros, aos editores, aos bibliotecários, etc.). Aqueles que podemos considerar como os grandes “profissionais” de um ponto de vista estritamente literário, aqueles que conferem mais arte e invenção ao que fazem, têm muito poucas hipóteses de se contar entre os maiores profissionais que, de um ponto de vista económico, vivem dos seus rendimentos ligados à publicação. A investigação literária inovadora faz-se frequentemente à custa de uma ruptura temporal – que pode durar uma vida inteira – com os gostos do público, e os escritores que se entregam a esta são assim levados a acumular a sua actividade literária com actividades extraliterárias remuneradas. Uma tal situação de *vida dupla* – que testemunhava dolorosamente Franz Kafka no seu diário, e que o poeta alemão Gottfried Benn retractou – não é nem nova nem ocasional. É mesmo plurissecular e estrutural.
- 2 Apesar de ser altamente cotado simbolicamente e passível de gerar vocações e investimentos pessoais intensos, o universo literário é, globalmente, um universo muito pouco profissionalizado e pouco lucrativo. Este reúne assim uma maioria de indivíduos que se inscrevem, por razões económicas, noutros universos profissionais. Constrangidos frequentemente a exercer uma “segunda actividade”, os participantes do jogo literário estão mais próximos dos jogadores – que saem regularmente do jogo para ir “ganhar a vida” no seu exterior – que dos “agentes” permanentes num campo. É nomeadamente por esta razão que podemos preferir falar de “jogo literário” em vez de “campo literário”

(Lahire, 2006). O conceito de “jogo literário” designa um campo secundário, muito diferente de campos seus aparentados em termos do seu funcionamento – nomeadamente campos académicos e científicos –, que dispõem de meios económicos para converter os indivíduos que aí participam em agentes permanentes, levando-os assim a colocar o essencial da sua energia ao seu serviço.

- 3 Há um desafio em apreender a especificidade do universo literário enquanto universo fracamente remunerado e muito pouco profissionalizado, mas que é, no entanto, muito exigente no tempo que consome, tal como o é a situação singular dos seus próprios participantes. Os escritores são muitas vezes levados a efectuar um vaivém permanente e a partilhar o seu tempo entre o universo literário e o universo de pertença relativo à sua “segunda actividade”, já para não mencionar as trocas operadas entre estes dois universos e o universo conjugal e familiar. Os escritores vivem grandes frustrações, sendo obrigados a adormecer as suas disposições mais solidamente constituídas, e a fazer face a uma pluralidade problemática de investimentos, pelo que os seus envolvimento literários, paraliterários e extraliterários entram em concorrência, e por vezes mesmo em contradição.
- 4 De forma diferente de P. Bourdieu, que utiliza a metáfora do jogo como uma simples maneira pedagógica de fazer compreender o que é um campo, empreguei a metáfora do “jogo literário” e explorei as suas potencialidades (apoando-me sobre a relação que esta palavra tem com a palavra “trabalho”: trabalho remunerado/jogo ou lazeres desinteressados, actividade principal/actividade secundária, actividade séria/actividade fútil, etc.) com a finalidade de distinguir tipos de universo que oferecem condições de vida muito diferentes aos seus participantes respectivos. Fazendo como se o universo literário fosse um campo como os outros, Pierre Bourdieu e aqueles que utilizam a teoria dos campos não tomaram consciência do facto de que a redução dos indivíduos ao seu estatuto de “agente do campo literário” é ainda mais problemática que noutras circunstâncias¹, na medida em que estes indivíduos se distinguem, por razões ligadas às propriedades do universo em questão, pela sua provável vida dupla. Um dos desafios científicos de *La Condition littéraire* reside assim no ensaio de afinação da teoria dos campos. Parece-me pois útil designar diferentemente universos sociais que se distinguem tanto do ponto de vista das relações que mantêm com o Estado e o mercado, como do ponto de vista dos seus públicos e do ponto de vista das condições de vida dos seus membros. O escritor de “segunda actividade” constitui um bom caso de pertença múltipla que não deixa de colocar problemas à teoria dos campos.

Vida dupla e dicionarização

- 5 Nas curtas notas biográficas de dicionário consagradas aos “personagens célebres”, o que surpreende o leitor é, antes de mais, a frequente redução dessas “personalidades” à sua existência enquanto membros de universos sociais específicos (político, económico, religioso, científico, artístico, literário, etc.). Quando se trata de uma nota mais completa, o texto pode comportar ainda algumas informações fora de jogo (em função da sua relação mais ou menos directa com as actividades dos universos de referência), mas concentram-se frequentemente numa só dimensão da sua existência constituída, deste modo, como central.
- 6 É assim elaborado um retrato desses autores da vida social como “artistas”, “cientistas”, “políticos”, membros do clero, etc. De facto, o que será mais evidente ou natural do que

falar quase exclusivamente de arte, de ciência, de política ou de religião a propósito de pessoas que foram distinguidas da massa de anónimos devido aos seus percursos julgados mais ou menos excepcionais no seio deste universo? A lógica do dicionário dos nomes próprios, que dá conta dos recursos simbólicos especificamente atribuídos pelos múltiplos universos sociais, é mais frequentemente uma *lógica unidimensional* (“estadista italiano”, “escritor francês”, “filósofo alemão”), e, mais raramente, pluridimensional, quando o reconhecimento advém de vários universos sociais (“médico e poeta alemão”, “romancista e político espanhol”, “jornalista e autor dramaturgo belga”). Ora, se a lógica do dicionário submete os indivíduos a uma redução considerável, deixando de ser tomados como membros de universos profissionais prestigiosos, esta redução é particularmente problemática quando se trata de pessoas que, tal como os escritores (ou mais geralmente os artistas), partilham frequentemente as suas vidas entre uma actividade literária e uma segunda actividade.

- 7 Para compreendermos o que se produz numa tal “dicionarização”, é necessário ter em conta a autonomização cognitiva e simbólica das esferas sociais de actividade, e, neste caso, do jogo literário. A autonomia do jogo literário manifesta-se pela existência de todo um conjunto de pessoal ligado mais ou menos exclusivamente à literatura: biografias, professores de letras, críticos literários, jornalistas literários, etc. Este pessoal específico participa logicamente na construção de narrativas especificamente (ou mesmo exclusivamente) literárias sobre os escritores. A ideia de reter estes indivíduos que escreveram romances, novelas, poemas, contos ou peças de teatro apenas porque se tornaram célebres parece tão evidente que acabamos por esquecer o lugar das suas condições de existência na sua produção literária. Esta redução é tão fatal à compreensão que se refere a pessoas que lutaram duramente para assegurarem a sua sobrevivência económica pessoal e familiar, orientando muitas vezes a natureza das suas produções literárias em função do seu grau, muito variável, de independência económica (aceitando ou não escrever textos encomendados, forçados ou não a escrever em estilos comercialmente mais rentáveis, etc.), e consagrando por vezes muito mais tempo da sua existência a tarefas extraliterárias do que à criação literária.
- 8 Em última instância, apercebemo-nos de que muitas vezes não é senão por um formidável abuso de linguagem que qualificamos de “escritores” as pessoas que escrevem e publicam, *da mesma maneira* que falamos dos “médicos”, dos “professores”, dos “operários”, dos “engenheiros”, dos “patrões” ou dos “polícias”. Com efeito, o substantivo “escritor” pode, em aparência, reenviar ao mesmo tipo de situação económica e social que os outros substantivos, que designam “trabalho” ou “profissão”. Ora, pensando em tal coisa, deslizaríamos demasiado rápido, como diz Wittgenstein, do “substantivo à substância”. De facto, se os médicos, os professores, os operários, os engenheiros, os patrões ou os polícias passam o seu tempo de trabalho num só universo profissional e tiram o essencial do seu rendimento desse trabalho, tal não é o caso da maioria dos escritores. Exemplo atípico (mas longe de ser o único) no quadro da divisão social do trabalho e das funções, os escritores vivem muitas vezes numa situação de vida dupla (ou de vidas múltiplas), na medida em que são levados a acumular – segundo a importância que eles acordam à sua produção literária e ao seu grau de investimento no jogo literário – actividade literária e “segunda actividade”, ou “primeira actividade” e actividade literária. Escritores-professores, escritores-jornalistas, escritores-médicos, escritores-agricultores, escritores-operários, escritores-juristas, escritores-bibliotecários, escritores-diplomatas, escritores-quadros administrativos, escritores-patrões, escritores-comediantes, escritores-

empregados ou escritores exercendo múltiplos pequenos trabalhos, eles alternam em permanência o tempo de escrita literária e o tempo de actividades profissionais remuneratórias.

- 9 O historiador Paul Veyne conta que René Char recusava definir-se como poeta por razões ligadas às condições efémeras (ou intermitentes) da sua produção e das suas publicações: “[...] René Char [...] disse-me um dia amargurado que os poetas não existem, eles não são senão uma abstracção momentânea. Eu pronunciei de forma desajeitada palavras de condição poética; ao que o receptor me retorquiu: 1) um indivíduo não é um poeta senão por intermitência e investido de um papel que lhe é exterior; 2) apenas o poema existe substancialmente, mas este, dificilmente alcançado, escapa ao seu autor” (Veyne, 1996). Se existe ao menos algo como uma condição poética, e mais geralmente uma *condição literária*, é precisamente nesta partilha de si – do seu tempo e dos seus investimentos sociais literários e extraliterários – que caracteriza a vida social de uma grande maioria de autores que podemos defini-la. E, nos casos estatisticamente muito mais raros, de escritores que escapam à regra da acumulação de actividades literárias e extraliterárias, a sua situação torna-se apenas compreensível quando temos em conta tudo o que, na ordem económica, familiar e literária lhes permitiu escapar – após uma duração mais ou menos longa e nem sempre definitiva – a esta condição comum.
- 10 Conhecemos há já algum tempo, com maior ou menor precisão, a situação singular reservada aos artistas e, particularmente, aos escritores, nas nossas sociedades de mercado. Os temas da “segunda actividade” e da dificuldade em “viver da pena” (expressão imprecisa e ambígua²) fazem de facto parte dos *lugares-comuns* recorrentes que circulam no universo literário. No entanto, neste caso como em muitos outros, podemos passar mil vezes por uma questão sem realmente a ver: por falta de sistematização de raciocínio (considerar todos os aspectos, todas as consequências ou todos os efeitos de um problema), mas sobretudo por falta de um *ponto de vista de conhecimento* adequado que atribua sentido a factos aparentemente bem conhecidos. Considerando a situação de acumulação de actividades que os escritores vivem frequentemente, a partir da questão da diferenciação das esferas de actividade da participação alternada com tipos de actividade paralela, a partir também da questão dos efeitos desta dupla participação-pertença sobre a maneira como se organizam e vivem os vaivéns incessantes de um domínio de actividades a outro, passamos da questão trivial da “segunda actividade” a uma questão sociológica de maior importância sobre a vida dupla dos escritores.

A especificidade do jogo literário

- 11 Ao contrário do que se passa em muitas outras grandes áreas artísticas (música, pintura, dança, teatro, comédia, cinematografia ou fotografia), o jogo literário não dispõe de uma escola especializada. Não existe uma “escola das Belas-Letras”, como existem escolas de Belas-Artes ou conservatórios de música, o que não pode senão contribuir para o mito do escritor não-criado. Sem formação e, conseqüentemente, sem direito de entrada formal no jogo literário (quando comparado com universos vizinhos em que a agregação e a tese são condições de entrada no universo em questão), mantém-se, desta mesma forma, e durante muito tempo, um sentimento de incerteza quanto à sua existência enquanto escritor.
- 12 Podemos dizer que o receio – muitas vezes manifesto – de ver a formação para a criação literária desembocar numa normalização ou numa standardização de competências e de

obras constitui um obstáculo social perigoso à aplicação de formações específicas de escrita literária, como podem existir para a dança, a comédia, a encenação de teatro, a música, o desenho, a pintura, a fotografia ou o cinema. Se, como afirma tão acertadamente Elliot Freidson, as actividades artísticas não conhecem todas o mesmo grau de “processo de profissionalização” (Freidson, 1986), é de igual forma evidente que este processo de profissionalização é desigualmente desenvolvido nos diferentes domínios da arte e da cultura, e que o domínio literário é, sem dúvida, um dos mais avessos a um tal processo.

- 13 Do mesmo modo, não existem progressões claras nem previsíveis (com etapas mais ou menos definidas formalmente) no que seria arriscado chamar uma “carreira literária”, nem um mecanismo institucional de estabilização ou de cristalização das etapas percorridas. Ao contrário de um universitário que pode voltar atrás após ter passado de um *corps*, de um grau ou de um escalão a outro, um escritor pode passar de um começo de percurso notável na Gallimard ou na Seuil a uma pequena editora regional. Consequentemente, o grau de notoriedade alcançado nunca protege completamente das flutuações de mercado (possibilidade de redução do leitorado) ou das mudanças de política eleitoral, nomeadamente por relação com as pressões de mercado), como as recepções variáveis da crítica. Talvez apenas os grandes prémios literários contribuam para estabilizar, pelo menos durante alguns anos, a situação económica do escritor, assegurando-lhe um leitorado suficientemente entendido. Mas tal nunca é certo.
- 14 O jogo literário é, além do mais, um universo de contornos ténues, com uma multiplicidade de casas de edição, de modalidades de edição (do contrato por conta do editor à auto-edição, passando pelos contratos por conta do autor), formas de reconhecimento (dos maiores prémios nacionais ou internacionais aos pequenos concursos literários, passando pelos pequenos prémios nacionais, os grandes prémios regionais e os pequenos prémios locais) ou de visibilidade pública (dos maiores salões internacionais do livro aos mais pequenos salões, da imprensa nacional à imprensa local, dos mais prestigiados aos mais modestos convites para conferências, leituras públicas, sessões de autógrafos, etc.).
- 15 Esta dificuldade em falar de “profissão literária” deve-se ainda ao facto de a actividade literária não dar muitas vezes lugar ao exercício de um tempo completo (e isto, mesmo para uma grande parte daqueles que alcançaram um elevado grau de reconhecimento literário), nem muitas vezes a rendimentos regulares – e principais – tirados desta actividade literária. Se nos apoiarmos na definição weberiana da “profissão”⁴, a actividade de escritor não pode em nenhum caso ser definida enquanto tal porque as hipóteses de remuneração são fracas e nunca regulares.
- 16 O jogo literário não é o único universo artístico que constrange a grande maioria dos seus participantes ao segundo trabalho. Este é também o caso, por exemplo, do universo dos compositores de música norte-americanos estudado por D. N. Nash:
“Quase nenhum compositor pode viver como quer dos rendimentos tirados da sua única actividade de composição musical. Mas ele pode, e deve, colocar outros empregos que permitem aumentar os seus rendimentos. Ele pode desempenhar (ao mesmo tempo) outros papéis como homem de negócios na música, maestro, crítico, instrumentista e professor. Esta variedade de papéis (*role versatility*) tende a aumentar o seu controlo sobre o destino do seu próprio trabalho e a elevar o seu estatuto económico” (Nash, 1957).

- 17 Da mesma forma, os estudos económicos sobre populações de artistas citados por Richard E. Caves revela que aqueles que vivem sem segundo trabalho são uma minoria. Como resume Caves: “O modelo é claro: a maioria dos artistas autofinancia-se graças aos seus empregos comuns e/ou aos rendimentos dos membros das suas famílias. Para aqueles que reivindicam um certo reconhecimento enquanto artistas, o rendimento líquido médio que advém da actividade artística é muito reduzido (por vezes inexistente)” (Caves, 2002).
- 18 Em França, Catherine Paradeise mostrou que uma parte importante dos comediantes (que beneficiam no entanto, ao contrário dos escritores, de escolas e de cursos específicos, tal como de um estatuto intermitente do espectáculo) não vive da sua actividade artística e que “as pessoas [...] podem ver-se e serem vistas como profissionais mesmo sem no entanto consagrarem a integralidade da sua actividade ao espectáculo” (Paradeise, 1998). Num tal “trabalho de vocação” onde “a fé pessoal do comediante no seu talento é um recurso vital”, o “profissionalismo” não se pode limitar (sobretudo em inícios de carreira muito aleatórios) a um trabalho a tempo inteiro e a rendimentos que lhe permitem subsistir. Além do mais, tal como os escritores, os comediantes não conhecem nem um controlo formal à entrada (uma pessoa sem formação específica pode facilmente ser escolhida como actor ou actriz numa companhia de teatro ou num filme) nem etapas formais que orientariam as suas progressões na “carreira”, e nada pode garantir a sua “permanência no mercado”.
- 19 Enfim, a dificuldade suplementar que os escritores podem ter ao considerarem a escrita como um “verdadeiro trabalho”, ou como um “trabalho como os outros”, está sem dúvida ligada ao carácter “pessoal”, “íntimo” e “privado” que reveste, para muitos, a escrita literária. Ao escreverem, os autores prolongam frequentemente uma prática infantil ou adolescente que é constitutiva da sua intimidade. Eles escrevem geralmente entre si, no seio de um mesmo espaço pessoal, longe de qualquer colectivo de trabalho, de qualquer relação hierárquica directa e de todos os constrangimentos horários; escrevem frequentemente durante os tempos que estão socialmente associados aos lazeres pessoais e não ao trabalho (fins-de-semana e férias); e, enfim, mantêm muitas vezes relações pessoais e quase familiares com os seus editores – que não são apenas “patrões” mas os fazem existir publicamente enquanto autores –, mais do que relações economicamente racionais.
- 20 Os universos de produção cultural diferenciam-se assim segundo o grau de profissionalização ou de institucionalização. Existe, pois, incomparavelmente menos indefinição e divergências em matéria de atribuição do estatuto de “físico” ou de “advogado” do que em matéria de reconhecimento do escritor, e o rendimento regular dos primeiros contribui fortemente para a cristalização de um estatuto profissional já bem desenhado pelas formações.
- 21 A situação de *vida dupla* em que vive a grande maioria dos escritores é plurissecular e estrutural e remonta à instituição de um mercado literário. O modelo flaubertiano do escritor arrendatário concentrado na sua obra e apenas na sua obra é um modelo pouco operativo para pensar o jogo literário no seu conjunto. Flaubert, solteiro e sem filhos, arrendatário, sem segunda actividade, o *homme-plume* (como dizia dele próprio) cuja força das disposições literárias o faz viver a literatura como um seu elemento natural, constitui a excepção que confirma a regra da acumulação das actividades.

- 22 Este é o modelo daqueles que, tal como Flaubert, se podem dar “de corpo e alma” ao seu trabalho, que nele investem um tempo e uma energia julgados por vezes “insensatos” por todos aqueles para quem os investimentos são menos intensos, e consequentemente também o modelo de actores que abandonam ou desinvestem mais em todos os outros domínios de existência (familiar, político, desportivo, cultural, etc.). O elevado grau de investimento supõe, assim, a gestão (e a assunção) desta relação com os outros universos sociais. Não tomando por modelo senão os actores que restringiram as suas relações de sociabilidade extraliterárias, limitaram as suas relações de sociabilidade familiar, delegaram a outros as tarefas domésticas quotidianas, encontraram um cônjuge “compreensivo” (que por vezes mesmo os apoia financeira e moralmente), ou escolheram o celibato visando dedicar todo o seu tempo à literatura, veríamos o jogo literário apenas de um só ângulo e ocultaríamos a grande maioria dos actores que não jogam o jogo em condições tão “ideais” ou, em todo o caso, “favoráveis” ao investimento integral no jogo.

A especificidade da relação dos artistas ao mercado

- 23 Para tomarmos bem consciência da especificidade dos produtores culturais em geral, e dos escritores em particular, em relação ao mercado, temos de imaginar o que seria a situação dos advogados ou dos médicos que não poderiam defender ou tratar os seus clientes ou pacientes em condições de se apropriarem – e assim de compreenderem – do seu saber e saber-fazer. Se este fosse o caso, veríamos sem dúvida advogados e médicos dividirem-se entre aqueles que, querendo viver do seu trabalho, se esforçariam em praticar uma defesa jurídica ou uma prática médica simples e acessível, e aqueles que, tendo desde logo e antes de mais feito questão de praticar a sua arte em toda a sua sofisticação, iriam procurar noutro local que não o exercício desta os seus meios principais de subsistência. Apesar de o escritor, artista, pintor, advogado ou médico poderem todos ser considerados como “especialistas” ou “eruditos” na sua área, a grande diferença entre os produtores culturais e as profissões liberais mencionadas reside no facto de os primeiros venderem os produtos do seu saber e do seu saber-fazer a públicos que têm mais ou menos o desejo de dele se apropriarem (e as competências para o fazer), enquanto os segundos vendem os seus serviços a “clientes” que podem daí retirar um benefício sem terem necessidade de se apropriarem dos saberes postos em prática, ou seja, sem terem a obrigação de deter as competências culturais necessárias à sua compreensão⁵.
- 24 Se continuarmos a fazer variar os casos, podemos notar que os casos dos cientistas são um caso familiar, situado entre os produtores culturais e as profissões liberais evocadas. Eles são assalariados do Estado (professores-investigadores ou investigadores a tempo inteiro em grandes organismos públicos de investigação), assalariados de grandes empresas, ou de grandes laboratórios privados. Próximos dos produtores culturais quando estes têm por missão transmitir e difundir saberes complexos a públicos estudantis, eles distinguem-se evidentemente enquanto profissionais para quem o nível de rendimento não depende do número de estudantes formados. Se eles escrevem e publicam obras que se dirigem a públicos mais ou menos vastos (manuais, livros de vulgarização, etc.), os rendimentos da sua publicação não são senão um suplemento em relação a uma remuneração principal garantida pelo Estado. Por outro lado, eles são mais próximos dos advogados ou dos médicos na medida em que os seus saberes, incompreendidos pela grande maioria, podem no entanto levar, mais ou menos a longo prazo, a inovações

tecnológicas, médicas, etc., facilmente utilizáveis pelos consumidores, ou dos quais o grande público pode beneficiar pelo intermédio de utilizadores peritos (pensemos nas aparelhagens sofisticadas de que os hospitais são dotados). Exceptuando a missão pedagógica de formação dos cidadãos pela ciência, que justifica o grande encargo do Estado com os cientistas, é também porque os produtos do conhecimento científico podem encontrar o seu lugar num mercado que o Estado e as empresas estão dispostos a empregar cientistas e a investir na investigação científica.

- 25 Se a teoria dos campos precisa de ser afinada, isto deve-se ao facto de a situação dos participantes nos diferentes universos sociais (médicos, jurídicos, políticos, jornalísticos, científicos, artísticos, literários, etc.) ser muito diferente em função da natureza da relação económica entre o potencial público e os membros desses universos (compra de um serviço e de competências ou compra de bens simbólicos) e segundo a natureza das relações que se estabelecem entre o Estado, o mercado e os universos em questão. Assim, mesmo sem público ou com públicos muito restritos, os agentes permanentes dos campos académicos e científicos financiados pelo Estado podem continuar a produzir os conhecimentos mais esotéricos. O mesmo não se passa com os participantes intermitentes de um jogo social como o jogo literário, submetido ao mercado e beneficiando de um apoio muito mais limitado da parte do Estado. Primo do duto esotérico, o poeta hermético não partilha no entanto estas condições.
- 26 Esta breve nota sobre as diferentes relações que se podem instaurar, segundo o universo social considerado, entre os detentores de saberes e o seu público permite apreender as raízes da dificuldade plurissecular que os produtores culturais encontram ao viver da sua arte, encontrem-se eles numa relação de clientela, de mecenato, ou numa relação de mercado. Se medirmos o grau de autonomia de um universo social em função da sua capacidade de conferir meios de subsistência aos seus membros, ou seja, em função da sua capacidade de produzir e reproduzir um corpo profissional largamente dedicado à sua actividade profissional, então somos levados a constatar que o jogo literário nunca formou no passado e não forma hoje um universo social particularmente autónomo. Se, por outro lado, avaliarmos o grau de autonomia de um universo social pela sua capacidade de organizar actividades específicas, segundo as suas regras próprias, com instituições e categorias de julgamento específicas, o jogo literário surge como um universo social autónomo que, como mostra Alain Viala, se formou em França no século XVII, bem antes da constituição de um verdadeiro mercado literário, sob o efeito de uma escolarização crescente da população (Viala, 1985).

BIBLIOGRAFIA

CAVES, R. E. (2002), *Creative Industries. Contracts between art and commerce*, Cambridge (MA) e Londres, Harvard University Press, p. 80.

FREIDSON, E. (1986), "Les professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique", *Revue française de sociologie*, XXVII, pp. 431-443.

LAHIRE, B. (2006), *La Condition littéraire. La double vie des écrivains*, Paris, Éditions La Découverte, Laboratoire des sciences sociales.

NASH, D. N. (1957), "The Socialization of an artist: The American Composer", *Social Forces*, vol. 35 (4), p. 308.

PARADEISE, C. (1998), *Les Comédiens. Profession et marchés du travail*, Paris, PUF, p. 17.

VIALA, A. (1985), *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*, Paris, Les Éditions de Minuit.

NOTAS

1. Enunciei os problemas de redução dos actores sociais ao seu ser-enquanto-membro-do-campo no livro *L'Homme pluriel. Les ressorts de l'action*, Paris, Nathan, Coll. Essais & Recherches e "Champ, hors-champ, contrechamp", in B. Lahire (coord.) (1999), *Le Travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques*, Paris, La Découverte, pp. 23-57.

2. Os vários usos e sentidos de uma tal expressão provêm do facto de que "a pena" pode ser colocada ao serviço de vários fins (literário "puro", literário-comercial, jornalístico, pedagógico, etc.), o que explica que os escritores que acumulam objectivamente a escrita literária e uma "segunda actividade" ligada à escrita (jornalismo, trabalho de "escravo" para editores comerciais, trabalho como criador e animador de ateliers de escrita, trabalho de escrita de ficções radiofónicas, etc.) possam dizer que eles "vivem da sua pena" mesmo quando os seus rendimentos de publicações literárias não lhes permitem de todo "ganhar a sua vida".

3. Na verdade, como precisa Freidson noutro contexto, "a arte não é nem um trabalho nem uma actividade de lazer. É um híbrido anormal de ambos, pelo que um estudo detalhado deveria permitir prolongar e aprofundar a compreensão e a validade dos conceitos e das teorias que utilizamos na análise sociológica do trabalho" (Freidson, 1994), "Pourquoi l'art ne peut pas être une profession?", in *L'Art de la recherche. Essais en l'honneur de Raymonde Moulin*, Paris, La Documentation française, p. 134.

4. "Chamemos [actividade ou] vocação [Beruf] a especificação, a especialização e a combinação de prestações que permitem a alguém assegurar oportunidades permanentes de subsistência e de ganhos", in M. Weber (1995), *Économie et société*. 1. Les catégories de la sociologie, Paris, Agora Pocket, p. 201.

5. Notemos a este propósito que, a partir do momento em que a arte e a cultura desempenham um papel simbólico independente do conteúdo específico das obras (enquanto marca de prestígio), podemos observar comportamentos no público que consistem em adquirir materialmente obras (comprar) sem no entanto estarem em condições de delas se apropriarem simbolicamente (compreender).

RESUMOS

Actores centrais no universo literário, os escritores em regime de mercado são, no entanto, os elos economicamente mais fracos da cadeia que forma os diferentes "profissionais do livro". Ao contrário dos operários, dos médicos ou dos empregadores, que passam todo o seu tempo de

trabalho num só universo profissional do qual retiram o essencial dos seus rendimentos de trabalho, a grande maioria dos escritores tem uma *vida dupla*: obrigados a acumular a actividade literária com uma “segunda actividade”, eles alternam permanentemente o tempo de escrita com as actividades extraliterárias remuneradas. Para qualificar um universo tão fracamente institucionalizado e profissionalizado, no qual os principais actores apenas muito raramente são agentes permanentes, podemos falar em jogo literário. Uma tal situação de *vida dupla* não é nova, nem ocasional. Ela é plurissecular e estrutural, e define o que podemos chamar a *condição literária*.

Central actors of the literary world, writers who depend on the market are, however, economically the weaker links of the chain composed by the “professionals of the book”. Differently from workers, doctors or owners, who spend their time only in one professional world and depend only from it for their income, the majority of writers live a *double life*: constrained to accumulate literary activity and “a second activity”, they constantly shift between the time of writing and the extra-literary market activities. We can refer to the literary game to speak about a weakly institutionalised and professionalised universe, where the principal actors seldom are permanent actors. This *double life* is neither new nor rare. It is plurisecular and structural, and it defines what we call the *literary condition*.

ÍNDICE

Keywords: literary game, secondary field, double life

Palavras-chave: jogo literário, campo secundário, vida dupla

AUTORES

BERNARD LAHIRE

Professor na École Normale Supérieure de Lyon, director do grupo «Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations» do Centre Max Weber (UMR 5283 CNRS) bernard.lahire@univ-lyon2.fr

Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes

Miguel Chaves, César Morais e João Sedas Nunes

Introdução

- 1 Os discursos catastrofistas acerca da situação que os diplomados do ensino superior enfrentam no mercado de trabalho têm, pelo menos desde há duas décadas, proliferado em Portugal. Com destaque para as esferas mediática e política, mas também, por vezes, no quadro das ciências sociais, assume-se com frequência que o desemprego, a aceitação de posições profissionais abaixo do nível de escolaridade alcançado ou que se encontram desajustadas face à área de formação são, hoje em dia, realidades de larga escala experienciadas pelos diplomados do ensino superior, insinuando-se, não poucas vezes, que constituem regras às quais se furta apenas uma minoria afortunada de cursos e graduados.
- 2 Nesses discursos a tese do “cenário catastrófico” reveste a forma de evidência indiscutível, a ponto de não merecer contestação, exame crítico, ou sequer confronto com os dados disponíveis.
- 3 O mesmo poderá afirmar-se de uma outra tese que se lhe encontra estreitamente associada – a do “desalento generalizado”. Com efeito, aceita-se igualmente de forma pacífica que, ao confrontarem-se com a experiência do desemprego e da precariedade, com o defraudar das expectativas de mobilidade social e com a impossibilidade de obterem recompensas remuneratórias e estatutárias ajustadas ao (elevado) patamar escolar alcançado, os diplomados deixam-se tomar, invariavelmente, por sentimentos de frustração tanto face ao seu destino profissional quanto ao patamar e/ou à área dos títulos académicos em que se formaram.

- 4 Sujeitar estas duas teses ao escrutínio da *empíria* – aproveitando para conferir a esta última uma visibilidade de que geralmente não beneficia – constitui o motivo central deste artigo. Veremos que tais teses resistem com dificuldade ao confronto com a evidência empírica disponível. No que se refere à “tese do desalento generalizado”, iremos um pouco mais longe. Assumindo um registo mais interpretativo, e densificando a sua desmontagem, procuraremos avançar algumas notas explicativas sobre as razões que fazem que esta não se confirme, pelo menos considerando os dados disponíveis.
- 5 Os dados que aqui iremos convocar de forma sistemática resultam de diversas pesquisas que versaram a inserção profissional de graduados portugueses. Para as seleccionar, assumimos dois critérios idênticos aos adoptados por Mariana G. Alves (2010) em artigo em que procurava reflectir sobre as metodologias utilizadas nessas análises: a) os estudos não poderiam ser anteriores à presente década e b) deveriam abranger a totalidade dos graduados de uma dada entidade (universidade, escola politécnica ou faculdade), não se circunscrevendo a um determinado curso ou conjunto de cursos. Não é certo que se tenham abrangido todos os estudos realizados em Portugal que respeitam os dois critérios. Foram incluídos os mais divulgados e publicitados, e ainda outros sinalizados pelas instituições académicas que contactámos. Verificámos mais tarde que esses estudos correspondem aos retidos numa obra que procurou reunir os estudos mais significativos realizados a nível nacional sobre a inserção profissional de diplomados (Marques e Alves, 2010), embora lhes tenhamos associado ainda alguns outros.
- 6 Os critérios de selecção indicados colocaram-nos assim perante o apuramento do ODES (2002), o único centrado sobre a globalidade dos graduados (mais exactamente licenciados) do ensino superior português, facultando por isso mesmo, apesar da sua maior desactualização, uma ideia de conjunto que não é oferecida por nenhum dos outros. Numa escala mais reduzida, mobilizou-se um estudo centrado no Algarve (Geraldes e Santos, 2004), que tem a particularidade de agregar os dados sobre a Universidade do Algarve com os de outras instituições do ensino superior situadas nessa região¹, assim como os estudos desenvolvidos na Universidade de Aveiro (Martins, Arroiteia e Gonçalves, 2002), Universidade de Évora (Vieira, Raposo e Santos, 2008), Universidade de Lisboa (Alves, 2005), Universidade do Minho (Gonçalves, 2001) e Universidade do Porto (Gonçalves, Menezes e Martins, 2009). No que se refere ao ensino politécnico recorreu-se a dois trabalhos que, sobre esta fileira de ensino, têm vindo a ser publicitados, de forma mais sistemática, em contexto científico: um produzido acerca dos diplomados do Instituto Politécnico de Beja (Saúde, 2005) e outro sobre a Escola Superior de Ciências Empresariais, sediada em Setúbal (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos, 2007). Por fim, e no que concerne a escolas/faculdades encaradas singularmente, utilizamos os dados apurados acerca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Chaves e Morais, 2008) e os recolhidos para o Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (Mendes, Patrício e Lucas, 2006). Todos os estudos se debruçam sobre universos de licenciados, não obstante alguns deles poderem também incluir mestres e doutores que não são porém identificados e muito menos destacados enquanto segmento.
- 7 Procuraremos complementar este *repertório multi-institucional de dados* com outros, mais recentes, contidos no Inquérito ao Emprego do INE, relativos ao 3.º trimestre de 2010. Embora esse apuramento não possua informação sobre diversas dimensões contempladas pelo menos parcialmente nos estudos que seleccionámos, tem a virtude de trabalhar sobre uma amostra representativa da população portuguesa, nomeadamente a que

concluiu o ensino superior. Além disso, permite desenvolver, facultando informações actualizadas, uma leitura comparativa entre a população graduada do ensino superior e a que não concluiu esse grau de ensino².

- 8 Antes de prosseguir, duas ressalvas fundamentais: não obstante o texto proponha, em alguns momentos, uma leitura retrospectiva e evolutiva da situação dos diplomados perante o mercado de trabalho, o propósito nodal é observar com rigor a situação presente, cotejando, nos casos em que tal se afigure possível, a situação dos graduados com a da população que não dispõe de títulos escolares de grandeza análoga. Os limites de extensão impõem que as análises diacrónicas sejam reservadas para outro artigo, complementar a este.
- 9 Segunda nota: embora os estudos mobilizados versem uma temática comum, os procedimentos metodológicos que utilizam são muito díspares, desautorizando, por esse motivo, qualquer comparação de resultados. Tornou-se possível recorrer a todos eles, de forma simultânea e cumulativa, na medida em que, não obstante as profundas dissemelhanças, os dados neles ventilados apontavam, no que concerne às temáticas em apreço, direcções e sentidos interpretativos comuns.

Teses catastrofistas, contrateses sociológicas: um breve estado da arte

- 10 É hoje em dia comum enunciar-se que o cenário observável durante as três primeiras décadas do pós-guerra, no qual a obtenção de um diploma superior permitiria aos seus detentores ingressar rapidamente no mercado de trabalho e garantir recompensas económicas, estatutárias e simbólicas incontestáveis, em grande medida vedadas àqueles que não o possuíam, se tem vindo a dissipar paulatinamente ao longo do tempo. Essa diluição não seria mais do que o resultado lógico de fenómenos bem realçados de “massificação” no acesso ao ensino superior, de “inflacionamento” dos títulos obtidos e da sua concomitante “perda de raridade” (Bourdieu, 1979: 148; Bourdieu e Champagne, 1993: 599-602; Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 2001; Galland, 1991; Petitat, 1994: 259), acompanhados da impossibilidade de se produzirem oportunidades de trabalho a um ritmo similar àquele em que decorre a produção de graduados (Canário, 2008: 78).
- 11 Há muito destacadas no âmbito da análise sociológica, e em certa medida testadas, estas teses não nos merecem nem absoluta reserva nem apoio incondicional³. Se Petitat (1994: 259) respeitavelmente afirma “Quem diz massificação diz desvalorização, tão seguramente quanto se se passasse de uma praia particular para uma praia pública”, já Maurin, em contrapartida, se refere à tese da desvalorização dos diplomas, apelidando-a de “mito” (2007: 160-2). Quanto a este aspecto, a nossa posição é tão-só a de que se trata de conjectura intelectualmente estimável mas a que não podemos atribuir força de *lei social* muito menos comprovada. Mais, casos estudados como os de França, Reino Unido e Países Escandinavos (*ibidem*) sugerem que tal tese é infundada (Nunes, 2011: 592).
- 12 Muito menos hesitação nos suscita um conjunto de outras ideias que se têm vindo a impor também há alguns anos em Portugal, e que aqui nos dedicaremos a rebater. Em concreto, elas gravitam em torno da tese de que, presentemente, muitos diplomados (porventura a sua maioria) não conseguiriam inserir-se no mercado de trabalho, expondo-se a desemprego duradouro. Para o evitar, teriam forçosamente, e de forma generalizada, de “lançar mãos” a actividades incompatíveis com o grau de escolaridade obtido e com as

áreas em que se formaram. A situação seria, portanto, e já hoje, catastrófica. A vulgata mediática tem propagado essa representação: o licenciado em Direito “que serve bicas”, o diplomado em História que conduz um táxi, a graduada em Línguas e Literaturas que permanece há anos na caixa de um supermercado são apresentados não como casos esporádicos muito menos residuais, mas como *a regra* a que só se furta uma minoria privilegiada. Na sequência destas pré-noções a passagem pelo ensino superior é concebida muitas vezes como uma vacuidade, como algo sem sentido, sobretudo por aqueles que a avaliam tendo em mente preocupações exclusivamente instrumentais.

- 13 As objecções que colocamos a estas teses, e a exigência de que estas passem a ser tratadas com especial prudência, resultam da observação transversal e aturada dos dados empíricos sobre a inserção profissional dos graduados portugueses. Embora a colecta de dados sobre as instituições académicas dê a conhecer uma significativa pluralidade inter-institucional no que concerne as modalidades de inserção profissional dos graduados portugueses, *a regra* não parece vingar, nem mesmo nas áreas de estudos que, na visão mais alarmista, lhe estariam mais expostas: as artes e as humanidades, as ciências sociais e humanas e, eventualmente, o Direito. E parece também não se verificar se colocarmos a questão num plano internacional. Ao observarmos os dados de projectos de investigação realizados por redes internacionais como é o caso do “Higher Education and Graduate Employment in Europe” (CHEERS), levado a cabo entre 1998 e 2000 (Shomburg e Teichler, 2006; Teichler (ed.), 2007), ou do “Research into Employment and Professional Flexibility” (REFLEX), realizado em 2005 (Allen e Velden, 2007), chegamos forçosamente a essa conclusão, conclusão que é também a de Carlos M. Gonçalves (2010), embora, tal como ele, frisemos que o posicionamento e as modalidades de inserção dos diplomados no mercado de trabalho variam conforme o país e a área científica de formação.
- 14 Os reparos que aqui fazemos não são portanto inéditos. Vários sociólogos portugueses que têm directamente trabalhado acerca da inserção laboral deste tipo de populações, como é o caso de Miguel Chaves (2010), Natália Alves (2008) e Mariana G. Alves (2007), têm assinalado o desfasamento entre o propalado cenário catastrófico e os resultados com que se deparam nos estudos por si conduzidos. Também o economista Pedro Portugal, recorrendo aos dados do INE referentes a 2003, constatou que em diversos domínios da relação com o mercado de trabalho – a probabilidade dos indivíduos se depararem com uma situação de desemprego; a qualidade dos vínculos laborais e o rendimento – a situação dos diplomados é bastante mais favorável do que a dos indivíduos que não foram além do 3.º ciclo do ensino básico, concluindo assim que os primeiros tendem “a atrair uma atenção desproporcionada da comunicação social” (Portugal, 2004: 73).
- 15 Talvez por se ampararem em conjuntos de dados contextualmente restritos, e por não serem suficientemente enfatizadas, estas conclusões têm tido pouca ressonância nas ciências sociais portuguesas e um eco ainda mais débil fora do campo científico. Propomos, nessa medida, ir mais longe. Recorreremos a um volume considerável de informação empírica, infelizmente esparsa, e reuni-la-emos para dela extrairmos dividendos analíticos acerca da situação dos diplomados na actualidade. Conduziremos a observação através de cinco itinerários que consideramos centrais: *a situação perante o trabalho; o grau de ajustamento entre o nível/género de formação e a actividade profissional; os níveis de rendimento; a situação contratual e, por fim, a avaliação que os diplomados produzem da sua situação profissional.*

Situação perante o trabalho

- 16 Os dados disponíveis estão, neste capítulo, longe de corroborar a tese do desemprego massivo. Se contemplarmos, em primeiro lugar, o estudo ODES (2002), o único que, como apontámos, foi realizado à escala nacional, verificamos que, cinco anos volvidos sobre a obtenção do grau, a taxa de desemprego não ia além de 1,9%, encontrando-se nesse momento empregados 95,7% do total de indivíduos graduados em 1994/95. Mesmo na área que registava a maior taxa de desemprego – *Artes e Humanidades* –, o referido índice não ultrapassava os 4,2%⁴, devendo acrescentar-se que, numa avaliação subjectiva, 80,4% dos diplomados, entre os quais se incluem aqueles que já desempenhavam papéis profissionais antes de concluírem o curso ou até antes de o haverem iniciado, afirmavam que o facto de terem concluído o ensino superior lhes havia ampliado o leque de oportunidades profissionais.
- 17 O estudo do ODES utilizou, para medição do desemprego, os critérios do INE (no fundo, os oficiais) que, como é sabido, são particularmente restritivos na classificação de “desempregado”⁵. A esta opção se deve, não temos dúvidas, a obtenção de resultados excepcionalmente animadores. Contudo, nem só nesse estudo o propalado cenário do desemprego massivo perde terreno.
- 18 Se observarmos os dados produzidos pelas próprias instituições académicas, começando pelos apuramentos obtidos em universidades, notamos que a percentagem de desempregados à data em que foram conduzidas as inquirições não vai além de 7,4% na Universidade de Aveiro (Martins, Arroiteia e Gonçalves, 2002: 55) e de 6,9% na Universidade do Minho (Gonçalves, 2001: 19), tange os dois dígitos na Universidade do Porto (9,9%) (Gonçalves, Menezes e Martins, 2009: 9), ultrapassando-os nos três outros casos para os quais dispomos de registos – 12% no conjunto das instituições académicas algarvias (Geraldes e Santos, 2004: 93), 12,7% na Universidade de Évora (Vieira, Raposo e Santos, 2008: 6) e 15,5% na Universidade de Lisboa (Alves, 2005: 38).
- 19 Para este *intervalo de desemprego* convergem os dados colhidos para os institutos politécnicos – a percentagem de desempregados atinge os 15,2% no Instituto Politécnico de Beja (Saúde, 2005: 32), e não vai além dos 5% na ESCE (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos, 2007: 25).
- 20 Nos estudos centrados apenas em faculdades ou em institutos, verificamos, por sua vez, que a percentagem de desempregados é de 6,2% no Instituto Superior Técnico (Mendes, Patrício e Lucas, 2006: 43), não indo além de 4,8%, cerca de cinco anos após a obtenção do grau, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL (Chaves e Morais, 2008: 13).
- 21 É certo que os valores do desemprego com que deparamos nestes estudos parcelares são, em qualquer dos casos, superiores aos do último período que consta do inquérito nacional ODES (5 anos após a conclusão da licenciatura). Tal não surpreende. Sem pôr em causa a capacidade explicativa atribuível a factores como o agravamento da conjuntura económica e o recuo do Estado enquanto entidade empregadora que ganharam expressão nos últimos anos (o estudo do ODES incide sobre uma coorte mais remota do que os demais), as diferenças registadas dever-se-ão sobretudo às disparidades de indicadores utilizados (menos restritivos do que os do INE na atribuição da categoria de “desempregado”) e ao facto de todos eles incidirem em universos de graduados que, na totalidade, ou na sua grande maioria, concluíram os cursos há menos de 5 anos⁶.

- 22 Ora, conferir atenção à extensão do período que medeia entre a obtenção do diploma e o momento de inserção no mercado de trabalho afigura-se muito relevante para que destes dados se possa produzir uma leitura rigorosa e concludente. Como já havia assinalado M. G. Alves (2007, 2009), os estudos que recaem nesta problemática mostram que o desemprego dos licenciados a) tende a ser extremamente elevado nos primeiros trinta dias após a conclusão do curso; b) reduz-se substancialmente a partir do sexto mês; e c) atinge proporções muito reduzidas no final de cinco anos. Essa é de resto a tendência verificada no levantamento do ODES (2002: 24), onde a taxa de desemprego regista quebras constantes ao longo de cinco anos – se um mês após a licenciatura era ainda de 39%, cai abruptamente para 4,7% ao 18.º mês e para 1,9% no final do primeiro quinquénio –, assim como no estudo realizado na FCSH da UNL (Chaves e Morais, 2008: 13), o único que seguiu critérios e indicadores similares aos do ODES, procurando acompanhar a situação dos diplomados no mercado de trabalho até 60 meses após a conclusão da licenciatura – a taxa de desemprego situava-se em 26% no final do primeiro mês, em 8,8% e 9,2% atingidos respectivamente os 18 e os 36 meses e em 4,8% alcançado o limite de 5 anos.
- 23 Tendência similar de redução progressiva mas substancial da incidência do desemprego parece evidenciar-se nos dados do INE referentes ao Inquérito ao Emprego do terceiro trimestre de 2010 (o mais recente no momento em que foi redigido o presente texto), ao observar-se o volume de desempregados em cada uma das categorias etárias. Se a percentagem de graduados desempregados se eleva a 17,2 % no escalão dos 15 aos 24 anos (escalão composto na sua esmagadora maioria por sujeitos que completaram a sua formação superior há 2-3 anos), reduz-se para 9,5%, no escalão etário seguinte (25-34 anos), caindo ainda mais no escalão posterior (35-44 anos, em que a grande maioria dos indivíduos certamente já completou a sua licenciatura há mais de 5 anos), para a casa dos 4,6%.
- 24 Procurando agora comparar as percentagens de desempregados registadas nos diferentes segmentos etários juvenis para diversos níveis de instrução (INE, 2010), verificamos que para os escalões etários 25-34 anos e 35-44 anos as proporções de desempregados com nível de instrução superior são menores do que as médias obtidas para o total da população nesses mesmos intervalos etários (respectivamente 11,8% e 8,7%), e são também mais baixas do que as que se podem encontrar em qualquer outro nível de instrução considerado singularmente.
- 25 Não finalizaremos este ponto sem chamar a atenção para um conjunto de valores que, embora raramente referidos, são de considerável importância. Trata-se da colecção relativa ao peso dos “inactivos”. Nos intervalos etários 25-34 anos e 35-44 anos os inactivos representam respectivamente 5,4% e 2,6% dos diplomados, bem abaixo da expressão que têm (10,0% e 9,3%) na população total com as mesmas idades.
- 26 Estes baixos valores de inactividade traduzirão, antes de mais, a forte relação dos diplomados portugueses com o mercado de trabalho, tudo indica mais intensa do que a verificada na maioria dos países europeus. Com efeito, segundo os dados do EUROSTAT (Dornelas (org.), 2011: 36) a “taxa de emprego” dos diplomados portugueses é superior à registada para a média dos diplomados da UE27. Em segundo lugar, eles indicam-nos que o efeito do prolongamento dos estudos na redução da taxa de desemprego dos diplomados não é afinal de monta, ao contrário do que por vezes se conjectura. Finalmente, a baixa taxa de inactividade dos diplomados é um dado ainda a equacionar quando se comparam as taxas de desemprego dessa população com a dos segmentos da população que dispõem

de níveis de instrução inferiores. Uma vez que essa taxa é calculada apenas em relação à população activa, isso significa que, *ceteris paribus*, a menor percentagem de inactivos provoca uma elevação da taxa de desemprego, enfraquecendo assim por mero efeito estatístico a posição relativa dos diplomados no cômputo geral da população. Dir-se-ia, em suma, que mesmo nas categorias etárias mais novas, e apesar de contarem com níveis de inactividade menores, os diplomados continuam a registar taxas de desemprego inferiores à população geral.

(Des)ajustamento entre o nível/género de formação e a actividade profissional

- 27 A segunda ideia muito presente nas aceções de cariz catastrofista prende-se ao conteúdo das funções e actividades profissionais realizadas pelos diplomados. Alega-se que estas são, regra geral, muito desadequadas face ao nível escolar alcançado e ao tipo de formação obtido: “verticalmente e horizontalmente desajustadas”, para utilizarmos os termos avançados por Storen e Arnesen (2007: 224-25) na apresentação dos dados do projecto REFLEX⁷. Se tal conjectura fosse empiricamente corroborada, poderia inclusive supor-se que os níveis de desemprego dos diplomados afinal não ascenderiam a valores consideravelmente mais elevados pela simples razão de que esses indivíduos se encontrariam a experienciar “em massa” uma situação de desajustamento entre o nível e a área de formação alcançados e a actividade profissional. Tudo se passaria, no fundo, como se assistíssemos ao reeditar da “catástrofe”, agora sob outras roupagens – já não a do desemprego, mas a da desadequação.
- 28 No entanto, também este argumento não colhe nos dados disponíveis, sobretudo no que concerne a putativa dissociação entre as actividades profissionais e os níveis de formação, isto é, ao “desajustamento vertical”, desajustamento que traduz, no fundo, uma situação de sobrequalificação.
- 29 No inquérito ODES (2002: 38), verificamos que, ao fim de 5 anos, é superior a 70% o número de diplomados que *caem* nas categorias profissionais dos “Quadros Superiores da Administração Pública; Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas” e dos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, categorias que, na esmagadora maioria dos casos, encerram formações superiores. Os “Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio” – a categoria menos polarizada por recursos escolares – representa 21,2% do total, atendo-se a 7,2% o número de indivíduos afectos a categorias profissionais que, regra geral, não exigem formações superiores: o “Pessoal Administrativo e Similares”, o “Pessoal dos Serviços e Vendedores” e os “Operários”.
- 30 Este quadro de tendencial homologia entre o nível de formação e a actividade profissional capta-se ainda em estudos mais actualizados (embora mais parcelares) que decalcaram as categorias profissionais do ODES. Se para todos eles replicarmos o raciocínio anterior, diríamos que se situa quase sempre na cifra dos 70% (isto é, em mais de dois terços) o número de indivíduos que denotam ajustamento entre nível académico e categoria profissional. Na Universidade de Lisboa (Alves, 2005: 46), por exemplo, a porção dos “pertencentes” às categorias dos “Quadros Superiores da Administração Pública; Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas” e dos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” ultrapassa expressivamente essa fasquia; fasquia, por seu turno, quase alcançada na Universidade do Porto (69,8%) (Gonçalves, Menezes e Martins, 2009:

- 10). Por contraste (não muito significativo), na FCSH-UNL (Chaves e Morais, 2008: 16) a percentagem de indivíduos que, ao fim de aproximadamente 5 anos, haviam transitado para aquelas categorias profissionais é mais reduzida, situando-se na casa dos 62,3%, embora devamos ter presente que nos encontramos aqui, em exclusivo, perante formações em ciências sociais e humanas, reconhecidamente confrontadas com horizontes de inserção mais periclitantes.
- 31 Na Universidade de Aveiro (Martins, Arroiteia e Gonçalves, 2002: 85) as categorias profissionais utilizadas no apuramento são distintas das convocadas nos estudos antes referidos⁸. No entanto, se descontarmos todas as que não implicam necessariamente, para as integrar, posse de diplomas superiores – os “Professores do 1.º Ciclo e os educadores de infância” (7,5%), os “Profissionais Técnicos intermédios” (9,2%), os “Empregados administrativos” (3%) e os indivíduos inscritos na categoria “Outros” (8,3%) –, volta de novo a aproximar-se dos 70% o total de ingressados em categorias profissionais aparentemente ajustadas ao nível de instrução superior.
- 32 O desajustamento horizontal – isto é, o grau de desadequação entre o conteúdo da formação e as actividades laborais realizadas – é, por sua vez, particularmente difícil de ponderar. Mesmo não se trazendo à colação uma crítica do pressuposto “adequacionista” que subjaz a este género de mensuração (discussão que extravasa os propósitos deste artigo), é forçoso reconhecer que os problemas metodológicos que a própria medição coloca são extremamente difíceis de solucionar. De facto, que critérios e indicadores adoptar num sem-número de formações onde a (in)compatibilidade entre a área de formação e o “destino profissional” está longe de poder ser definida de forma unívoca e objectiva? Perante a ausência de uma resposta satisfatória, a opção aparentemente unânime nos estudos realizados tem sido a de propor aos próprios diplomados que avaliem o grau de ajustamento da sua formação à situação profissional (emprego) em que enfileiraram.
- 33 Nesta *solução subjectivista*, embora a percepção do grau de adequação varie de curso para curso, a clara maioria dos jovens diplomados portugueses afirma que a sua actividade profissional corresponde à sua área de formação. No inquérito ODES (2002: 125), 89,9% dos indivíduos consideravam existir uma adequação entre a sua formação e o emprego, juízo de adequação que conhecia o seu valor máximo na área da Saúde, atingindo aí os 99,2%, e o mais baixo nas ciências sociais e comportamentais, onde não ultrapassava os 73,6%. Na Universidade de Lisboa (Alves, 2005: 109), 72% dos inquiridos estimavam que a sua ocupação profissional se “relacionava com a área do curso”, e 14% que se situava em “área próxima”; na Universidade do Porto (Gonçalves, Menezes e Martins, 2009: 19), 59,9% consideravam que “as funções desempenhadas no emprego actual só podiam ser executadas por alguém com a mesma licenciatura”, e 21,2% por alguém com um título superior, embora este pudesse diferir do seu. Os dados referentes à UP contêm ainda uma curiosa informação suplementar – ao avaliarem numa escala de 5 pontos a adequação entre o “emprego actual” e a “formação académica”, a média apurada rondou o grau 4 (3,92)⁹. Na Universidade do Minho (Gonçalves, 2001: 43), 65% responderam afirmativamente quando instados a referirem se a sua actividade profissional se relacionava com o seu curso, enquanto outros 16% consideraram que essa articulação se verificava, ao menos em parte. Por seu lado, o estudo que recobre várias instituições de ensino superior algarvias (Geraldês e Santos, 2004: 82) alberga os seguintes dados: a área de actividade é julgada “directamente relacionada” com o curso por 58,4%, e “próxima” por 26,1%; ao passo que, junto dos graduados do Politécnico de Beja (Saúde, 2005: 45), 70%

consideraram a formação “adequada” e 12,9% “muito adequada” ao seu curso. Por fim, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Chaves e Morais, 2008), 66% declararam ter (ou já ter tido) uma actividade ajustada ao seu curso, ascendendo a 79,2% a parcela dos que consideram que essa actividade corresponde (ou já correspondeu), ao menos em parte, à posse de formação superior.

- 34 Em suma, é, em qualquer dos casos, francamente maioritário o número daqueles que consideram existir uma adequação/correspondência entre curso e área de actividade profissional, e mais amplo ainda o daqueles que entendem existir uma convergência entre a actividade profissional e o patamar escolar alcançado.

Níveis de rendimento

- 35 É sem dúvida no domínio da comparação entre indivíduos com diferentes níveis de instrução que as teses catastrofistas têm de ser usadas com mais cautela e parcimónia. Como notaremos adiante, recorrendo aos dados do INE, são flagrantes as disparidades entre as remunerações dos diplomados do ensino superior (mesmo nas faixas etárias recém-ingressadas no mercado de trabalho) e as auferidas pela restante população.
- 36 Começando por observar os dados produzidos pelas diferentes instituições académicas, verificamos que, não obstante as discrepâncias vislumbráveis entre elas (disparidades expectáveis, uma vez que as “moratórias” de entrada no mercado de trabalho e as áreas científicas nelas representadas conhecem expressões distintas), duas tendências sobressaem. Em primeiro lugar, é muito baixo o volume de graduados que no momento da inquirição – ou, no caso dos estudos que caracterizam vários momentos de inserção, no último período considerado – auferia uma remuneração líquida inferior a €500 (limite remuneratório inferior adoptado na maior parte dos estudos). É pois, tudo indica, residual o número dos diplomados que não ultrapassavam a linha do salário mínimo nacional. Segunda tendência: a situação remuneratória vai melhorando de forma nítida nos primeiros anos de inserção, esbatendo-se os patamares remuneratórios inferiores e ampliando-se os mais elevados. Se fixarmos, por exemplo, a fasquia nos €1000¹⁰, e considerarmos apenas os estudos que permitem acompanhar longitudinalmente as trajectórias remuneratórias dos diplomados, apura-se que a porção que se situa acima desse patamar salarial aumenta significativamente à medida que o momento da obtenção do diploma vai ficando mais distante. No estudo do ODES (2002: 36) (que se distingue de todos os outros por contemplar os “rendimentos brutos”), evolui-se de 8,3% de indivíduos com rendimentos superiores a essa fasquia no primeiro mês após a conclusão do curso para 62,8% transcorridos 5 anos. Padrão concorrente ressaí no estudo levado a cabo na FCSH-UNL (Chaves e Morais, 2008: 27), estudo este que incluiu procedimentos e temporalidades semelhantes embora, diversamente, tenha considerado os “rendimentos líquidos”. Aí, dos 9,8% que auferiam valores superiores a €1000 logo no primeiro mês depois da licenciatura concluída “salta-se” para 37,2% aproximadamente 5 anos após a obtenção do grau (o valor de €1000 líquidos era superado por 16,2% e 24,5% no final de, respectivamente, 18 e 36 meses). Estes dados são consistentes com os obtidos para a Universidade de Lisboa (Alves, 2005: 104), que, apesar de contemplar uma *temporalidade do percurso de inserção* distinta da eleita nos dois estudos anteriores, estabeleceu também como baliza remuneratória “primária” os €1000. Nesse estudo, o número de diplomados com remunerações que ultrapassam essa fasquia aumenta de 13,2% para 34,2% do “primeiro” para o “último emprego”. Este padrão, isto é, a tendência para se verificar

uma melhoria progressiva da retribuição remuneratória é ainda notória em qualquer dos restantes estudos que permitem, mesmo com limitações, acompanhar a evolução dos rendimentos (Martins, Arroteia e Gonçalves, 2002: 90; Geraldês e Santos, 2004: 105; Mendes, Patrício e Lucas, 2006: 67; Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos, 2007: 27).

- 37 Independentemente dos méritos analíticos que possam ser imputados às regularidades detectadas, o Inquérito ao Emprego do INE (terceiro trimestre de 2010) dilata bastante as potencialidades da análise, uma vez que permite comparar, de forma actualizada, a condição remuneratória dos diplomados com a dos indivíduos sem formação superior, e assim avaliar, em termos relativos, a situação dos primeiros.
- 38 Empreendido o cotejo, avulta o contraste remuneratório. Logo desde o primeiro escalão etário (15-24 anos), os rendimentos são, em média, mais elevados na banda dos indivíduos que detêm formação superior (€715) do que no conjunto da população portuguesa na mesma faixa etária (€527). Mesmo aqueles que, nesse arco de idades, se posicionam em segundo lugar – os indivíduos com estudos secundários ou pós-secundários – não ultrapassam, em média, os €544 mensais. O desfasamento acentua-se consideravelmente, sempre em favor dos diplomados, nos escalões etários seguintes: beneficiando de valores médios de €1026 entre os 25 e os 34 anos, e de €1444 entre os 35 e os 44 anos, os indivíduos com formação superior registam remunerações 40% e 74% acima das que são, sempre em média, auferidas pelo conjunto formado pelo total da população empregada nos mesmos intervalos de idade. Com efeito, essas “ficam-se” pelos €729 (25-34 anos) e €830 (35-44 anos).
- 39 Assim, independentemente de, com base seja em que critério, se poder considerar que os níveis de rendimento dos diplomados são baixos – avaliação negativa que os próprios tendem a emitir quando instados a apreciar a sua situação remuneratória –, o certo é que o seu ascendente remuneratório é, do ponto de vista comparativo, manifesto. Não se trata de uma vantagem específica do nosso país. Além de ser salientada por vários autores (Maurin 2007: 162), encontra-se descrita em diversos relatórios internacionais. A título de exemplo, num relatório recente da OCDE (2009) o desvio remuneratório positivo dos que possuem um diploma do ensino superior supera os 150 pontos (numa base 100) em 17 dos 28 países analisados. O que muito provavelmente distinguirá Portugal é o facto de essas diferenças serem ainda mais pronunciadas do que no resto da Europa. Num artigo irónica mas expressivamente intitulado “a trágica fortuna dos licenciados”, baseado no Inquérito ao Emprego do INE (no caso datado de 2003), Pedro Portugal (2004: 79-80) anota que “Os vários estudos que estabelecem comparações internacionais dos prémios de licenciatura não divergem na conclusão de que o mercado de trabalho português apresenta prémios invulgarmente elevados. Serão, aliás, os mais elevados da União Europeia”, a ponto de se poder afirmar que “o investimento em formação escolar superior oferece, no mercado de trabalho português, uma rentabilidade privada excepcional” (*ibidem*: 73). O facto é interpretado pelo autor como uma consequência do ainda assinalável desfasamento entre a oferta e a procura de qualificações superiores que se verifica no mercado de trabalho nacional. Esse desfasamento que persistirá desde a década de noventa, altura em que as rápidas transformações tecnológicas “pressionaram” a procura de trabalhadores qualificados, terá beneficiado em termos de prémios salariais os indivíduos com maior nível de escolaridade. A menor percentagem de licenciados em Portugal, por comparação com o resto da Europa, e a contínua procura de mais qualificações apontam para a persistência dessa diferenciação (*ibidem*: 80), embora haja estudos que sugerem a progressiva contracção desse hiato remuneratório (Escária, 2006: 24).

Situação contratual

- 40 Embora tudo indicie que, regra geral, em caso de desemprego os diplomados (particularmente os jovens) (re)ingressam mais facilmente no mercado de trabalho do que os indivíduos que dispõem de recursos escolares inferiores (Gonçalves, C. M. (coord.), 2010), os dados disponíveis não indicam que, no plano dos vínculos contratuais, a situação dos “novos diplomados” seja de vantagem perante os seus parceiros etários. Começando por recuperar o Inquérito ao Emprego do INE (3.º trimestre de 2010), constatamos que os “contratos sem termo” – vínculos contratuais que auguram uma maior estabilidade – são bastante menos frequentes entre os indivíduos com ensino superior do que nos restantes níveis de instrução. De facto, dos 15 aos 24 anos só 17,1% dos indivíduos com títulos superiores celebraram “contratos sem termo”, figura que tutela 45,5% do total da população da citada faixa. No escalão seguinte, 25-34 anos, a diferença diminui mas é ainda significativa: os “contratos sem termo” vigoram para 56,7% dos graduados, enquanto na população geral compreendem 66,9%. Diante destes valores, nada parece indicar que, ao contrário do que sucede com as três dimensões antes escalpelizadas, os “novos diplomados” sejam comparativamente beneficiados em termos de estabilidade contratual, bem pelo contrário. Porém, estendendo um pouco mais o escopo analítico, é necessário notar que a entrada dos diplomados no mercado de trabalho se faz, regra geral, de forma consideravelmente mais tardia e porventura mais selectiva em termos de procura de emprego. Disso mesmo parece ser indício o facto de nos escalões etários posteriores o peso relativo dos “contratos sem termo”, quando opomos diplomados a população geral, se ir progressivamente invertendo: a paridade é atingida na faixa etária dos 35-44 anos (embora já com um ligeiro ascendente dos graduados – os “contratos sem termo” abrangem 84,9% deles, para 82,2% do total), mas no escalão etário seguinte já se regista uma clara sobre-representação dos “contratos sem termo” nos graduados.
- 41 Uma vez que, como já referimos, os estudos realizados pelas diversas instituições do ensino superior cobrem coortes de diplomados díspares, versam períodos de entrada/permanência no mercado de trabalho distintos e utilizam categorias diversas para descrever os vínculos contratuais, consideramos que, mesmo cumulativamente, os seus dados não são recomendáveis para se proceder a uma leitura de âmbito nacional. Ainda assim, anote-se que os contratos mais estáveis – “contratos sem termo” ou aparentados – oscilam, se excluirmos os dados do ODES, entre um valor mínimo de 24,6% (na Universidade de Évora) e máximo de 60,9% (na Escola Superior de Ciências Empresariais em Setúbal). Visto que os diplomados inquiridos se situam entre a metade mais elevada da categoria etária dos 15-24 anos e a parcela mais jovem da categoria dos 25-34 anos, os dados parecem ser compatíveis com os que o Inquérito ao Emprego do INE permitiu apurar.
- 42 Por que razão excluímos desta leitura o estudo do ODES, perguntar-se-á? A razão é simples. Prende-se ao facto de esses dados (que já datam do início da primeira década do século XXI) identificarem uma prevalência elevada dos “contratos sem termo” nos diplomados (é de 74,9% volvidos cinco anos após a conclusão da licenciatura) (ODES, 2002: 30). Ora, não cremos que esta prevalência se mantenha, mormente em virtude da progressiva precarização das modalidades de vinculação laboral firmada ao longo da década, sobretudo no atinente aos primeiros anos de ingresso no mercado de trabalho.

Tratar-se-á assim de um dado especialmente desactualizado, que por essa razão propositadamente descartamos.

- 43 O que podemos afirmar com segurança é que a precarização contratual se tem vindo a acentuar consideravelmente em Portugal na última década, particularmente junto dos segmentos juvenis (Oliveira e Carvalho, 2008). De tal forma que, em 2009 (Dornelas, 2011: 26), a percentagem de trabalhadores com “contratos a termo” atingia entre nós valores em torno dos 22%, enquanto a média da UE27 se cifrava em 13,5%¹¹.
- 44 Se a precarização contratual se intensificou mais entre os diplomados do que noutras populações é matéria a explorar noutro momento. É no entanto lícito pôr a hipótese de que a dificuldade de obter um vínculo contratual mais estável terá, junto dos diplomados, efeitos mais exasperantes, uma vez que recobrirá estádios mais avançados do curso de vida, curto-circuitando as várias dimensões em que se joga o processo de transição para a vida adulta, com destaque para a “estabilização da autarcia económica” face à família de origem, aspecto cuja importância, para a estruturação de um estilo de vida autónomo mas também para a avaliação de si mesmo, nos deteve demoradamente noutra circunstância analítica (Chaves, 2010: 281-92 e 388-89).
- 45 Antes de prosseguirmos, cremos ser conveniente abrir aqui um parêntesis com o propósito de deixar claro que a precarização dos vínculos contratuais é percebida pela ampla maioria dos diplomados como uma adversidade a evitar; inversamente, a estabilidade e a segurança no trabalho são tidas como condições *do trabalho* desejáveis e a conquistar (Morais, Chaves e Batista, 2010: 249). Tais atitudes são aliás partilhadas pela maioria da população portuguesa (Freire, 2000, 2008; Vala, 2000; Oliveira e Carvalho, 2008: 556-557) e europeia, embora com diferenças e *nuances* nacionais não desprezíveis, bem documentadas por Oliveira e Carvalho (2008). Dir-se-ia, por outras palavras, que, apesar dos seus eventuais impactos, a crescente exposição ao discurso ideológico contido no “modelo da competência” (Boltanski e Chiapello, 1999) não parece ter sido suficiente para promover a naturalização dos vínculos precários, e menos ainda para inscrever, junto da maioria, a crença na precariedade como algo exaltante, honroso, formativo, resumidamente, a crença numa “precariedade identifiante”, para convocar a feliz expressão de Dubar (2000: 216), já antes usada por Dubet (1996). Isto não significa que não encontremos em Portugal determinados sectores de assalariados com um nível de instrução superior onde uma relação mais indulgente ou optimista com a instabilidade é (já) uma realidade. A título de exemplo, num estudo sobre jovens licenciados em engenharias A. P. Marques (2002) verificou que, entre estes, a precariedade e a flexibilidade são encaradas como situações típicas do mercado de trabalho actual e, por vezes, procuradas voluntariamente. Algumas novas formas de trabalho e os vínculos contratuais instáveis deixam de ser vistos como constrangimentos, passando a ser considerados recursos mobilizáveis na construção de carreiras profissionais. Estaremos então perante verdadeiras *disposições à precariedade*, cuja valência, expansão ou contracção empíricas importa não descurar.

Da “desilusão colectiva”

- 46 Uma outra pré-noção comumente difundida, assinalada com destaque no início do artigo, é a de que se verifica uma extensa e marcada “desilusão colectiva” no corpo global dos diplomados portugueses com o seu destino profissional e, dessa forma, retrospectivamente, com o patamar académico e/ou com a área disciplinar em que se

formaram. Esse desalento, que afectaria sobretudo os graduados de determinadas áreas, como por exemplo as ciências sociais e comportamentais ou o Direito, seria, num primeiro momento, resultante do defraudar das expectativas de mobilidade social e, concomitantemente, de obtenção de recompensas remuneratórias e estatutárias ajustadas ao patamar escolar alcançado, expectativas induzidas pelo próprio sistema de ensino e favorecidas pela proximidade temporal de um estágio precedente no qual haviam sido de facto cumpridas (Alves, 2008: 283; Grácio, 1997: 508). A tese das expectativas goradas que instaurariam, em parte dos casos, um sentimento de burla e traição naqueles que as vivenciam tem antecedente desde a década de 1960 no próprio pensamento sociológico, com destaque para as obras de Bourdieu e Passeron (1966; 1970), encontrando-se plasmada na utilização de termos que fizeram escola, como o de “geração enganada” (Nogueira e Nogueira, 2002: 17). Nos dias que correm, a este desencanto viria somar-se o provocado pelo desemprego e, talvez mais decisivo ainda, pela diluição da homologia estrutural entre capital escolar e capital profissional.

- 47 Não querendo colocar aqui totalmente em questão o valor heurístico da tese do sentimento de desilusão colectiva, e menos ainda o pressuposto da experiência anómica que lhe subjaz, é forçoso verificar que mais uma vez estes têm de ser encarados com precaução no cotejo com os dados empíricos. Constatamos que grande parte da informação produzida acerca dos diplomados portugueses não os sustenta, muito pelo contrário. E nem podemos falar de *singularidade portuguesa*. Uma consulta aos dados apresentados por Storen e Arnesen (2007: 257-58) alinha, nesta matéria, os diplomados portugueses com os da generalidade dos outros países europeus, pelo menos dos que integraram o projecto REFLEX.
- 48 Seria com efeito expectável que, no caso de se impor de forma ampla e aguda, o sentimento de desilusão transparecesse, sem peias, na avaliação que os diplomados fazem a) quer do grau de ajustamento da sua formação à situação profissional (emprego) em que se encontram; b) quer, em termos gerais, da sua situação profissional. Tal não se verifica nem num caso nem no outro. Relativamente ao primeiro aspecto, já atrás elucidámos que, embora a percepção desse ajustamento varie de curso para curso, uma clara maioria dos jovens diplomados portugueses afirma que a sua actividade profissional se adequa à sua área de formação (Alves, 2005; Gerales e Santos, 2004; ODES, 2002; Chaves e Morais, 2008).
- 49 Quanto ao segundo aspecto, os dados, particularmente os gerados acerca dos níveis de satisfação, indicam que a avaliação é bastante mais positiva do que a tese da decepção abrangente permitiria prever. São três os estudos que publicitam informações sobre os níveis de satisfação, pelo que por eles principiaremos. Detendo-nos de novo no estudo ODES (2002: 52), verificamos que 59,5% se revelaram “satisfeitos” com o “percurso profissional” e 27,3% “muito satisfeitos”; apenas 12,8% se afirmaram “pouco” ou “nada satisfeitos”. Em Aveiro (Martins, Arroteia e Gonçalves, 2002: 108), a média de satisfação com a “situação profissional actual” é de 4 numa escala de 6 valores. No inquérito mais recente, centrado em licenciaturas das ciências sociais e humanas (Chaves e Morais, 2008: 38), quando questionados acerca do grau de satisfação que experienciam no seu trabalho actual, utilizando uma escala de 1 a 10, 72,2% posicionam-se acima do patamar 6, superando os 20% a porção que se inscreve nos dois valores mais elevados da escala: 9 e 10.
- 50 No estudo da Universidade de Lisboa (Alves, 2005: 153) a avaliação dos níveis de “satisfação com o trabalho actual” também está presente, mas, nesse caso, repartida por

diversos temas. É cotada como satisfatória ou completamente satisfatória a “relação com os colegas” (90,8%), a “utilidade social” (89,9%), o “interesse da actividade” (88,3%), a “autonomia de que se dispõe” (79,1%) e o “horário de trabalho” (78,4%); reunindo ainda a satisfação (completa ou não) de mais de metade dos inquiridos, embora já em claro plano descendente, o “acesso à formação contínua” (62,6%), a “estabilidade” (52,4%) e o “nível de remuneração” (50,7%); as “oportunidades de promoção” (44,8%) constituem o aspecto menos satisfatório. Voltaremos ao conteúdo destas avaliações parcelares mais adiante, a fim de sondar as razões que estão na base da avaliação tendencialmente positiva com que deparamos na totalidade dos estudos.

- 51 No trabalho que envolveu as diversas escolas algarvias (Geraldos e Santos, 2004: 107), a questão posta aos diplomados concitava de novo uma avaliação abrangente mas, agora, polarizada na “concretização das expectativas profissionais”. Perguntava-se, em concreto, “em relação às suas expectativas como avalia globalmente a sua actividade profissional”. Além dos 56,6% que garantiram que o referido enquadramento correspondeu ao esperado, 14,2% mencionaram que “excedeu” e 2% que “excedeu muito”.
- 52 Em virtude de colidir com pré-noções muito estabelecidas, a expressão quantitativa das avaliações positivas gera estupefacção e justifica profundas análises futuras no sentido de deslindar o seu significado. É todavia possível avançar hipóteses interpretativas, resultado de reflexões e investigações por nós anteriormente conduzidas. Em parte, cremos que ela se ficará a dever directamente aos aspectos assinalados no primeiro ponto: o número de diplomados que estimam que o mercado de trabalho lhes proporciona recompensas económicas e estatutárias “justas” ou pelo menos satisfatórias e que consideram a sua situação profissional conforme ao nível e teor da sua formação superior é afinal significativo, maior do que geralmente se presume.
- 53 Mas a este elemento explicativo sobrepor-se-á um outro, tanto mais digno de menção quanto até hoje passou analiticamente despercebido. Achem ou não que a sua situação profissional presente materializa as suas aspirações, os diplomados entendem, na sua larga maioria, que o seu trabalho (emprego) lhes permite concretizar um conjunto de gratificações intrínsecas, como sejam a de “obterem prazer com aquilo que fazem”, “aplicarem os seus conhecimentos” e “aprenderem coisas novas”. Em muitos casos, estes aspectos do trabalho são tanto ou mais valorizados quanto as dimensões extrínsecas – “remuneração elevada”, “promoção”, “estatuto hierárquico”, etc. –, permitindo dessa forma atenuar a sua falta.
- 54 Esta última interpretação põe também ela em causa o modo como as aspirações dos diplomados face ao trabalho, mas também perante a escola, são equacionadas por grande parte dos observadores, em particular pelos que sustentam as teses da “desilusão colectiva”. Com efeito, estes tendem a conferir uma excessiva (senão exclusiva) importância aos aspectos extrínsecos (Herzberg *et al.*, 1959; Johnson, 2002; Caetano *et al.*, 2003; Herzog, 1982; Vala, 2000; Loscocco, 1989; Loscocco e Kalleberg, 1988; Marini *et al.*, 1996; Rokeach, 1973). Os diplomados, particularmente os atingidos pela “desilusão colectiva”, encontrar-se-iam perante a academia e o mundo profissional movidos sobretudo (ou apenas) segundo princípios de mobilidade social e focados na obtenção de capitais económicos e sociais, e nas formas de capital simbólico em que esses tipos de capital se transmudam. Nesse contexto, para esses diplomados o título académico deteria um valor quase apenas instrumental, esvaziando-se se “para tal não servisse”, leia-se não servisse para prosseguir os fins extrínsecos sediados nas esferas da vida profissional, da acumulação económica e do reconhecimento estatutário. A escola estaria pois totalmente

- “dominada pela sua função de distribuição e pelo *reino da utilidade escolar*” (Dubet, 2006: 53), basicamente encerrando processos de mobilidade social ascendente.
- 55 Ora os dados disponíveis vão na direcção oposta. Mostram que a concretização de recompensas intrínsecas (Herzberg *et al.*, 1959; Johnson, 2002; Caetano *et al.*, 2003; Herzog, 1982; Vala, 2000; Loscocco, 1989; Loscocco e Kalleberg, 1988; Marini *et al.*, 1996; Rokeach, 1973) tem uma relevância assinalável nas aspirações que a grande maioria dos diplomados portugueses acalenta tanto face ao ensino superior como ao trabalho.
- 56 No relatório ODES (2002), por exemplo, vê-se que as razões mais aludidas para justificar o ingresso no ensino superior são “estudar e adquirir mais conhecimento” e “poder desempenhar a profissão mais desejada”. Qualquer destes motivos é mais prezado do que aumentar as “possibilidades de encontrar um emprego bem remunerado” ou tão-só o de “encontrar um emprego”. Essa hierarquização de razões para se aceder ao ensino superior atravessa todas as áreas científicas.
- 57 Esta radicação em razões intrínsecas vem porém a registar o seu ponto mais elevado num estudo centrado exclusivamente em mestres e doutores que, na sua maioria, se encontravam já a trabalhar (Alves *et al.*, 2008: 14)¹². Aí os motivos “adquirir mais conhecimentos” e “contribuir para o desenvolvimento intelectual” prevalecem nitidamente sobre o repertório que desdobra a procura de vantagens profissionais – “encontrar emprego”; “manter emprego”; “mudar de emprego”; “encontrar emprego bem remunerado”, ou mesmo “progredir na carreira profissional”.
- 58 Ao contrário do que sucede com os motivos de ingresso no ensino superior, os dados acerca dos aspectos que os diplomados valorizam no trabalho são raros. Ainda assim, é possível encontrar referências a estas dimensões, por exemplo, no estudo realizado sobre as escolas do ensino superior no Algarve (Geraldes e Santos, 2004), onde se tornou patente a importância que os graduados conferem aos aspectos mais intrínsecos ligados à ocupação profissional: 80% dos inquiridos consideraram que “ter um trabalho que dê gosto realizar” era o valor mais importante, seguido de um “trabalho que permita desenvolver capacidades” (25%) – só depois surge um valor mais extrínseco, considerado por cerca de 20% como o mais importante: “segurança e estabilidade”.
- 59 No estudo realizado na FCSH-UNL (Chaves e Morais, 2008) também se entrou em linha de conta com estes aspectos, conferindo-lhes, aliás, destaque. Nele procurou-se apurar, mediante uma escala de 10 valores, a relevância que os diplomados em ciências sociais e humanas atribuíam a diversos aspectos do trabalho, a saber: “emprego seguro e estável”; “remuneração elevada”; “oportunidades de promoção”; “autonomia financeira face aos pais”; “trabalho interessante”; “trabalho em que a pessoa tenha autonomia”; “trabalho que permita ajudar outras pessoas”; “trabalho útil à sociedade”; “trabalho que permita decidir horários e dias de trabalho”. Como resultado, o “trabalho interessante” (isto é, um “trabalho não rotineiro” que permita “aprender coisas novas”, “usar as capacidades e competências pessoais” e “ser criativo”) sobreveio como um item muito mais valorizado do que “emprego seguro e estável” ou “remuneração elevada”.
- 60 Esta tendência de sobrevalorização relativa dos aspectos intrínsecos do trabalho – um “trabalho interessante” – face aos valores extrínsecos – “remuneração elevada” ou mesmo “estabilidade” – já fora por nós detectada e analisada em estudos anteriores, também eles realizados junto de populações de diplomados, designadamente de jovens licenciados em Direito que haviam concluído o estágio profissional (Chaves, 2010). Nessa população, essa sobrevalorização verifica-se aliás de forma transversal – patenteia-se

tanto entre os que converteram o capital académico em capital profissional e económico de grandeza homóloga como nos que enfrentam inserções profissionais precárias.

- 61 A relevância que os diplomados conferem aos elementos intrínsecos do trabalho e do ensino superior, acompanhada pela crença de que esses elementos são de facto experienciados nas suas situações concretas de trabalho, é, em suma, a nosso ver, essencial para compreender por que razão os sentimentos de desilusão face às experiências laborais e formativas não eclodem afinal, no plano subjectivo, com a intensidade que eventualmente se esperaria se nos limitássemos a ter em conta o putativo estreitamento das oportunidades de mobilidade ou de capitalização económica de que os diplomados gozam no momento actual e a consciência dessa contracção.
- 62 É certo que a importância que os indivíduos atribuem aos aspectos intrínsecos do trabalho e os proveitos intrínsecos que dele consideram extrair não são geralmente tomados em devida consideração na análise sociológica, mas não é menos certo que eles apenas poderão surpreender os menos familiarizados com os dados produzidos acerca das dimensões que as pessoas valorizam nas actividades laborais. Tanto em Portugal (Cabral, Vala e Freire (orgs.), 2000; Freire (coord.), 2000; Pais (coord.), 1999), como noutros países (Baudelot e Gollac, 2003; Twenge, Campbell, Hoffman e Lance, 2010)¹³ os dados que o comprovam são já abundantes, evidenciando, além disso, que a valorização dos aspectos intrínsecos tende a aumentar com o acréscimo dos níveis de instrução (Borges e Pires, 1998) e, de um modo mais geral, com a expansão dos valores pós-materialistas nas sociedades contemporâneas (Inglehart, 1977; 1990; 1997), não obstante o recuo que estes possam ter sofrido no período mais recente, marcado por uma forte depressão e instabilidade económica.

Conclusão

- 63 Neste texto tratámos de refutar duas teses entrançadas uma na outra que integram o senso comum sobre o valor dos diplomas académicos e os seus detentores, a saber: a) que tais diplomas, regra geral, hoje em dia pouco valem no mercado profissional, forçando quem os detém a conhecer uma de duas situações típicas: desemprego ou empregos/trabalhos “abaixo” da sua “elevada” condição escolar; b) que os possuidores desses diplomas, penalizados pela sucessão de experiências profissionais frustrantes (incluindo o desemprego e as baixas remunerações), seriam dominados pelo sentimento de desalento (e mesmo pela vontade de retaliação) em relação quer à escola quer ao destino profissional que, contingentemente, lhes coube em sorte.
- 64 Introduzimos farta evidência empírica, proveniente de múltiplos estudos, para rebater este par de teses. Não, com efeito não é verdade: 1) que o desemprego qualificado seja em *termos absolutos* muito expressivo – é aliás reduzido quando se introduz na caracterização da situação dos diplomados perante o mercado de trabalho a abordagem longitudinal para captar as trajectórias de inserção profissional; 2) que o desemprego qualificado seja em *termos relativos* mais sentido – os dados mostram que, seja qual for a “frente” considerada (emprego, remuneração, etc.), o sobreinvestimento académico compensa; 3) que os diplomados estejam muito expostos à desclassificação social – constata-se uma homologia estrutural entre o nível de formação e a categoria socioprofissional – ou que “tenham de aceitar tudo” – pelo menos tanto quanto os próprios testemunham o “desajustamento horizontal” é mais a excepção do que a regra nos processos de inserção profissional, mesmo nas áreas científicas mais sensíveis aos constrangimentos do

mercado de trabalho (se se quiser, menos capitalizadas); 4) que o desalento, a decepção e a desilusão sejam tendências dominantes na relação dos diplomados com a escola e o trabalho. Se outro mérito não tivesse, esta última “descoberta” obriga-nos aliás a não descurar a importância analítica que os aspectos intrínsecos adquirem no confronto dos diplomados com o mundo profissional mas também, a montante deste, com o próprio ensino superior, mormente na escolha de cursos ou áreas de conhecimento. Fazemos pois nossas as palavras de Bourdieu quando refere, ao chamar a atenção para estes aspectos, que quanto mais nos afastamos do “trabalho forçado, que é determinado exclusivamente pela imposição externa (...) menos se trabalha directamente por dinheiro e mais cresce o ‘interesse’ do trabalho, a gratificação inerente ao facto de se realizar o trabalho – bem como o interesse ligado aos ganhos simbólicos associados ao nome da profissão ou ao estatuto profissional e à qualidade das relações de trabalho que acompanham muitas vezes o interesse intrínseco do trabalho” (Bourdieu, 1998 [1997]: 180).

- 65 Regressando contudo ao cerne do argumento, diríamos, para finalizar, que, não sendo difícil prever que a situação dos diplomados perante o trabalho, dada a contracção significativa que a economia portuguesa conhecerá nos próximos anos, se deteriorará, isso não confere razão retrospectiva às alegações catastrofistas que permearam as representações vulgares – sobretudo as mediáticas – nas últimas duas décadas acerca da situação dos diplomados portugueses. Até hoje essas teses não resistiram ao teste empírico sério que pauta o modo de conhecer das ciências sociais; modo que, é bom não esquecer, exige a sua própria actualização, gerando nova prova empírica mas também a identificação e explicação das relações e processos sociais que nela se enredam. Aferir o grau de depreciação do valor material e simbólico dos títulos académicos, em termos absolutos mas também relativos (por comparação com diplomas “inferiores”), é e será sempre, na restituição científica, matéria para apuramento empírico rigoroso, pouco compatível com as digressões dramáticas e sensacionalistas que frequentemente compõem o *mundo da notícia e da opinião*.

Ficha dos estudos referenciados no artigo

Autores	Âmbito de Estudo	Ano de publicação	Ano de Inquérito	Ano de conclusão do curso dos inquiridos	Universo/ Amostra	Margem de erro/ Representatividade
Sistema de Observação de Recursos de Inquérito dos Diplomados do Ensino Superior (RODES)	Licenciados do ensino superior em Portugal	2002	2001	1994/95	N= 31.683/ n= 10.930	Amostra cobre 32% do universo
Maria Serantes e Paula Serôas	Licenciados no Algarve (U. Algarve, Instituto Superior de Maquindas e Têxtil e Instituto Superior D. Afonso III)	2004	2003	1999 a 2001	N= 3.988 / n= 426	Amostra cobre 51% do universo
António Martins, Jorge Amêndia e Maria Manuela Gonçalves	Licenciados da U. Aveiro	2003	2001	1992/98 e 1995/98	N= 3.372/ n= 1.391	Amostra cobre 35% do universo
Carlos Vieira, Luís Raposo e Manuela Santos	Licenciados da U. Évora	2006	2007	2001/02 a 2005/06	N= 3.664/ n= 871	Amostra cobre 24% do universo
Matilde Alves	Licenciados da U. Lisboa	2005	2003	1999 a 2003	N= 8.187/ n= 3.216	Amostra cobre 27% do universo
Albertino Gonçalves	Licenciados da U. Minho	2001	1997-1998	1998 a 1998	N= 2.018/ n= 798	Amostra cobre 73% do universo
Carlos Gonçalves, Isabel Pinheiro e Maria Mendes	Licenciados da U. Porto	2009	2009	2005/07	N= 3.623/ n= 1.842	Amostra cobre 54% do universo
Sandra Saldre	Licenciados da U. Beja	2005	2004	2000 a 2003	N= 1.956/ n= 528	Amostra cobre 27% do universo
António José Almeida, Isabel Faria e, W.P. Amália Marques e Pedro Domingues	Licenciados da U. Setúbal	2007	2006-2007	2000 a 2006	N= 1000/ n= 464	Amostra cobre 43% do universo
Miguel Clavos e César Morais	Licenciados da F. Ciências Sociais e Humanas da U. Nova Lisboa	2006	2007	2001 a 2002	N= 882/ n= 206	Margem de erro de 5% para um intervalo de confiança de 95%
Rui Mendes, João Patrício e Ana Lucas	Licenciados do Instituto Superior Técnico	2006	2005/6	2002 a 2005	N= 2.914/ n= 996	Amostra cobre 32% do universo

BIBLIOGRAFIA

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010), *Inquérito ao Emprego – 3.º Trimestre*, Lisboa, INE.
- ALLEN, J. e R. Van der Velden (eds.) (2007), *Research into Employment and Professional Flexibility*, Maastricht, Research Centre for Education and the Labour Market.
- ALMEIDA, A. J.; I. F. Vaz; M. Marques e P. Dominginhos (2007), *Inserção profissional dos licenciados pela ESCE: relatório do inquérito realizado em 2006/2007*, Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais/IPS.
- ALVES, M. G. (2003), *A Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior Numa Perspectiva Educativa: o Caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- ALVES, M. G. (2004), “Os Diplomados do ensino superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional”, *Sociologia*, Vol. 14, pp. 227-251.
- ALVES, M. G. (2007), *A Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior numa Perspectiva Educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALVES, M. G. (2009), “Entre o ensino superior e a inserção profissional – análise comparativa de percursos de diplomados”, em M. C. Silva e outros, *Livro de Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (Vol. III), pp.108-115.
- ALVES, M. G. (2010), “A inserção profissional de graduados em Portugal: notas sobre um campo de investigação em construção”, em A. P. Marques e M. G. Alves (orgs.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*, Braga, Húmus, pp. 31-50.
- ALVES, M. G. et al. (eds.) (2008), *Universidade e Formação ao Longo da Vida*, Oeiras, Celta.
- ALVES, N. (1998), “Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajectórias”, in M. V. Cabral e J. M. Pais, *Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do Inquérito de 1997*, Oeiras, Celta, pp. 53-134.
- ALVES, N. (2000), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1994-1998*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- ALVES, N. (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1999-2003*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- ALVES, N. (2008), *Juventudes e Inserção Profissional*, Lisboa, Educa.
- ALVES, N.; M. Centeno e Á. Novo (2010), “O investimento em educação em Portugal: retornos e heterogeneidade”, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, 16 (1), pp. 9-39.
- BAUDELLOT, C. e M. Gollac (2003), *Travailler pour être heureux. Le Bonheur et le travail en France*, Paris, Fayard.
- BOLTANSKI, L. e È. Chiapello (1999), *Le Nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BORGES, G. C. e L. Pires (1998), “Escola, trabalho e emprego”, em J. M. Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, SEJ/ICS, pp. 247-318.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1998 [1997]), *Reflexões Pascalianas*, Oeiras, Celta.

- BOURDIEU, P. e J.-C. Passeron (1966), *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. e J.-C. Passeron (1970), *La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. e P. Champagne (1993), "Les exclus de l'intérieur", *La misère du monde*, Paris, Seuil.
- CABRAL, M. V.; J. Vala e J. Freire (orgs.) (2000), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CABRITO, B. G. (2008), "Educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida: experiências de pós-graduação" in M.G. Alves et al., *Universidade e Formação ao Longo da Vida*, Oeiras, Celta, pp. 91-114.
- CAETANO, A. et al. (2003), "Valores do trabalho em Portugal e na União Europeia", em J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 430-457.
- CANÁRIO, R. (2008), "A Escola: das 'promessas' às 'incertezas'", *Educação Unisinos*, 12(2), pp. 73-81.
- CHAVES, M. (2010), *Confrontos com o Trabalho entre Jovens Advogados. As novas configurações da inserção profissional*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CHAVES, M. e C. Morais (2008). *Relatório sobre o percurso dos licenciados da FCSH-UNL que concluíram os cursos no ano 2002*, Lisboa, FCSH-UNL.
- DORNELAS, A. (2011), *Emprego, contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade social em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Estratégia e Planeamento: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- DUARTE, A. (2008), "Trabalho, flexibilidade e precariedade no contexto europeu: precisões analíticas e evidências empíricas", *Cadernos de Ciências Sociais*, 25-26, pp. 1-51.
- DUBAR, C. (2000), *La Crise des identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris, PUF.
- DUBET, F. (2006), *Injustices. L'expérience des inégalités au travail*, Paris, Seuil.
- ESCÁRIA, V. (coord.) (2006), *Percursos de inserção no mercado de trabalho dos diplomados do Ensino Superior*, Lisboa, Gabinete de Estratégia e Planeamento: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- FREIRE, J. (coord.) (2000), *Atitudes face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre – Os Processos de Motivação para o Trabalho*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- FREIRE, J. (coord.) (2008), *Orientações perante o Trabalho e Relações Laborais*, Relatório Final, Lisboa, ICS/MTSS.
- GALLAND, O. (1991), *Sociologie de la jeunesse*, Paris, Armand Colin.
- GERALDES, M. e P. Santos (2004), *A Inserção Profissional dos Jovens Diplomados do Algarve*, Faro, Fundação da Juventude.
- GONÇALVES, A. (2001), *As asas do diploma – a inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho*, edição do Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem da Universidade do Minho, Braga, Universidade do Minho.
- GONÇALVES, C. M. (coord.) (2010), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas.
- GONÇALVES, C.; I. Menezes e M. Martins (2009), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2005-2006)*, Porto, Universidade do Porto.

- GONÇALVES, F.; T. Carreira; S. Valadas e B. Sequeira (2006), "Percursos de Empregabilidade dos Licenciados: perspectivas europeias e nacional", *Análise Psicológica*, 24, pp. 99-114.
- GRÁCIO, S. (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*. Lisboa, EDUCA Formação.
- HERZBERG, F. et al. (1959), *The Motivation to Work*. Nova Iorque, John Wiley and Sons.
- HERZOG, A. R. (1982), "High school seniors occupational plans and values – Trends in sex differences 1976 through 1980", *Sociology of Education*, 55, pp. 1-13.
- INGLEHART, R. (1977), *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, R. (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Post-Modernization. Value Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- JOHNSON, M. K. (2002), "Social origins, adolescent experiences and work value trajectories during the transition to adulthood", *Social Forces*, 80 (4), pp.1307-1341.
- LOSCOCO, K. A. (1989), "The instrumentally oriented factory worker, myth or reality?", *Work and Occupations*, 161, pp. 3-25.
- LOSCOCO, K. A. e A. L. Kalleberg (1988), "Age and the meaning of work in the United States and Japan", *Social Forces*, 67 (2), pp.337-355.
- MARINI, M. M. et al. (1996), "Gender and job values", *Sociology of Education*, 69, pp. 49-65.
- MARQUES, A. P. (2002), *Entre o Diploma e o Emprego: a Inserção Profissional de Jovens Engenheiros*, Porto, Afrontamento.
- MARQUES, A. P. e M. G. Alves (orgs.) (2010), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*, Braga, Húmus.
- MARTINS, A.; J. Arroteia e M. Gonçalves (2002), *Sistemas de (des)emprego: trajetórias de inserção*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- MAURIN, É. (2007), *La nouvelle question scolaire. Les bénéfices de la démocratisation*, Paris, Seuil.
- MENDES, R.; J. Patrício e A. Lucas (2006), *III Inquérito ao percurso sócio-profissional dos diplomados do IST*, Lisboa, IST.
- MORAIS, C.; M. Chaves e S. Batista (2010), "Notas sobre o estudo da precariedade e dos confrontos subjectivos com a precariedade entre os diplomados de uma faculdade de ciências sociais e humanas", em A. P. Marques e M. G. Alves (orgs.) (2010), *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*, Braga, Húmus, pp. 233-258.
- NICOLE-DRANCOURT, C. e L. Roulleau-Berger (2001), *Les jeunes et le travail: 1950-2000*, Paris, PUF.
- NOGUEIRA, C. M. e M. A. Nogueira (2002), «A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contradições», *Educação & Sociedade*, Ano XXII, N.º 78, pp. 15-36.
- NUNES, J. S. (2011), "Da(s) diferença(s) escolar(es): lógica da acção e regimes de envolvimento", *Actas electrónicas do II Encontro de Sociologia da Educação – "Educação, Territórios e (Des)Igualdades"*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 27 e 28 de Janeiro de 2011, pp. 589-597.

ODES – Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior (2002), *Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior: Síntese de Resultados*, Lisboa, Instituto para a Inovação na Formação.

OLIVEIRA, L. e H. Carvalho (2008), “A precarização do emprego na Europa”, *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 3/51, pp. 541-567.

PAIS, J. M. (coord.) (1999), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, SEJ/ICS.

PETITAT, A. (1994), *Produção da escola, produção da sociedade*, Porto Alegre, Artes Médicas.

PORTUGAL, P. (2004), “Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados”, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Março, pp. 73-80.

ROKEACH, M. (1973), *The Nature of Human Values*, Nova Iorque, MacMillan.

SAÚDE, S. (2005), *Percursos de Inserção Profissional dos Diplomados do Ensino Superior Politécnico*, Beja, Instituto Politécnico de Beja.

SHOMBURG, H. e U. Teichler (2006), *Education and Graduate Employment in Europe*, Dordrecht, Springer.

STOREN, L. A. e C. A. Arnesen (2007), “Winners and Losers”, em J. Allen e R. Van der Velden (eds.), *The Flexible Professional in the Knowledge Society: General Results of the REFLEX Project*, The Netherlands, Research Centre for Education and the Labour Market, University of Maastricht.

TEICHLER, U. (ed.) (2007), *Careers of University Graduates: Views and Experiences in Comparative Perspectives*, Dordrecht, Springer.

TWENGE, J.; S. Campbell; B. Hoffman e C. Lance (2010), “Generational Differences in Work Values: Leisure and Extrinsic Values Increasing, Social and Intrinsic Values Decreasing”, *Journal of Management*, 36(5), pp. 1117-1142.

VALA, J. (2000), “Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho”, em M. Villaverde Cabral, J. Vala e J. Freire (orgs.), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.73-95.

VIEIRA, C.; L. Raposo e M. Santos (2008), *Relatório sobre o Inquérito aos Licenciados da Universidade de Évora*, Évora, Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação.

NOTAS

1. São considerados neste estudo os diplomados da Universidade do Algarve (única instituição de Ensino Superior Público na região), dos Institutos Superiores de Matemáticas e Gestão e de Humanidades e Tecnologias (Grupo Lusófona), do Instituto Superior Dom Afonso III e da Escola Superior de Saúde Jean Piaget.

2. Em certos momentos do texto convocar-se-ão outros contributos, devidamente assinalados.

3. A este propósito vale no entanto a pena avançar, recorrendo aos dados do EUROSTAT, que se considerarmos o total da população com o ensino superior, dos 25 aos 64 anos, ao longo da última década, verificamos que, do ano de 2000 para 2009, as taxas de desemprego subiram de 2,5% para 5,6%. Num contexto de agravamento do desemprego, estas não chegaram, portanto, a duplicar, ao passo que entre os indivíduos com o ensino secundário ou pós-secundário foram bastante além da duplicação (de 3,9% para 8,2%), praticamente triplicando junto da população que não foi além do 3.º ciclo (de 3,4% para 10,1%); por outro lado, é apenas junto da população com o ensino

superior que se verifica uma quebra do desemprego de 2008 para 2009 (de 5,8% para 5,6%), situação inversa à que sucedeu com a população com outros níveis de habilitação.

4. No estudo ODES (2002) a classificação dos diferentes cursos em áreas de estudo seguiu a Classificação Internacional do Tipo de Educação (CITE) que contempla oito grandes grupos: o grupo da “Agricultura” (inclui os cursos de agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias); o grupo das “Artes e Humanidades” (cursos de artes e humanidades); o grupo das “Ciências” (cursos de ciências da vida, ciências físicas, matemática e estatística e informática); o grupo das “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (cursos de ciências sociais e comportamento, informação e jornalismo, ciências empresariais e direito); o grupo da “Educação” (cursos de formação de professores/formadores e ciências da educação); o grupo da “Engenharia” (cursos de engenharia técnica e afins, indústrias transformadoras, arquitectura e construção); o grupo da “Saúde e Protecção Social” (cursos de saúde e serviços sociais); e o grupo dos “Serviços” (cursos de serviços pessoais e transportes).

5. De acordo com os critérios do INE, a classificação de “desempregado” é atribuída a um “indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para selecção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria”. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: “a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inactivo” (INE, I.ºP., 2006).

6. Como referimos de início, a irregularidade do arco temporal abrangido nos diferentes estudos impede que comparemos os dados que cada um deles veicula. De facto, as diversas investigações congregam diferentes coortes de diplomados – no momento da inquirição, os graduados das instituições “algarvias” tinham obtido o seu grau, no máximo, 3 anos antes; na Universidade de Aveiro, de 1 a 5 anos; na Universidade de Évora, de 1 a 5 anos; na Universidade de Lisboa, de 2 a 5 anos; na Universidade do Minho, de 3 a 8 anos; na Universidade do Porto todos tinham finalizado a licenciatura há 3 anos; no Instituto Politécnico de Beja, de 1 a 4 anos; na Escola Superior de Ciências Empresariais, de 1 a 6 anos; e, finalmente, no IST, de 1 a 4 anos.

7. No original, *vertically and horizontally mismatched*.

8. No estudo realizado junto dos licenciados da Universidade de Aveiro (Martins, Arroiteia e Gonçalves, 2002), foram mobilizadas nove categorias profissionais, a saber: funções dirigentes; profissões intelectuais e científicas; professores do ensino superior universitário; professores do ensino superior politécnico; professores de 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário; professores de 1.º ciclo e educadores de infância; profissões técnicas intermédias; empregados administrativos; e outras.

9. Para os autores, apenas 15,5% se encontram numa situação de sobrequalificação.

10. A fasquia será de 200?000 escudos no caso do estudo do ODES que decorreu antes da entrada em vigor da moeda única europeia.

11. Ainda em Portugal, Oliveira e Carvalho (2008) avaliaram, em estudo recente, o fenómeno da precarização do emprego nos países da UE mobilizando os dados do EUROSTAT, e assumindo a

(in)segurança do vínculo contratual como o indicador central de precariedade. Estes dados permitiram-lhes estimar a evolução do fenómeno da precariedade em vinte e cinco países da UE, e produzir sínteses comparativas extremamente relevantes para o conhecimento destas matérias. Destacamos a de que, em grande parte desses países, apesar da situação de “precarização dos estáveis” (Duarte, 2008), o aumento dos níveis de precariedade não pode ser inferido das “novas condições da economia global”, a contracorrente pois de múltiplas análises recentes. Como referem as autoras, contemplando a “geração adulta” (25-49 anos), “Portugal é o país que, depois da Espanha (32,1%), apresenta maior percentagem (18,0%) de trabalho temporário (...), com uma diferença importante: enquanto a Espanha apresenta sinais de retrocesso, Portugal duplicou a percentagem de trabalho temporário na última década, tendo-se agravado nitidamente as condições de inserção profissional da população adulta entre gerações” (Oliveira e Carvalho, 2008: 555).

12. Os inquiridos deste estudo correspondem a uma “amostra representativa dos mestres e doutores que obtiveram os respectivos graus em 1995 ou em 2000 da Universidade de Aveiro, Universidade de Lisboa (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação), da Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências e Tecnologia) e da Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Economia e Gestão)” (Cabrito, 2008: 107).

13. O estudo dos valores perante o trabalho tem sido proficuamente desenvolvido por um grupo de investigação norte-americano que, através da aplicação de um questionário a várias coortes de diplomados do ensino superior (1976, 1991 e 2006) e de uma análise comparada, monitoriza a evolução dos valores face ao trabalho dos diplomados do ensino superior norte-americano. Tal como nos estudos levados a cabo em Portugal, os jovens licenciados americanos avaliam os factores intrínsecos do trabalho como os mais importantes, embora os valores extrínsecos tenham vindo a ganhar terreno nos últimos anos – para um maior conhecimento do projecto, consultar Twenge, Campbell, Hoffman e Lance, 2010.

RESUMOS

Nas últimas décadas, as teses catastrofistas acerca do processo de inserção profissional dos diplomados têm-se instalado de forma relativamente acrítica e indisputada em Portugal. Este artigo pretende sujeitá-las ao escrutínio da empiria. Compilando um vasto conjunto de fontes, demonstrar-se-á que esses juízos são frágeis e longe de ser evidentes. Em sequência, sugerir-se-ão interpretações para o facto inesperado de um número claramente maioritário de diplomados avaliar de forma positiva a sua situação profissional. Com esse objectivo, destacar-se-á a importância que as “dimensões intrínsecas”, tendencialmente descuradas pela análise sociológica, adquirem no confronto dos diplomados com o mundo profissional e com o ensino superior.

In the last decades, shattering opinions on the graduates' process of professional insertion have settled in a somewhat uncritical and undisputed manner in Portugal. This article intends to subject them to data scrutiny. Collecting a variety of sources, it will be shown that such thesis have no grounds. Following, interpretations for the unexpected fact that a clear majority of graduates evaluates positively their professional situation come in. Here, the significance that “inner dimensions”, tending to be neglected by sociological analysis, acquire in the relation between the graduates and the professional world and higher education will be highlighted.

ÍNDICE

Keywords: professional insertion, graduates, higher education

Palavras-chave: inserção profissional, diplomados, ensino superior

AUTORES

MIGUEL CHAVES

Departamento de Sociologia da FCSH-UNL, CesNova (miguel.chaves@fcsh.unl.pt)

CÉSAR MORAIS

Departamento de Sociologia da FCSH-UNL, CesNova (cesar.morais@mail.telepac.pt)

JOÃO SEDAS NUNES

Departamento de Sociologia da FCSH-UNL, CesNova (joaosedasnunes@fcsh.unl.pt)